

BARAÚNAS

REVISTA DE HISTÓRIA

Dossiê

Ensino de História, Educação e desafios do enfrentamento ao negacionismo histórico

Organizadores

Prof. Dr. José Augusto Ramos de Luz (UEFS),
Prof.^a Dr.^a Ana Heloísa Molina (UEL)
Prof. Dr. Carlos Augusto Lima Ferreira (UEFS),

FEIRA DE SANTANA
Nº 1, V.1, MAI/DEZ, 2023.



BARAÚNAS

REVISTA DE HISTÓRIA

**FEIRA DE SANTANA
Nº 1, V.1, MAI/DEZ, 2023.**

Equipe Editorial

Editor-Gerente

Prof. Dr. Augusto Fagundes da Silva dos Santos

Editor Assistente

Prof. Dr. Brian Lutalo Kibuuka

Assistente de Edição

Prof^a. Mestranda Victória Carneiro Sousa

Comitê Editorial

Prof. Dr. Aldo José Morais da Silva

Prof.^a Dr.^a. Andréa da Rocha Rodrigues Pereira Barbosa

Prof. Dr. José Augusto Ramos da Luz

Conselho Consultivo

Prof^a Dr^a Ana Heloisa Molina

Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta

Prof. Dr. Pablo Antonio Iglesias Magalhães

Prof. Dr. Angelo Alves Carrara

Prof. Dr. Luiz Fernando Saraiva

Prof^a. Dr^a Pauline Schmitt Pantel

Prof. Dr. Eduardo José dos Santos Borges

Prof^a Dr^a Magali Gouveia Engel

Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira

Prof^a Dr^a. Elizabete Conceição Santana

Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Novais Pires

Prof. Dr. Ricardo dos Santos Batista

Prof. Dr. Eivaldo Fagundes Neves

Prof^a. Dr^a. Maria Helena Pereira Toledo Machado

Prof^a Dr^a. Sara Marta Dick

Prof. Dr. Flávio Gonçalves dos Santos

Prof^a. Dr^a. Maria Hilda Baqueiro Paraíso

Prof^a Dr^a Suzana Maria dos Santos Severs

Prof. Dr. Jaime Rodrigues

Prof^a. Dr^a Mary Lucy Murray Del Priore

Prof. Dr. Walter Fraga Filho

Prof^a Dr^a Lina Maria Brandão de Aras

Prof^a. Dr^a. Maria Marta Lobo de Araújo

Prof^a Dr^a. Violaine Sebillote Cuchet

Prof^a Dr^a Nancy Rita Sento Sé de Assis

Sumário

Apresentação

O Editor

01

Dossiê Temático

Ensino de história: o negacionismo em tempos de “infoxicação”, “infodemia” e “infocalipse” sob a égide do letramento histórico

*Jades Daniel Nogalha de Lima
Andréa Kochhann*

04

Ensino de História e prática extensionista: desafios frente aos negacionismos históricos no quilombo Matinha dos Pretos

*Yuri Caetano do Carmo
Cristina Ferreira de Assis*

25

Artigos Livres

Ser capitalista na Bahia do século XIX

Allan da Silva de Freitas

41

Coronelismo no contexto político do município de Barras-PI (1955-1980)

*Francielcio Silva da Costa
Francisca Ravenna da Silva Santos*

69

Notas preliminares sobre o enaltecimento do patrimônio histórico baiano por intelectuais vinculados ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1910-1940)

*Sura Souza Carmo
Filipe Arnaldo Cezarinho*

92

Resenha

Perspectivas sobre cooperação e esperança no romance "Welcome to Lagos", de Chibundu Onuzo

Rafael Barbosa de Jesus Santana

114

Apresentação

A *Baraúnas*: revista de História do Programa de Pós-Graduação (Latu Sensu) em História da Bahia, orgulhosamente, vem a público apresentar o lançamento de seu primeiro número. Nela constam seis trabalhos, sendo dois para o dossiê temático, três para a seção livre e uma resenha.

No dossiê temático intitulado “Ensino de História, Educação e desafios do enfrentamento ao negacionismo histórico” organizado pelos historiadores, o Prof. Dr. José Augusto Ramos da Luz (UEFS), a Profª. Drª Ana Heloísa Molina (UEL) e o Prof. Dr. Carlos Augusto Lima Ferreira (UEFS), tivemos dois artigos aprovados, sendo o primeiro intitulado “Ensino de história: o negacionismo em tempos de “influxação”, “infodemia” e “infocalipse” sob a égide do letramento histórico” no qual os autores Jades Daniel Nogalha de Lima e Andréa Kochhann analisam o Ensino de História diante da atual conjuntura de negacionismos e de excessos de informação e propõem a aplicação de letramentos no Ensino de História baseando-se em múltiplas formas de ensinar e aprender, como instrumento para combater a desinformação.

O segundo artigo do dossiê com o título “Ensino de História e prática extensionista: desafios frente aos negacionismos históricos no quilombo Matinha dos Pretos”, escrito por Yuri Caetano do Carmo e Cristina Ferreira de Assis traz um estudo de caso realizado a partir da experiência de prática extensionista numa escola pública de uma comunidade quilombola localizada no município de Feira de Santana. Os autores, utilizando o formato de oficina desenvolveram uma atividade de extensão sobre a temática da escravidão e dos quilombos no Brasil. Nesse trabalho, os autores buscam demonstrar como essas atividades de campo são importantes no combate ao negacionismo histórico e no processo de fortalecimento identitário dos membros da comunidade.

Abre a seção de Artigo Livre o trabalho de Allan da Silva Freitas “Ser capitalista na Bahia do século XIX”, nele o autor discute o desenvolvimento do Capitalismo na Bahia oitocentista, através da metodologia da Micro-História.

O autor, mediante a análise de trajetória do Coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira, um dos homens mais ricos da Bahia na segunda metade do século XIX, fará uso de uma gama bastante diversificada de fontes (inventário, testamento, jornais e dicionários) para responder a sua questão central. O que efetivamente era ser capitalista *Baraúnas*, n.º 1, v.1, mai/dez, 2023

na Bahia nesse período? Para Freitas, os grandes capitalistas da Bahia no século XIX possuíam como característica principal a diversificação dos setores de investimento e, eram assim denominados para não serem chamados depreciadamente de usurários e agiotas, termos que parecem ter sobrevivido para designar investidores de menor expressão.

O próximo artigo da primeira edição da Revista *Baraúnas*, intitulado “Coronelismo no contexto político do município de Barras-PI (1955-1980)”, escrito por Francielcio Silva da Costa e Francisca Ravenna da Silva Santos, tem como âmago a permanência do Coronelismo no interior do Brasil em plena segunda metade do século XX. Os autores, se valendo da metodologia da História Oral, mediante a aplicação de questionários semiestruturados, concluíram que o modelo político do Coronelismo sobreviveu no município de Barras no Piauí, até pelo menos a década de 1980.

O artigo que fecha a seção livre desse número, denominado “Notas preliminares sobre o enaltecimento do patrimônio histórico baiano por intelectuais vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (1910-1940)” foi escrito por Sura Souza Carmo e Filipe Arnaldo Cezarinho, nele os autores lançando mão de uma abordagem da História Cultural, buscaram analisar os discursos emitidos pelos intelectuais do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia entre o período da República Velha e o primeiro decênio da era Vargas.

Segundo os autores, a conjuntura de declínio econômico e diminuição da importância política no cenário nacional que caracterizou a Bahia nas primeiras décadas do século XX, cunhada por alguns intelectuais de “enigma baiano”, incomodou a elite intelectual local, que se movimentou em torno de promover a História e o patrimônio da Bahia como estratégia para demonstrar a relevância do Estado, reivindicando a retomada do crescimento econômico e a importância política da Bahia de outrora. Os discursos de alguns intelectuais baianos proferidos no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, reaberto 1898, demonstram a preocupação em resgatar, por meio da História, da Memória e do Patrimônio, a posição política e econômica da Bahia no contexto nacional.

Para a seção Resenhas, temos o trabalho do historiador Rafael Barbosa de Jesus Santana “Perspectivas sobre cooperação e esperança no romance *welcome to lagos*”. Trata-se de um romance publicado em 2017, pela premiada escritora nigeriana Chibundu Onuzo. Nessa Resenha, Santana que é especialista na relação entre História e

Literatura trabalhou com a utilização das categorias “cooperação e esperança” ao longo da obra de Onuzo. Lastreado pelas concepções de esperança em Frantz Fanon e Paulo Freire, que compreendem esperança como lugar não apenas de fala, mas também de ação, na busca pela mudança da realidade, o autor faz uma excelente análise da obra da autora nigeriana, que tem sua narrativa toda construída em torno da cidade de Lagos, metrópole mais populosa do país africano. Apesar das mazelas e problemas sociais que aparecem ao longo da obra para representar uma Nigéria atual, a exemplo da xenofobia, machismo, desigualdade social, poluição, corrupção, destruição do meio ambiente e neocolonialismo, o livro “welcome to lagos” de Chibundu Onuzo é todo ele permeado pelas categorias “esperança” e “cooperação”, e tal fato, segundo Santana, não é oriundo apenas de uma visão otimista da autora, mas de uma Nigéria que adentrou o século XXI em um processo de reconstrução democrática, após ter sido governada pela ditadura militar por mais de trinta anos.

Ótima leitura!

O Editor.

ENSINO DE HISTÓRIA: O NEGACIONISMO EM TEMPOS DE “INFOXICAÇÃO”, “INFODEMIA” E “INFOCALIPSE” SOB A ÉGIDE DO LETRAMENTO HISTÓRICO

Jades Daniel NogaIha de Lima¹
Andréa Kochhann²

RESUMO

O presente artigo propõe uma análise do ensino de História diante do negacionismo e do excesso de informação que influencia o conhecimento científico na contemporaneidade. Assim, defende a aplicação de letramentos no ensino de História baseando-se nas múltiplas formas de ensinar e aprender na atualidade, propondo uma discussão a respeito da Teoria e a Didática da História como arma para a desinformação. Destacando-se a problemática: “como se desenvolvem os negacionismos voltados para o ensino de História na sociedade em tempos de *infoxicação*, *infodemia* e *infocalipse*? Elenca-se o objetivo geral que é o de discutir os negacionismos voltados para o ensino de História na sociedade em tempos de *infoxicação*, *infodemia* e *infocalipse*. A justificativa pela escolha dessa temática se alicerça pelo fato das ameaças advindas do pensamento negacionista frente à abundância de informações na contemporaneidade. A discussão teórica baseou-se em autores como Nikitiuk (2012) sobre a prática de ensino de História, Burke (1991) na discussão sobre “Nova História”, Rüsen (1992, 2001, 2015) sobre ensino de História, Rocha (2020) e Lee (2012; 2016) a respeito de letramento histórico. Tal temática é parte da pesquisa em andamento de dissertação de mestrado, apresentada ao grupo GEFOPi – Grupo de Estudos em Formação de Professores e Interdisciplinaridade, como atividade acadêmica com o propósito de promover e fomentar reflexões a respeito da didática e das práticas de ensino do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão, Educação e Tecnologias – UEG.

Palavras-chave: Ensino de história. Infoxicação. Infodemia. Infocalipse. Letramento histórico.

ABSTRACT

This article proposes an analysis of the teaching of History in the face of denialism and the excess of information that influences scientific knowledge in contemporary times. Thus, it defends the application of literacies in the teaching of History based on the

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão, Educação e Tecnologias, UEG – GO, Professor de História, SEEDF. Membro Grupo de Estudos em Formação de Professores e Interdisciplinaridade (GEFOPI). E-mail: professorjades@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1114-4352>

² Pós-Doutora em Educação, PUC - GO, Doutora em Educação UnB - DF, Mestre em Educação, PUC - GO, Pedagoga, UEG - GO, Docente, UEG - GO, Coordenadora do Grupo de Estudos em Formação de Professores e Interdisciplinaridade (GEFOPI). E-mail: andreakochhann@yahoo.com.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6852-073X>

multiple ways of teaching and learning today, proposing a discussion about the Theory and Didactics of History as a weapon for disinformation. Highlighting the problem: “how do denialisms aimed at teaching History in society develop in times of *infoxication*, *infodemic* and *infocalypse*? The general objective is to discuss denialisms aimed at teaching History in society in times of *infoxication*, *infodemic* and *infocalypse*. The justification for choosing this theme is based on the fact of threats arising from denialist thinking in the face of the abundance of information in contemporary times. The theoretical discussion was based on authors such as Nikitiuk (2012) on the practice of teaching History, Burke (1991) on the discussion of “New History”, Rösen (1992, 2001, 2015) on teaching History, Rocha (2020) and Lee (2012; 2016) regarding historical literacy. This theme is part of the ongoing research for a master's thesis, presented to the GEFOP group - Group of Studies in Teacher Training and Interdisciplinarity, as an academic activity with the purpose of promoting and encouraging reflections on the didactics and teaching practices of the Program Stricto Sensu Graduate Program in Management, Education and Technologies – UEG.

Keywords: History teaching. Infoxication. Infodemic. Infocalypse. Historical literacy.

Introdução

Vivemos, na atualidade, tempos de excesso de informação. Assim, termos como *infoxicação*, *infodemia* e *infocalipse* já estão cada vez mais presentes na sociedade para se referir à exorbitância de informações e, conseqüentemente, como elas podem ameaçar a sociedade, o ensino de História e, por conseguinte, a consciência histórica.

Burke (2017), historiador contemporâneo da História Social, nos propõe a pensar que o conhecimento armazenado em livros e manuscritos, que já foi a forma mais prestigiada de saber, contrapõe-se ao excesso de informações presentes na sociedade contemporânea. Naquela fase, havia uma forma de conhecimento dominante, e todos os outros ficavam subordinados a ela. Hoje, vivemos num sistema de conhecimento policêntrico, somos bombardeados por inúmeras informações, de diversas fontes. Entretanto, torna-se imprescindível, cada vez mais, a necessidade de filtrar as informações e, neste sentido, estabelecer a importância do papel do professor.

O termo “negacionismo” teve sua primeira aparição oficial na França, em meados de 1948, quando surgiu um fenômeno de negação do holocausto da Segunda Guerra Mundial, uma vez que o negacionismo foi usado como uma estratégia antiga para cessar ideias científicas, semelhante ao que aconteceu nos Estados Unidos em 1950, na época em que a indústria do tabaco desenvolveu um manual de relações públicas para proteger as evidências científicas das pesquisas clínicas, que ligavam o fumo ao câncer. Assim, infelizmente, o negacionismo não começou nem acabou nos anos 40, podemos dizer

que esse fenômeno ocorre desde os primórdios da humanidade e repercute até hoje em nossa sociedade. Todavia, o objetivo sempre foi o de contestar ensaios comprovados e contrapô-los ao consenso científico, gerando a “dúvida”.

Dessa forma, aqueles que defendem a chamada “teoria” negacionista generalizam dúvidas e argumentos não confirmados ou confirmados, provocando descrença nos acontecimentos, fatos históricos e conhecimentos científicos. Como consequência, esse movimento promove a disseminação de fatos absurdamente anticientíficos.

Diante disso, o negacionismo científico e histórico, que é entendido como o ato de negar ou não reconhecer fatos cientificamente comprovados, com o objetivo de fugir de uma verdade desconfortável, nos leva a viver numa civilização que não distingue verdade e mentira, sem um sistema confiável e de cooperação e sem ferramentas para resolver conflitos, resultando, diretamente, numa afronta à democracia para os cidadãos letrados.

Por outro lado, questiona-se o que é ser letrado hoje? Seria aquele que sabe decodificar os mais diversos tipos de informação a que temos acesso? Considerando que o conceito de alfabetização é móvel e ele vai mudando à medida que mudam as tecnologias e as formas de circulação de informação, conseqüentemente, a maneira na qual a sociedade se informa, também mudou.

Atualmente, nos informamos continuamente e, a escassez de informação, antes represada dentro de livros ou na figura de um professor, já não tem mais espaço para a abundância “democrática” de informação na qual vivemos. Desta maneira, analogicamente, a abundância de informação seria o equivalente a: *beber água em um hidrante aberto com uma colher de café*.

Neste sentido, a escola não pode mais ser vista como a única detentora do saber. A escola não é uma transmissora de informações, ela deve assumir a postura de desenvolver a capacidade crítica de seus alunos. Na “nova escola” necessária para nossos dias, os alunos devem agir como sujeitos e não como recebedores de informações. Logo, se pretendemos ter uma “nova escola”, faz-se necessário um “novo professor”. Tornar o aluno protagonista não quer dizer que não haverá mais espaço para o professor, ele só terá de se adaptar às novas exigências do mundo contemporâneo.

Além disso, há a desinformação, que por sua vez provoca duas reações: a fragmentação da realidade (quando há um profundo sentimento de incompatibilidade e incompreensão da realidade) e a apatia (quando as pessoas simplesmente desistem de

tentar dizer o que é real). Diante destes tensionamentos, o historiador Burke (2017) analisa ainda a sociedade contemporânea, e a noção de conhecimento, fazendo uma interessante analogia. Para ele, informação é algo relativamente cru. Conhecimento, em relação à informação, é algo cozido, que teve tempo de ser processado. Processar significa verificar, classificar, sistematizar. Resultando como produto final: a sabedoria.

No campo educacional, a desinformação tornou-se uma ameaça e o combate a ela tornou-se uma prioridade. Visto que, devido a um maior acesso a fontes, nem sempre confiáveis, interesses distintos afloram e promovem a divulgação de informações falsas em diversas camadas da sociedade, gerando o que Aviv Ovadya chamou, em 2016, de “*infocalypse*” (uma referência ao apocalipse de informação). Diante de tal crise de desinformação, e sem cidadãos informados, críticos e conscientes do letramento histórico, a democracia está comprometida.

Sendo assim, não apenas no campo teórico, como também no prático, a didática assume um papel de suma importância para a formação do professor ainda no curso de licenciatura, pois, ao mesmo tempo em que proporciona o desenvolvimento de sua capacidade crítica e reflexiva, possibilita uma análise clara sobre a realidade do ensino, contribuindo em diversas situações para que o aluno construa seu próprio saber e, conseqüentemente, desenvolva uma consciência histórica.

Por conseguinte, buscando entender o ensino de História sustentado em diferentes eixos e dimensões, propõe-se, aqui, uma discussão a respeito da Teoria e a Didática da História, diante de possíveis ameaças ao conhecimento científico e, conseqüentemente, à consciência histórica. A justificativa pela escolha dessa temática se alicerça pelo fato das ameaças advindas do pensamento negacionista frente à abundância de informações na contemporaneidade. Asseverando haver tendências predominantes em sua compreensão e sugerindo uma proposta pluralista do pensamento histórico, em que o mesmo ocorre na relação com diferentes instâncias sociais, culturas escritas e históricas, o estudo se volta para as tensões e os desafios do ensino de História na atualidade.

Assim, faz-se emergir a seguinte problemática: como se desenvolvem os negacionismos voltados para o ensino de História na sociedade em tempos de *infoxicação, infodemia e infocalipse*? Elenca-se o objetivo geral que é o de discutir os negacionismos voltados para o ensino de História na sociedade em tempos de *infoxicação, infodemia e infocalipse*. Neste sentido, os objetivos específicos são o de analisar letramento histórico como prática consciente de ensino na atualidade e

(re)pensar o ensino de História a partir dos enfrentamentos para com a construção da consciência histórica.

Desta maneira, o presente artigo propõe um olhar multidisciplinar com relação às práticas de ensino de História, trazendo uma aproximação entre a teoria e a didática da História, baseando-se, principalmente, no conceito precursor da escola dos *Annales* contrária à historiografia positivista, a qual rompeu com conceitos tradicionais e liderou um movimento que prepondera até os dias atuais, conhecido como "Nova História".

Por fim, utilizando referências teóricas e epistemológicas para compreensão da temática, o artigo aproxima-se do método do materialismo histórico-dialético, fazendo-se valer de fontes bibliográficas para a sua sustentação. A discussão teórica baseou-se em autores como Nikitiuk (2012) sobre a prática de ensino de História, Burke (1991) na discussão sobre “Nova História”, Rüsen (1992, 2001, 2015) sobre consciência histórica, Rocha (2020) e Lee (2012, 2016) a respeito de letramento histórico. Tal temática é parte da pesquisa em andamento de dissertação de mestrado, apresentada ao grupo GEFOPÍ – Grupo de Estudos em Formação de Professores e Interdisciplinaridade, como atividade acadêmica com o propósito de promover e fomentar reflexões a respeito da didática e das práticas de ensino do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão, Educação e Tecnologias – UEG.

Letramento histórico como prática consciente de ensino na atualidade

A forma de ensinar na sociedade atual, já na licenciatura, vem mudando gradativamente. O papel do professor, que antes consistia apenas como o de transmitir o conhecimento, de forma centralizadora, e em um sentido hierárquico, está ficando para trás. Consequentemente, no quesito perspectivas, a maneira de aprender nos dias de hoje faz com que o professor procure métodos de ensino eficazes à nova geração, não desvalorizando ou substituindo a sua função, mas proporcionando novas maneiras para que se adquira o conhecimento. Todavia, apesar da democratização no acesso à informação, isso não se tornou sinônimo de absorção de conhecimento.

No tocante ao estudo dos letramentos, a produção de estudos e pesquisas no Brasil, desde a década de 1990, é bastante vasta. Autoras de referência que pesquisam o tema, como Magda Soares, Roxane Rojo, Ângela Kleiman, têm como referencial os trabalhos de Brian Street, que propôs dois modelos opostos de letramento – o autônomo (modelo tipicamente escolar; inflexível) e o ideológico (modelo carregado de valores;

utilizado nas relações humanas), este último debatido na análise conceitual deste artigo.

À luz de Rocha (2020), que questiona diferentes definições trazidas por muitos a respeito de letramento e letramento histórico como “o letramento seria um processo estritamente escolar e o letramento histórico, respectivamente, só ocorreria na aula de História, em processo deliberado e com resultados autônomos.” Ou ainda, “para outros, o letramento ultrapassa o tempo e o espaço da escola, sendo parte de todas as práticas relacionadas à escrita em interação ou não com esse espaço e tendo como consequência os resultados mais diversos.”. Esses apontamentos levam a indagar quais vertentes que o letramento histórico pode seguir? Ou, ainda, como o letramento está associado à necessidade de um saber histórico? E o processo de letramento seria sequencial e/ou contínuo? As respostas possíveis envolverão a origem da construção histórica e a inserção do termo letramento na sociedade contemporânea, como também as mediações entre o que se pretende com o termo letramento histórico, alinhado ao processo de ensino-aprendizagem de História.

Nesta perspectiva, vincula-se o termo letramento, que inicialmente se relacionava apenas à decodificação de palavras, ao ato de ler e escrever, à simples decodificação de letras e fonemas do alfabeto – assumindo uma nova definição: associando o termo também a um carácter social e cultural. Destacando, neste sentido, um exemplo no campo da Teoria e da Didática da História: o letramento histórico ou literacia histórica.

Destacando Nikitiuk (2012), ao fazer “algumas reflexões sobre a apropriação do saber histórico, procura destacar alguns desafios pelos quais passam a história e suas implicações no Ensino [...], considerando que o saber é apropriado e construído” (NIKITIUK, 2012, p. 7). E, ainda, a consciência histórica concerne-se de “um pré-requisito necessário para a orientação em uma situação presente”. (RÜSEN, 1992, p. 28).

Neste ponto, Rüsen (2001) defende que o pensar historicamente é um fenômeno, antes de qualquer coisa, cotidiano e inerente à condição humana, e vinculado a uma prática disciplinar no âmbito do conhecimento acadêmico, não é uma forma qualitativamente diferente de evidenciar a humanidade no tempo, mas sim, uma perspectiva mais complexa e especializada de uma atitude que, na origem, é cotidiana e inseparavelmente ligada ao fato de estar no mundo, como Rüsen (2001) esclarece abaixo:

A consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não –
Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023

ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens. A consciência histórica enraíza-se, pois, na historicidade intrínseca à própria vida humana prática. Essa historicidade consiste no fato de que os homens, no diálogo com a natureza, com os demais homens e consigo mesmos, acerca do que sejam eles próprios e seu mundo, têm metas que vão além do que é o caso. (RÜSEN, 2001 p.78)

Isto significa que a consciência histórica funciona como um "modo específico de orientação" nas situações reais da vida presente, tendo como função específica ajudar a compreender a realidade passada, para compreender a realidade presente. Por conseguinte, orienta a refletir sobre a importância da consciência histórica na sociedade atual, principalmente em sala de aula com os alunos.

A expressão idealizada por Peter Lee, literacia histórica, aproxima-se, principalmente, do campo da Teoria da História e o da Didática da História, tendo como principal interlocutor o alemão Jörn Rüsen. Nessa perspectiva, Lee (2006) pensa a literacia histórica como uma forma de promover o conhecimento histórico no aluno.

A produção de sentido em práticas de letramento na história ensinada ocorre em uma perspectiva sócio-histórica. Nesse caminho, uma aula de história se constitui em práticas de letramento, visto que a propagação da história acadêmica ou escolar se veicula via leitura e escrita e em práticas oralizadas mediadoras do escrito. Nesse sentido, a história ensinada em nossa sociedade grafocêntrica produz sentido em práticas de letramento que ousamos chamar de – “letramento histórico”.

Para Cerri (2010), a literacia histórica e o Ensino de História podem ser definidos como a interferência de caráter de desenvolvimento cognitivo, capaz de ajudar o aluno a abrir novas portas para a sua capacidade de pensar, definir e atribuir sentido ao tempo. Como certifica a seguir:

A perspectiva de uma literacia histórica – ou, no uso mais comum no português brasileiro – de um letramento histórico, é um marco decisivo, pois supera a ideia de ensino de História como transmissão, rumo à ideia de um saber que só concretiza a sua necessidade se é aplicável e faz diferença na capacidade do sujeito de agir no mundo em sintonia com sua progressiva leitura desse mundo (CERRI, 2010, p. 270).

Ao presumir que a leitura é uma passagem direta para a constituição da consciência histórica, apenas porque o aprendiz é alfabetizado e assim é capaz de manipular as fontes, mostra um reducionismo das relações sociais nas quais os processos de leitura e escrita são constituídos. Nesta tentativa, Rocha (2020) destaca a *Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023*

sua inquietação:

Outra dificuldade em definir tais noções – letramento e letramento histórico – advém da delimitação do tempo e do espaço onde ocorrem. Para alguns, o letramento seria um processo estritamente escolar e o letramento histórico, respectivamente, só ocorreria na aula de História, em processo deliberado e com resultados autônomos. Para outros, o letramento ultrapassa o tempo e o espaço da escola, sendo parte de todas as práticas relacionadas à escrita em interação ou não com esse espaço e tendo como consequência os resultados mais diversos. (ROCHA, 2020, p.276)

Diante do problema, Rüsen (2001) e Lee (2006) convergem na definição do que se pretende chegar, ao conceito de letramento histórico lançando luz sobre um debate fundamental no ensino de história, o qual delinea em uma perspectiva de como fazer a literacia histórica estar presente nos processos de aprendizagem do aluno. Nesta perspectiva, o autor afirma que “[precisamos] de uma noção operacionalizável de literacia histórica” (LEE, 2006, p. 134).

Lee (2006) destaca:

(...) ao reconhecer a história como algo que transcende a orientação de “senso comum”, mas ainda unindo-a em caminhos complexos com ações no mundo cotidiano, a consideração de Rüsen sobre a consciência histórica sugere alguns princípios para construir um conceito de literacia histórica. (LEE, 2006, p.136)

Assim, a literacia histórica teria como principal função operacional instrumentalizar o aluno no transcurso do aprendizado histórico, fomentando sua consciência e sua capacidade de lidar com o tempo e com os processos históricos de forma crítica. Tal perspectiva formadora/transformadora deveria estar presente na licenciatura.

Para Silva (2012), em referência a Peter Lee, a História pensada a partir da ideia de Literacia Histórica possui a capacidade de fazer as pessoas pensarem e agirem de tal maneira que, antes desse processo de aprendizagem, seria inconcebível. Além da inserção pública da História pela escola, que deve ser tratada com muito cuidado. Sobre esse cuidado ou fragilidade, Peter Lee (2016) atribui diretamente relação às características atuais: em tempos de multiculturalismo, há esforços tanto para que a história se volte para valores partilhados, como para agendas políticas que pensam no reforço dos ideais nacionais.

Nessa perspectiva, o autor pensa a literacia histórica como uma forma de

promover o conhecimento histórico no aluno. A expressão literacia ganharia aspectos linguísticos supostamente mais abrangentes neste conceito, conforme Barca (2006). Desta maneira, “Ler” estaria relacionado diretamente com leitura do mundo da vida e sua relação constitutiva com o conhecimento construído pelo sujeito. Portanto, a literacia histórica teria como principal função operacional instrumentalizar o aluno no transcurso do aprendizado histórico, fomentando sua consciência e sua capacidade de lidar com o tempo e com os processos históricos de forma crítica e objetiva.

Como pode-se perceber, existem vertentes importantes no campo da História que se desdobram, especificadamente, sobre o ensino de História, as práticas de letramento ou de multiletramentos, sejam na História ensinada, sejam no mundo, são circunstanciadas e validadas pelo contexto de vida, não podendo ser analisadas, categorizadas ou compreendidas fora da produção de sentido que as constitui e estrutura seus atos.

Em virtude disso, tais práticas são sempre sociais e marcadas pelo tempo-espaço que as compõem enquanto materialidade e validade. No caso, na história ensinada, elas são constituídas pela perspectiva escolar, histórica, social e filosófica que recobre seus atos e, assim, os sentidos produzidos em práticas de letramento. Acreditamos que, ao usar letramento histórico, estamos pontuando um diálogo com outras áreas de conhecimento, o que pode produzir reflexões mais fecundas e densas para o ensino de História.

(Re)pensando o Ensino de História: enfrentamentos da construção da consciência histórica

A forma de aprender da sociedade atual faz com que o professor procure métodos de ensino eficazes à nova geração, não desvalorizando ou substituindo a sua função, mas proporcionando novos métodos para que se adquira o conhecimento. Contudo, na sociedade, o acesso à informação nem sempre é sinônimo de absorção de conhecimento.

Peter Burke (2016), os indivíduos da atualidade não sabem mais do que seus antepassados. Na hodiernidade, a humanidade pode saber bem mais do que já se soube em outra era, entretanto, isso difere quando à comparação que é feita de forma individual. Aparentemente, saberíamos mais, em termos de conhecimento, do que os nossos ancestrais; todavia, segundo o autor, não é isso que acontece, e mesmo diante de

tamanha quantidade de informação que a humanidade acumula na atualidade, o indivíduo de hoje não sabe mais que seus ancestrais – sabe apenas “coisas” diferentes.

Sobre isso, Burke (2016) faz, ainda, uma interessante analogia a respeito do conhecimento, afirmando que a informação seria algo relativamente cru. Conhecimento, em relação à informação, algo cozido, que teve tempo de ser processado. Processar, neste sentido, significa verificar, classificar, sistematizar. Portanto, a sabedoria seria o produto final de tudo isso. Dessa maneira, corroborando com o autor, para se adquirir sabedoria, é necessário “cozinhar” a informação.

Nesta acepção, vincula-se o termo letramento, que inicialmente se relacionava apenas à decodificação de palavras, ao ato de ler e escrever, à simples decodificação de letras e fonemas do alfabeto – a uma nova definição: associando o termo também a um carácter social e cultural. Destacando, neste sentido, um exemplo no campo da Teoria e da Didática da História: o letramento histórico ou literacia histórica.

Vejamos a definição de letramento trazida por Soares (2009):

Letramento é uma palavra recém-chegada ao vocabulário da Educação e das Ciências Linguísticas: é na segunda metade dos anos 80, (...), que ela surge no discurso dos especialistas dessas áreas. [...] Etimologicamente, a palavra literacy vem do latim littera (letra), com o sufixo -cy, que denota qualidade, condição, estado, fato de ser (como, por exemplo, em innocency, a qualidade ou condição de ser inocente). No Webster's Dictionary, literacy tem a acepção de “the condition of being literate”, a condição de ser literate.’ E literate é definido como “educated; especially able to read and write”, educado, especialmente, capaz de ler e escrever. Ou seja: literacy é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. (SOARES, 2009, p. 15 – 17)

Nota-se que a produção de estudos e pesquisas no Brasil sobre letramento, desde a década de 1990, é bastante vasta. Autoras de referência que pesquisam o tema, como Magda Soares, Roxane Rojo, Ângela Kleiman, têm como referencial os trabalhos de Brian Street, que propôs dois modelos opostos de letramento – o autônomo (modelo tipicamente escolar; inflexível) e o ideológico (modelo carregado de valores; utilizado nas relações humanas), este último debatido na análise conceitual deste texto. Neste sentido, Rojo (2012) explana:

Diferente do conceito de letramentos (múltiplos), que não faz senão apontar para a multiplicidade e variedade das práticas letradas, valorizadas ou não nas sociedades em geral, o conceito de multiletramentos – é bom enfatizar – aponta para dois tipos específicos e importantes de multiplicidade presentes em nossas

sociedades, principalmente urbanas, na contemporaneidade: a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de construção dos textos por meio dos quais ela informa e se comunica. (ROJO, 2012, p. 13)

Reservando-se à origem etimológica dos multiletramentos, conforme esclarece Rojo (2012), foi, em 1996, afirmado pela primeira vez em um manifesto resultante de um colóquio do Grupo de Nova Londres (doravante, GNL), um grupo de pesquisadores dos letramentos que, reunidos em Nova Londres (daí o nome do grupo), em Connecticut (EUA), após uma semana de discussões, publicou um manifesto intitulado *A Pedagogy of Multiliteracies – Designing Social Futures* (“Uma pedagogia dos multiletramentos – desenhando futuros sociais”).

No campo do ensino de História, tem-se a escola dos *Annales*, contra uma historiografia positivista, que era uma das ideias principais da primeira geração dos *Annales*, liderada por Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956), movimento que prima por um novo paradigma conhecido como "História problema", "História social" ou "Nova história". A história não deveria mais ser pensada como uma "ciência do passado", e sim, deveria dar importância ao presente para poder se compreender o passado; e nem como "ciência do homem", a história seria, segundo Bloch, "A ciência dos homens no tempo", e Febvre definia a história como sendo "Filha de seu tempo". Agora, os documentos, que para os positivistas representavam fontes verdadeiras de História, passam a serem considerados vestígios históricos. Mesmo o mais claro documento não responde se não for interrogado pelo historiador.

Por outro lado, questionamentos e reflexões sobre quais são os reais potenciais educativos das tecnologias para o processo de ensino, e de que forma elas podem influenciar nas ações pedagógicas, estão presentes nas pesquisas educacionais. Desta maneira, novos letramentos emergem de acordo com as mudanças nas formas de linguagens, comunicação e nos recursos tecnológicos. Reiteramos que o ato de ler e escrever deixou de ser a simples decodificação de letras e fonemas do alfabeto, e passou a assumir um papel de carácter social e cultural; sendo necessários multiletramentos para abarcar as diversas maneiras de aprendizagem na sociedade contemporânea.

Como pode-se perceber, existem vertentes importantes no campo da História que se desdobram, especificadamente, sobre o ensino de História, as práticas de letramento ou de *multiletramentos*, sejam na História ensinada, sejam no mundo, são circunstanciadas e validadas pelo contexto de vida, não podendo ser analisadas,

categorizadas ou compreendidas fora da produção de sentido que as constitui e estrutura seus atos.

Observando essa perspectiva, Rojo (2012, p. 21) questiona:

O que é uma educação apropriada para mulheres, para indígenas, para imigrantes que não falam a língua nacional, para falantes dos dialetos não padrão? O que é apropriado para todos no contexto de fatores de diversidade local e conectividade global cada vez mais críticos? (Grupo de Nova Londres³, 2006 [2000/1996] p. 10).

Saviani (2011) salienta:

À educação, na medida em que é uma mediação no seio da prática social global, cabe possibilitar que as novas gerações incorporem os elementos herdados de modo que se tornem agentes ativos no processo de desenvolvimento e transformação das relações sociais. (SAVIANI, 2011, p. 121).

Em virtude disso, tais práticas são sempre sociais e marcadas pelo tempo-espço que as compõem enquanto materialidade e validade. No caso, na história ensinada, elas são constituídas pela perspectiva escolar, histórica, social e filosófica que recobre seus atos e, assim, os sentidos produzidos em práticas de letramento. Acreditamos que, ao usar letramento histórico, estamos pontuando um diálogo com outras áreas de conhecimento, o que pode produzir reflexões mais fecundas e densas para o ensino de História.

Strett e Bagno (2006) desenvolve uma crítica a respeito desta compreensão sobre a leitura e a escrita:

A noção de que a aquisição de um letramento único e autônomo terá consequências pré-definidas para os indivíduos e as sociedades provou ser um mito, quase sempre baseado em valores específicos culturalmente estreitos sobre o que é propriamente o letramento [...]. Prefiro trabalhar com base no que chamo de modelo “ideológico” de letramento, o qual reconhece uma multiplicidade de letramentos; que o significado e os usos das práticas de letramento estão relacionados com contextos culturais específicos; e que essas práticas estão sempre associadas com relações de poder e ideologia: não são simplesmente tecnologias neutras (STREET; BAGNO, 2006, p. 466).

³ Grupo de Nova Londres (GNL), em sua grande maioria originários de países em que o conflito cultural se apresenta escancaradamente em lutas entre gangues, massacres de rua, perseguições e intolerância. Seus membros indicavam que o não tratamento dessas questões em sala de aula contribuía para o aumento da violência social e para a falta de futuro da juventude. (Rojo 2012)
Baraúnas, n.º 1, v.1, mai/dez, 2023

Consequentemente, ao presumir que a leitura é uma passagem direta para a constituição da consciência histórica, apenas porque o aprendiz é alfabetizado e, assim, é capaz de manipular as fontes, mostra um reducionismo das relações sociais nos quais o processo de leitura e escrita é constituído.

Prontamente, a literacia histórica teria como principal função operacional instrumentalizar o aluno no transcurso do aprendizado histórico, fomentando sua consciência e sua capacidade de lidar com o tempo e com os processos históricos de forma crítica. Neste sentido, como Lee (2006, p. 136) salienta, existem marcas de identificação, vocabulários e expressões que constituem essa área de conhecimento.

Segundo o mesmo autor, um novo conceito surge sobre o entendimento a respeito de letramento histórico, aqui subentendido, etimologicamente, como – literacia histórica. Tal definição, que dialoga principalmente com o campo da Teoria da História e o da Didática da História, tem como principal interlocutor o alemão Jörn Rüsen, que para preencher um espaço vazio nesta questão indaga:

Uma primeira exigência da literacia histórica é que os alunos entendam algo do que seja história, como um “compromisso de indagação” com suas próprias marcas de identificação, algumas ideias características organizadas e um vocabulário de expressões ao qual tenha sido dado significado especializado: “passado”, “acontecimento”, “situação”, “evento”, “causa”, “mudança” e assim por diante”. (LEE, 2006, p. 136).

Peter Lee (2016) atribui diretamente relação às características atuais: em tempos de multiculturalismo, há esforços tanto para que a história se volte para valores partilhados, como para agendas políticas que pensam no reforço dos ideais nacionais. Sem esquecer, ainda, das empresas que parecem mais preocupadas com o treino de mão de obra, o que estaria inserido em um movimento de integrar a História em uma proposta de Humanidades. O autor alerta: “A história é uma conquista frágil, e o ensino de história (quando ele tenta ser histórico) pode ser ainda mais frágil” (LEE, 2016, p.107).

A expressão literacia ganharia aspectos linguísticos supostamente mais abrangentes neste conceito, conforme Barca (2006). Desta maneira, “Ler” estaria relacionado diretamente com leitura do mundo da vida e sua relação constitutiva com o conhecimento construído pelo sujeito. Portanto, a literacia histórica teria como principal função operacional instrumentalizar o aluno no transcurso do aprendizado histórico,

fomentando sua consciência e sua capacidade de lidar com o tempo e os processos históricos de forma crítica e objetiva.

Desta maneira, a formação de professores apresenta-se como contradição fundamental de sua existência para a luta entre capital e trabalho, podendo ser constituída a partir de pressupostos que aprofundem esta contradição ou de pressupostos que objetivem sua superação.

Do ponto de vista do ensino de história, defende-se a ideia da aula como “o momento em que, ciente do conhecimento que possui, o professor pode oferecer ao seu aluno a apropriação do conhecimento histórico existente, através de um esforço e de uma atividade que edificou este conhecimento.” (SCHMIDT, 1998, p. 57).

Por outro lado, tem-se o exemplo claro para o ensino de História, sobretudo, no sentido de substituir uma visão demasiadamente política e institucional da História, que caracterizava as correntes anteriores, por uma História mais vasta, que incluísse todas as atividades humanas; uma perspectiva da História menos ligada à narrativa dos acontecimentos e mais ligada à análise das estruturas.

Historicamente, como já mencionado, houve uma época em que o conhecimento armazenado em livros e manuscritos já foi a forma mais prestigiada de saber. Em tal período histórico, havia uma forma de conhecimento dominante, no qual todos os outros ficavam subordinados a ela. Na atualidade, vive-se num sistema de conhecimento policêntrico, ou seja, adquirido a partir de inúmeras fontes, confiáveis ou não. Tal questão leva a crer que a forma de aprender e transmitir conhecimento mudou. Todavia, conseqüentemente, tal fato pode gerar um possível perigo: o pensamento negacionista.

Diante do exposto, ao se escrever sobre os aspectos da formação docente no ensino de História, faz-se imprescindível ressaltar que desde o início do século XIX – período da formação do Estado Nacional brasileiro – essa disciplina era trabalhada nas escolas com a função de legitimar a memória da elite brasileira, interessada em referendar os grandes homens, construir os seus heróis e narrar as batalhas que marcaram aquele período histórico. A essa luz, o conteúdo de tal disciplina não oferecia instabilidade ao sistema. Muito pelo contrário, contribuía para sua afirmação.

Evidenciamos que a História, como disciplina escolar, ensina a ler o mundo, em letramento específico – “só ensina História quem ousa descortinar horizontes” (NIKITIUK, 2012, p. 9), o que significa pensar historicamente: reconhecer evidências, perceber padrões, construir argumentos pautados na historicidade dos homens e das

mulheres. A História, pois, participa dos processos de construção do pensamento formal, em perspectiva histórica, por meio do estudo de diferentes sociedades humanas.

Diante dessa problemática de ensinar, usando múltiplas formas como prática de ensino na construção do pensamento histórico, numa sociedade atual repleta de informações na qual a função dos professores se torna crucial, Nikitiuk (2012, p. 27) afirma que “é responsabilidade do professor abrir as janelas desse saber.”, e ainda destaca que “o professor lida com tudo isto e faz do seu mister um sonho: formar consciência, formar cidadão.” (p. 24). Portanto, continuar repetindo práticas tradicionais pode ser um erro, uma vez que há a necessidade de compreender que a sociedade mudou e a forma de ensinar também é outra, além do combate, no campo das ciências, ao negacionismo.

Conseqüentemente, a profissão docente, já há algum tempo, vive momentos complexos e desafiadores advindos não só de transformações sociais, culturais, políticas e, atualmente, tecnológicas, como também de aspetos relacionados com a cultura profissional dos professores.

Segundo Flores (2016), os professores desenvolvem o seu trabalho num sistema, muitas vezes, dominado por uma lógica centralizadora e burocrática, por “pseudo-regimes” de autonomia, e pela enxurrada de textos normativos, um “verdadeiro tsunami” legislativo. Por outro lado, têm de lidar com a incerteza, a instabilidade social, o congelamento da carreira, de salários..., numa sociedade que espera (e exige) tudo da escola e dos professores, desde a aprendizagem e os resultados acadêmicos dos alunos, até ao apoio social, que se transformou numa acrescida exigência para as escolas e os professores no contexto da crise financeira, econômica e social.

Nesse contexto, Rüsen (2015) propõe uma Didática da História Humanista, que permita aos sujeitos terem acesso aos princípios de uma aprendizagem histórica emancipadora e que os levem ao autoconhecimento a partir do reconhecimento do outro, no processo de formação da consciência histórica.

Em síntese, a carência de consciência histórica muitas vezes dá lugar a visões anacrônicas do passado, e não é incomum, em nome de aproximações mais simplistas, ter-se a compreensão de um período histórico distorcido e pouco debatido. Sendo assim, diante de diversos impasses existentes, é inextinguível a necessidade de se debater os fatos, e promover cada vez mais pesquisas e a atuação de pesquisadores.

Consciência histórica, a alienação e os perigos do negacionismo na contemporaneidade

Segundo Martins (2019), a consciência histórica é a consciência que todo agente racional humano adquire e constrói ao refletir sobre sua vida concreta e sobre sua posição no processo temporal da existência. Portanto, entende-se por consciência histórica uma representação social que uma coletividade adquire advinda de seu desenvolvimento no espaço e no tempo. O elemento que permite ao homem compreender a dimensão da própria história, sem o qual o homem não poderia compreender quem ele é ou o que foi.

À luz de Gramsci (1981), aquilo que as pessoas pensam é fruto de uma sedimentação da história, em que valores, ideias e imagens de períodos anteriores não desaparecem com a desestruturação de seus períodos, pelo contrário, tais fragmentos permanecem, com intensidade variável, sobre a forma dos indivíduos se definirem e compreenderem o mundo.

Já de acordo com Rösen (1992), a consciência histórica concerne-se de "um pré-requisito necessário para a orientação em uma situação presente". Isto significa que a consciência histórica funciona como um "modo específico de orientação" nas situações reais da vida presente, tendo como função específica ajudar a compreender a realidade passada para compreender a realidade presente. (p. 28). Orienta-nos a refletir sobre a importância da consciência histórica na sociedade atual, principalmente em sala de aula com os alunos.

Cerri (2002) recorre a Gramsci, no sentido de que aquilo que forma a consciência histórica provem tanto das representações da classe dominante atual, como da permanência de outras representações, que tiveram maior importância em outros momentos históricos por levar em consideração a heterogeneidade cultural presente, uma vez que, somente aqueles que obtiveram uma educação formal, laica e humanista, bem como acesso a informações mundializadas, teriam melhores condições para desenvolver uma "consciência histórica".

Atualmente, vivemos uma verdadeira crise. O negacionismo ganha novo espaço na sociedade, reformulando crenças fundamentais que já foram arraigadas pela ciência em todo o mundo. Esse movimento está repleto de "polêmicas", por isso é importante ficar de olho nele. O problema da veracidade é exacerbado pelos ingredientes encontrados nas estratégias dos "mercadores de dúvidas". Com isso, esses agentes

Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023

buscam uma falsa simetria nos argumentos científicos e desenvolvem teorias conspiratórias para explicar o inexplicável.

Portanto, os perigos do negacionismo se tornam claros, quando exemplos de certo consenso no estudo da História se tornam alvo de crítica e contestação do fato histórico. Na verdade, há um colapso do conhecimento público, resultando em perda de credibilidade sobre o assunto. O movimento dessas particularidades é perigoso, já que o campo do debate está se transformando em um debate ideológico capaz de influenciar a opinião pública e legitimar governos com posições conservadoras e anticientíficas.

No entanto, a História como ciência não é o único alvo questionado pelos críticos. Tem-se o movimento antivacina, a crença de que a Terra é plana e a crença de que o Holocausto não ocorreu, entre outras coisas. Portanto, torna-se necessário compreender melhor o negacionismo e as suas consequências.

À vista disso, alguns autores colocam o negacionismo como uma “pseudociência que contradiz um mundo imenso de teorias, verdades comprovadas e pesquisas sérias”. Sendo assim, o objetivo final dele – além de criar polêmicas retóricas e desnecessárias – é rejeitar qualquer afirmação que tenha suporte científico e que seja baseada em teorias bem fundamentadas.

O negacionismo tende a se fortalecer quando a sociedade se depara com instabilidades, como uma crise ou algo nunca visto antes. Diante das evidências científicas, o movimento encontra respaldo em teorias da conspiração e discursos isolados, que acabam favorecendo debates ideológicos, interesses políticos e crenças religiosas.

Em contrapartida, volta-se à questão da importância da interdisciplinaridade que foi pensada e esteve presente desde o início das reflexões a respeito da revista Escola dos *Annales*, e que é apontada por historiadores como Peter Burke como uma escola inovadora e um diálogo da História com as Ciências Sociais.

A revista, originalmente chamada de *Annales d'histoire économique et sociale*, tinha o propósito de ser “o porta-voz, melhor dizendo, o alto-falante de difusão dos apelos dos editores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da história”, como uma grande inovação na forma de pensar e interagir a História com as outras ciências humanas. Apesar de ser uma inovação dos *Annales*, Revel (1989, p. 18) afirma que “os metódicos já vinham buscando aproximação da história com outras ciências sociais”.

Sendo assim, influenciados pelas ideias durkheimianas, os *Annales* dão importância a interdisciplinaridades, presando por haver uma unidade entre a História e as ciências sociais, de forma que as formas de pensar em História estejam abertas às problemáticas e a metodologias existentes em outras ciências sociais. Desta maneira, reflete-se sobre o ensino:

A forma de aprender da sociedade atual faz com que o professor procure métodos de ensino eficazes à nova geração, não desvalorizando ou substituindo a sua função, mas proporcionando novos métodos para que se adquira o conhecimento. O professor, neste espaço, seria o executor, o responsável pela transformação. Aquele a quem caberia transmitir, de acordo com uma gradação lógica, o acervo cultural aos alunos (SAVIANI, 1984, p. 18).

Nesta acepção, “cabe à escola possibilitar o acesso das novas gerações ao mundo do saber sistematizado, do saber metódico, científico” para que, de posse do conhecimento acumulado, os alunos se apropriem da realidade e da história e se tornem agentes transformadores. Para isso, “(...) ela necessita organizar processos, descobrir formas adequadas a essa finalidade. Essa é a questão central da pedagogia escolar” – possibilitar que, “(...) progressivamente, cada indivíduo singular realize, na forma de segunda natureza, a humanidade produzida historicamente” (SAVIANI, 2011, p. 13).

Portanto, partindo das discussões empreendidas por Cerri e Rösen, nota-se que a consciência histórica é inerente ao ser humano e se faz presente fora do saber histórico obtido em sala de aula. Tal afirmação torna-se válida, uma vez que a consciência histórica não se limita à ideia de conhecer extensamente as experiências vivenciadas no passado. Mais do que dominar o acontecido, a consciência histórica articula presente, passado e futuro.

Assim, a História, como disciplina escolar, ensina a ler o mundo, em letramento específico – “só ensina História quem ousa descortinar horizontes” (Nikitiuk, 2012, p.9), o que significa pensar historicamente: reconhecer evidências, perceber padrões, construir argumentos pautados na historicidade dos homens e das mulheres. A História, pois, participa dos processos de construção do pensamento formal, em perspectiva histórica, por meio do estudo de diferentes sociedades humanas.

Considerações Finais

Os tensionamentos em uma sociedade em que expressões como: compartilhamento, colaboração, construção de conhecimento coletivo, autonomia e *Baraiúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023*

cidadania ganham forças, o trabalho de ensinar História, dentro das questões do letramento, torna-se um desafio constante para professores e estudantes ainda na licenciatura. Talvez pelo fato de muitos deles não terem se formado para ensinar história e correlacionar este conhecimento, associado ao processo de letramento histórico à consciência histórica e às ameaças do excesso de informação do mundo contemporâneo.

Infelizmente, os enfrentamentos nas práticas de ensino de história em tempo de *infocalipse* se agravam, gerando uma tensão que aflora como um embate ao conhecimento científico e, conseqüentemente, à democracia. A desinformação atrelada à facilidade de informação provoca novas ameaças que são desenvolvidas e precisam ser prevenidas por todos aqueles que estão envolvidos, não só no âmbito escolar como, conseqüentemente, em toda a sociedade.

Perspectivamente, ainda durante a formação, alguns professores de história compreendem as formas como a escrita da História se realiza, porém, é nesse processo, ainda no curso de licenciatura, que as questões da leitura e da escrita poderiam fazer parte de sua formação, reconhecendo que ensinar história demanda ir além de ensinar a falar, ler e escrever textos historiográficos proporciona a leitura das transformações e da sociedade no mundo.

Depreende-se, nesta perspectiva, em um momento em que o negacionismo ganha novamente espaço dentro da sociedade e coloca em xeque preceitos básicos e já sedimentados pela ciência no mundo, que a escola não deve ser compreendida como o único lugar de letramento e, muito menos, de conhecimento e apropriação de leitura e de escrita que permeia a História. Portanto, não sendo a escola o único local para “letrar-se” cientificamente, principalmente historicamente, e observando a sociedade atual, na qual muitos professores e alunos utilizam de outros meios para trocar experiências – ensinar e aprender; compreende-se que o conhecimento é policêntrico.

À vista das tensões ao ensino de História em um momento em que a *infodemia*, a *infoxicação* e o *infocalipse* se projetam como definição de excesso de informação, se fazendo presente muitas vezes como ferramenta ideológica de manipulação de massa e, conseqüentemente, do conhecimento histórico, promovendo uma ameaça à democracia e a consciência histórica, é essencial adotar medidas que crivem a informação.

Destarte, cabe ao professor e/ou ao licenciado em formação, além de buscar novas metodologias de ensino que se adequem ao processo de ensino-aprendizagem, filtrar informações diante da problemática da veracidade que, irrigada por ingredientes

presentes nas estratégias dos “produtores de dúvida”, os quais buscam uma falsa simetria na argumentação científica e criam teorias conspiratórias para explicar o inexplicável, combater estas últimas, atuando em uma escola que esteja aberta para a novidade e a criatividade que as novas gerações, a cada ano, de maneira mais desafiadora, trazem consigo, e promover uma postura contestadora, a fim de ensejar transformações curriculares, didáticas, prático-metodológicas e de objetivos educacionais de consciência histórica determinante.

Referências bibliográficas

BARCA, I. Literacia e consciência histórica. **Educar em Revista**, [S.l.], p. p. 93-112, mar. 2006. ISSN 1984-0411. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/5545/4059>>. Acesso em: 11 abr. 2023.

BURKE, P. **O que é história do conhecimento?** São Paulo: Editora Unesp, 2016.

CERRI, L. F. Ensino de História e Nação na Propaganda do "Milagre Econômico". **Revista Brasileira de História**, Vol. 22, nº 43, p. 195–224, 2002. ISSN 1984-0411. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-01882002000100011>>. Acesso em: 11 abr. 2023.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

LEE, P. Literacia histórica e história transformativa. **Educar em Revista**, [S.l.], v. 32, n. 60, p. p. 107-146, jun. 2016. ISSN 1984-0411. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/45979/28511>>. Acesso em: 11 abr. 2023.

LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. **Educar em Revista**, [S.l.], p. 131-150, mar. 2006. ISSN 1984-0411. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/5543>>. Acesso em: 11 abr. 2023.

NIKITIUK, S. Ensino de História: algumas reflexões sobre a apropriação do saber. In: NIKITIUK, Sônia Maria Leite (Org.). **Repensando o ensino de História**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

REVEL, J. **A Invenção da Sociedade**. Lisboa: Difel, 1989.

ROCHA, H. A. Letramento(s) histórico(s): Uma proposta plural para o ensino e a aprendizagem de História. **Revista Territórios e Fronteiras**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 275–301, 2021. DOI: 10.22228/rt-f.v13i2.1061. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/1061>. Acesso em: 11 abr. 2023.

ROJO, R. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. In: ROJO, Roxane Helena Rodrigues; MOURA, Eduardo (orgs.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012, p. 11-32.

RÜSEN, J. o desenvolvimento de a competencia narrativa en o aprendizaje historico. In: **Revista Propuesta Educativa**. Buenos Aires: FLACSO, ano 4, nº7, p.27-36, outubro de 1992.

RÜSEN, J. **Teoria da história: Razão histórica: os fundamentos da ciência histórica**/trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2001.

RÜSEN, J. **Humanismo e Didática da História**. Organização e Tradução: Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Marcelo Fronza, Lucas Pydd Nechi. Curitiba: W.A. Editores, 2015.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. São Paulo: Cortez, 1984.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. (Org.). **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Editora da UFPR, 2011.

SCHMIDT, M.A. **A formação do professor de história**. In: BITTENCOURT, C. (Org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1998.

SILVA, C. B. da. O Ensino de História - Algumas reflexões do Reino Unido: entrevista com Peter J. Lee. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 216 - 250, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304022012216>. Acesso em: 11 abr. 2023.

SOARES, M. **Letramento-um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

STREET, B.; BAGNO, M. Perspectivas interculturais sobre o letramento. **Filologia e Linguística Portuguesa**, [S. l.], n. 8, p. 465-488, 2006. DOI: 10.11606/issn.2176-9419.v0i8p465-488. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59767>. Acesso em: 11 abr. 2023.

ENSINO DE HISTÓRIA E PRÁTICA EXTENSIONISTA: DESAFIOS FRENTE AOS NEGACIONISMOS HISTÓRICOS NO QUILOMBO MATINHA DOS PRETOS

Yuri Caetano do Carmo⁴
Cristina Ferreira de Assis⁵

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados parciais de uma prática extensionista realizada pelos alunos do curso de licenciatura em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) em uma comunidade quilombola. De forma mais enfática, buscou-se evidenciar as lutas sociais e resistências da comunidade Matinha dos Pretos em seus enfrentamentos aos negacionismos históricos durante a ampliação de movimentos conservadores no último governo. Para isso, a atividade realizada se desenvolveu no âmbito do ensino de História, a partir de práticas que mobilizassem os professores e alunos no contexto das discussões sobre antirracismo impulsionadas em novembro de 2022. Para isso, a metodologia do trabalho foi desenvolvida a partir da produção didática de uma cartilha, cujos conhecimentos históricos pretenderam a viabilização de uma aprendizagem que se tornasse contínua sobre a cultura e a memória quilombola. Essa proposta se torna relevante tendo em vista a emergência do debate sobre a curricularização da extensão que acontece na UEFS e em todas as Instituições de Ensino Superior (IES). Por sua vez, o texto pretende contribuir para esse debate a partir de uma experiência da prática extensionista, embora não esgote essa discussão, apresentando desafios e avanços nesta modalidade de educação tão cara à atualidade. Por fim, as reflexões suscitadas ao longo da escrita também convidam a pensar sobre o potencial do ensino de História em caráter extensionista para a promoção da transformação social, entendendo que este somente se sustenta pautado na tríade: universidade, comunidade e escola.

Palavras-chave: Ensino de História. Prática extensionista. Negacionismo. Educação Escolar Quilombola.

HISTORY TEACHING AND EXTENSIONIST PRACTICE: CHALLENGES IN THE FRONT OF HISTORICAL NEGATIONISM IN THE QUILOMBO MATINHA DOS PRETOS

ABSTRACT

The present work aims to present the partial results of an extensionist practice carried out by students of the degree course in History at the State University of Feira de Santana (UEFS) in a quilombola community. More emphatically, we sought to highlight the social struggles and resistance of the Matinha dos Pretos community in their

⁴ Graduando de Licenciatura em História na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: contato.yuricaetano@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9880-3386>

⁵ Professora Assistente da área de prática de ensino de História do Departamento de Educação na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: cfassis@uefs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7365-6823>

Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023

confrontations with historical denialism during the expansion of conservative movements in the last government. For this, the activity carried out was developed within the scope of History teaching, based on practices that mobilized teachers and students in the context of discussions on anti-racism promoted in November of 2022. For this, the methodology of the work was developed from the production of a didactics of a booklet, whose historical knowledge intended to enable a learning process that would become continuous about the quilombola culture and memory. This proposal becomes relevant in view of the emergence of the debate on the curricularization of extension that takes place at UEFS and at all Higher Education Institutions (HEIs) in Brazil. In turn, the text intends to contribute to this debate based on an experience of extensionist practice, although it does not exhaust this discussion, presenting challenges and advances in this important modality of education nowadays. Finally, the reflections raised throughout the writing also invite us to think about the potential of History teaching in an extensionist way to promote social transformation, understanding that this can only be sustained based on the triad: university, community and school.

Keywords: History Teaching. Extension practice. Negationism. Quilombola School Education.

Introdução

O debate das práticas extensionistas nos mais diversos cursos de graduação nas universidades brasileiras⁶ vem se revelando um desafio, apresentando dificuldades na sua integralização e necessidades para que as formações acadêmicas repensem sua relação com os espaços além da universidade. Isso se justifica, dentre outras razões, em virtude de uma visão hierarquizada e maniqueísta sobre os diversos saberes que circulam entre o espaço acadêmico e as comunidades em seu entorno. Por outro lado, o debate em torno das práticas extensionistas têm possibilitado a revisão de uma perspectiva aplicacionista de saberes e de conhecimentos. Na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) este debate também fora suscitado⁷ e desde então, as reformas curriculares vêm acontecendo na perspectiva de que a extensão se torne prática contínua das atividades de ensino. Assim, o debate em tela possui como enfoque o curso de Licenciatura em História, bem como os resultados parciais de uma prática extensionista, cuja pesquisa/ação se desdobra nas lutas sociais de uma comunidade quilombola. Ademais, esse texto revela as perspectivas e desafios enunciados não apenas pela

⁶ Isso desde a aprovação da resolução de número 8 no dia 18 de novembro de 2018 da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE), que em sua epígrafe destacava o objetivo de estabelecer a Extensão na Educação Superior Brasileira dentro de uma nova formulação do Plano Nacional de Educação (PNE).

⁷ Nela, o debate se fortaleceu a partir da aprovação da resolução 129/2019 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) que estabelecia normativas próprias para integralizar a resolução da CES do CNE.

Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023

comunidade, mas também na formação docente no processo de transpor os muros da universidade com as práticas no ensino de História.

O presente trabalho é fruto de uma atividade extensionista organizada por 4 estudantes⁸ do supracitado curso e que fora condicionada por esse amplo processo de debates e reformulações. Trata-se do resultado de uma proposta construída durante a disciplina “EDU391 – Metodologia Do Ensino Da História”⁹ no semestre letivo 2022.2, momento da primeira oferta deste componente curricular com sua nova ementa e divisões de carga horária¹⁰ para se adequar ao debate da curricularização da extensão na UEFS. Vale destacar que, muito por conta do recente contexto pandêmico, o processo de construção desta atividade fora atravessado por diversos percalços, desde questões de compreensão do que é a extensão por parte dos estudantes até questões de ausência de orçamento específico para a concretização de práticas extensionistas da instituição, reflexo de como o Estado tem sido omissivo com a extensão nas Universidades Públicas. Contudo, a proposta extensionista tem como uma de suas perspectivas a promoção da transformação social. Nesse sentido, com o avanço dos movimentos conservadores negacionistas e revisionistas, impulsionados especialmente no último governo, têm repercutido entre os diferentes saberes mobilizados na cultura escolar a necessidade de práticas no ensino de História antirracistas e combativas à essas forças. Por sua vez, essas práticas são influenciadas pelas demandas sociais, que também estão inseridas no espaço escolar. Por essa via, Napolitano (2021) vem considerando não ser um trabalho exclusivo dos historiadores a busca por novas abordagens e metodologias que evidenciem as lutas sociais ameaçadas de grupos subalternizados.

A extensão em História, portanto, é compreendida neste trabalho como um processo de construção conjunta, que envolve a tríade: academia, comunidade e escola. Considerando que a prática no campo do ensino de história não compreende somente a aplicabilidade de conhecimentos e de conteúdos, assim como não identifica a universidade como superior em relação à escola. O enfrentamento às diversas facetas do negacionismo por professores e alunos envolve o fortalecimento de uma educação histórica que incite a formação de sujeitos comprometidos com as mudanças sociais nos

⁸ Sendo estes: John Cleisson Azevedo, Milena Santos, Victoria Anthony Leal e Yuri Caetano

⁹ Ministrada pela Prof^a Msa. Cristina Ferreira de Assis

¹⁰ No currículo 434, este componente curricular chamava-se “EDU346: Metodologia e Didática do Ensino de História”. Após a reforma curricular o mesmo fora desmembrado, sendo agora um componente de 90 horas de carga horária divididas em 3 modalidades: 30 horas práticas, 30 horas teóricas e 30 horas extensionistas.

locais onde vivem e que se identifiquem como protagonistas dessas transformações. Não é pretensão deste trabalho esgotar a discussão em torno das práticas extensionistas no ensino de História, assim como dos enfrentamentos aos negacionismos do tempo presente. Compreendendo seus limites, essa discussão visa compartilhar aprendizagens históricas mútuas da relação entre universidade e escola, que contribuam para o processo de integralização dessas práticas em outros cursos e espaços.

A atividade em formato de oficina foi realizada durante o segundo semestre de 2022 partiu de uma intensa e permanente discussão envolvendo a relação entre ensino e aprendizagens em História, com ênfase sobre os negacionismos do tempo presente e seus desafios na luta contra o racismo. A prática extensionista culminou na seleção de um espaço que apresentasse necessidades e desafios relacionados à temática e que possibilitasse a inserção dos estudantes do curso de História da UEFS e um envolvimento destes com a comunidade escolar.¹¹

Desse modo, fora colocada em prática a atividade extensionista intitulada “Escravidão, resistência e quilombos no Brasil a partir dos lugares da memória da Matinha dos pretos, Feira de Santana, Bahia.” na instituição de ensino Escola Municipal Rosa Maria Esperidião Leite, localizada na comunidade quilombola Matinha dos Pretos, em Feira de Santana, estado da Bahia.

A fim de apresentar parte dos resultados da atividade desenvolvida pela UEFS, este texto está estruturado da seguinte forma: uma breve análise da história do quilombo e sua lida com as práticas educativas a partir da Escola Municipal Rosa Maria Esperidião Leite; uma discussão sobre enfrentamento aos negacionismos históricos na comunidade, que mobilizaram o desenvolvimento da atividade extensionista. Ao final, está presente uma seção de considerações finais, fruto da reflexão sobre os resultados da prática extensionista e que vem como uma contribuição para o debate, tendo em vista sua emergência dentro das Instituições de Educação Superior (IES) por todo Brasil. Buscamos fazer uma reflexão teórica da prática de uma modalidade que está em plena implantação, portanto as contribuições deste trabalho são relevantes para o campo da extensão e podem até mesmo ser úteis para identificar desafios e perspectivas no processo.

¹¹ Considerando que esta é composta por diversas dimensões como: estudantes, professores, funcionários, pais e comunidade em que está inserida.
Baraúnas, n.º 1, v.1, mai/dez, 2023

O quilombo Matinha dos Pretos: desafios do tempo presente

A atividade extensionista fora construída pensando especialmente em definir um público alvo que a escola sinalizasse que necessitava da dinâmica que seria ofertada, contribuindo para a descolonização de um currículo tradicional e valorizando as capacidades de autodiagnóstico da gestão escolar.

Aqui vale uma breve retomada do histórico que motivou esta instituição de ensino a ser aberta para membros da comunidade que queiram desenvolver atividades em seu interior. Após a aprovação da lei número 10.639/03 e 11.645/08 e com o reconhecimento no ano de 2014 pela Fundação Cultural Palmares da comunidade Matinha dos Pretos como remanescente de quilombo - Certificada pela Fundação Palmares em 21 de maio de 2014, (BRASIL, 2014, p. 13) - a Escola Municipal Rosa Maria Esperidião Leite procedeu em realizar uma mudança curricular que envolveu várias reformas do Projeto Político Pedagógico (PPP), isso tudo por iniciativa dos docentes da escola sem nenhum tipo de aparato do poder público municipal para isto. Faz sentido que isto tenha ocorrido, visto que a mesma se trata da única instituição de ensino com abrangência até os anos finais do ensino fundamental dentro do território da comunidade quilombola, mas que ainda apresenta dificuldades para integralizar e formalizar as práticas antirracistas como a normativa para a Educação Escolar Quilombola preconiza. Trata-se, portanto, de uma instituição com um currículo escolar que ainda não se adequou à comunidade que atende, mas que possui em seu corpo gestor e docente, profissionais que buscam se integrar nas pautas da comunidade escolar para melhor introdução dos alunos nas práticas culturais do lugar onde estes se encontram (SOUZA, 2015).

Faz-se relevante, portanto, considerar que as leis 10.639/03 e a 11.645/08 são conquistas sociais, mas que, sozinhas, não são capazes de garantir a redução de práticas de ensino eurocêntricas e colonializadas. Por isso, a escolha desta comunidade e desta instituição fora acertada. Trata-se de uma instituição de ensino que carece de apoio do poder público municipal – enquanto seu mantenedor – para a efetivação das leis educacionais e que busca isso com os próprios membros da comunidade quilombola na perspectiva de uma construção de um currículo escolar que seja construído para além dos muros da escola, o que por si só já se configura como uma relevante tática de enfrentamento.

O projeto foi apresentado para duas turmas de 8º ano (A e B), totalizando 25 alunos. A escolha desta faixa etária foi uma indicação da direção escolar tendo em vista a preocupação do corpo docente com a construção identitária deste grupo em específico, sendo eles, segundo a direção, os que mais apresentavam dificuldades e desafios para a inserção nas discussões sobre a temática quilombola durante o ano letivo. Outro fator que regeu a escolha dessas turmas foi o fato de se encontrarem próximas à uma idade escolar onde o êxodo forçoso da escola dentro da comunidade quilombola acontece em virtude da ausência de oferta do Ensino Médio no território. Nesse momento de saída da comunidade, os estudantes costumam ter contato com milhares de outras culturas e realidades, o que faz com que os mesmos, na ausência de uma compreensão sobre suas próprias identidades, se afastem do “ser quilombola” e até mesmo sejam influenciados à uma visão negativa desta sua etnicidade.

Deste modo, percebe-se que a atividade proposta seria plenamente aproveitada, uma vez que buscaria articular a história da própria comunidade quilombola com o debate sobre a resistência a escravidão no Brasil, entender o surgimento dos quilombos, suas (re)existências e seu papel enquanto instrumento de rebelião negra contra o sistema escravista e reconhecer a relevância histórica das atuações dos quilombolas do passado e do presente no território da comunidade quilombola Matinha dos Pretos, além de apresentar quem foram esses sujeitos e suas relações com os moradores desta comunidade, destacando que esses objetivos seriam alcançados a partir dos lugares da memória da própria comunidade, Aqui entendidos a partir da produção de Carmo (2022):

como pertencentes “a dois domínios [...] simples e ambíguos, naturais e artificiais” (NORA, 1993, p. 21), [...] onde as pessoas depositam suas memórias ou suas memórias ficam depositadas. [...] espaços basilares que mediam a relação entre memória e sentimento, sendo as vezes plano de fundo, as vezes carro chefe principal do processo de rememoração história, mas se estabelecendo como elemento de presença constante na memória coletiva.” (CARMO, 2022, p. 1-2).

Toda essa discussão é cara ao grupo de estudantes escolhido, sendo ela um dos modos de se construir identidade nos sujeitos em um contexto de ausência de meios curriculares formais que levem em consideração a necessidade desse processo para a formação do aluno e também significa uma colaboração com o processo de desconstrução e reconstrução do currículo tradicional já levado a frente pelos professores da instituição de modo independente. Railma Souza (2016), em sua *Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023*

dissertação de mestrado, conclui que a atitude da instituição ao levar uma Educação Quilombola para uma escola de currículo tradicional “é antes de tudo uma iniciativa militante de professoras que compreendem a importância da implementação da modalidade na escola para o fortalecimento da identidade negra e quilombola” (SOUZA, 2016, p. 125).

Vale ressaltar que a atividade se deu em um momento bastante propício, haja vista que toda a comunidade - inclusive a escola - tem organizado programações referentes ao mês em que se comemora o dia da Consciência Negra (20 de novembro) e que alguns dos jovens que estavam envolvidos na oficina haviam participado de um evento no dia anterior de sua realização na praça da comunidade onde o trabalho base para a atividade extensionista foi exposto e discutido a partir de reflexões dos próprios quilombolas. Nesse sentido, conseguimos perceber que havia em andamento uma boa problematização inicial que foi, de certa forma, aproveitada para a realização da atividade de extensão e que esta não se limitou à uma oferta da academia para a comunidade, mas sim tratou-se de uma articulação de saberes de ambas as partes envolvidas e afetadas por sua realização.

Enfrentamentos ao negacionismo no Ensino de História na Escola Municipal Rosa Maria Esperidião Leite

Conforme discutido anteriormente, a atividade extensionista se pautou em uma tática de enfrentamento ao negacionismo através do fortalecimento identitário dos estudantes da escola com a realidade prática em que os mesmos estão inseridos cotidianamente. Nesse sentido, o trabalho dividiu-se em dois momentos: o primeiro foi estruturado como um debate envolvendo professores, alunos e funcionários da escola com a temática principal da atividade (resistência à escravidão e formação dos quilombos no Brasil) e a segunda parte uma visita em campo, orientada pelos proponentes da atividade extensionista, novamente em conjunto à comunidade escolar.

Na segunda parte, os alunos receberam um roteiro de viagem na própria comunidade, as cartilhas sobre os lugares da memória da comunidade quilombola Matinha dos Pretos¹², possibilitando que os mesmos pudessem conhecer os lugares que seriam visitados de maneira breve e também facilitando a dinâmica de apresentação dos

¹² A cartilha foi produzida pelos proponentes da atividade extensionista a partir da produção de Carmo (2022) como fruto de seu trabalho de pesquisa de iniciação científica fomentado pela Universidade Estadual de Feira de Santana.

Baraúnas, n.º 1, v.1, mai/dez, 2023

locais, uma vez que os próprios alunos leriam as descrições para iniciar o debate *in loco*. Além disso, o uso da cartilha tinha um objetivo consultivo no pós-atividade e poderia até mesmo ser utilizado para instituição para a organização de outros momentos escolares.

Imagem 1
“Os Lugares da Nossa História e Memória” utilizadas
no dia da atividade extensionista



Fonte: Acervo pessoal. Páginas 05 e 02 da cartilha

Após o retorno dos estudantes os alunos foram convidados a responderem a uma última indagação na cartilha entregue: **“Nossa comunidade é rica em história e**

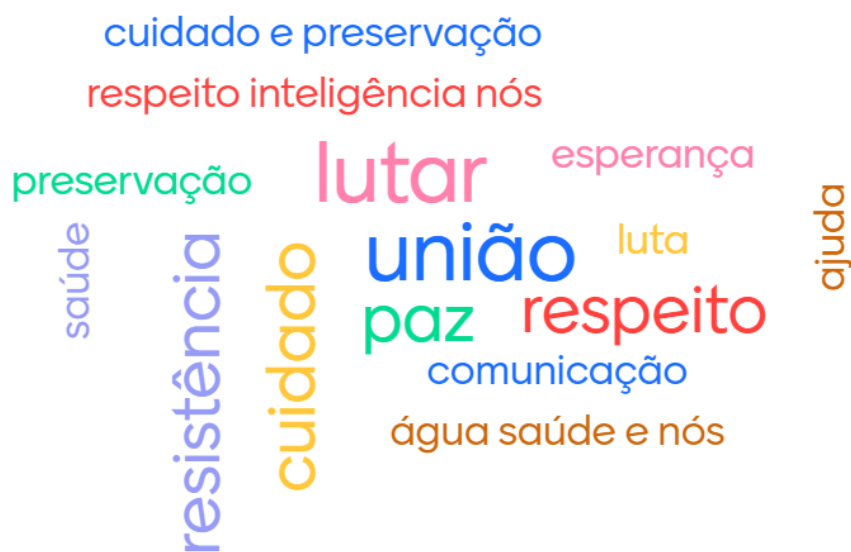
nossos lugares também. agora escreva no quadro abaixo uma palavra que represente o que não pode faltar nesses lugares da memória da nossa comunidade hoje”.

De maneira geral, os alunos apresentaram uma boa participação e entendimento do que estava sendo ensinado, tanto dentro quanto fora da sala de aula, interagindo com o que estavam ouvindo. As respostas dadas pelos estudantes na questão apresentada na cartilha foram esquematizadas na nuvem de ideias que segue:

Imagem 2

Nuvem de ideias das respostas dadas pelos alunos do 8º ano A e B à pergunta final da cartilha didática: “Os Lugares da Nossa História e Memória”¹³

¹³ Vale ressaltar que, no esquema, as palavras maiores representam as respostas que se repetiram com maior frequência nas respostas dos alunos e as menores as que menos se repetiram.
Baraúnas, n.º 1, v.1, mai/dez, 2023



Fonte: Elaborado pelos autores

Em uma análise sintética, a atividade extensionista se concretizou de maneira plena e até mesmo superou as expectativas. Foi percebido que os estudantes que estavam no público alvo da atividade conseguiram se conectar com as histórias apresentadas na medida em que os mesmos ajudaram a contar as histórias dos locais visitados. Foi curioso perceber que os estudantes cotidianamente visitavam os lugares da memória da comunidade, mas somente a partir dos procedimentos metodológicos conseguiram desenvolver consciência histórica a partir de seus elementos constitutivos que Martins (2019) estabelece sendo “o da identidade pessoal e o da compreensão do conjunto social a que pertence, situados no tempo” (MARTINS, 2019, p. 55).

A relevância do reconhecimento por parte dos educandos de sua participação na história contemporânea dos lugares que um dia foram dos seus antepassados, significou o aprendizado da história e fez com que aqueles agentes fossem capazes de fixar e articular o saber curricular e o saber prático. A relação de palavras que se repetiram denota que a atividade extensionista foi capaz de fixar o significado dos lugares da memória da comunidade quilombola, especialmente se percebermos que palavras como “resistência”, “luta” e “união”.

A escola nos recebeu de forma bastante cautelosa e estavam dispostos a ajudar em tudo que precisávamos, fazendo com que nós nos sentíssemos confortáveis e bem vindos no ambiente, nos apresentando alguns locais da escola, aos demais funcionários.

Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023

A colaboração da escola denota o cuidado que a instituição possui com práticas que aguçam e auxiliam no desenvolvimento do arcabouço cultural de seus estudantes, algo que faz sentido, já que, ainda segundo Souza (2015) a escola é um dos mais importantes meios de um processo de ressignificação de uma identidade quilombola na comunidade e:

Essa ressignificação da identidade quilombola nos permite inferir que "a identidade torna-se unia 'celebração móvel': formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam". (SOUZA, 2015, p. 78)

O sentimento, portanto, é de que o objetivo da tarefa, enquanto uma atividade extensionista foi alcançado, especialmente se entendermos que a extensão na Universidade Estadual de Feira de Santana:

tem como principais objetivos sensibilizar e mobilizar a comunidade da UEFS para um “fazer universitário” que promova a reflexão sobre a necessidade de conciliar as suas ações acadêmicas às demandas da sociedade e contribuir para a construção de uma Universidade que forme indivíduos capazes de questionar a sua própria realidade e, por meio de uma postura crítica, colaborem para a construção de uma sociedade mais humana. [...] (UEFS, 2020)

E ainda acabaram trilhando caminho pela concepção de Freire (2014) sobre extensão, que diz: “o objetivo fundamental do extensionista, no trabalho de extensão, é tentar fazer com que aqueles substituam seus “conhecimentos”, associados a sua ação sobre a realidade, por outros. E estes são os conhecimentos do extensionista” (FREIRE, 2014, p. 16). Instrumentalizam também uma geminação de valores formativos culturais e identitários, conseguindo articular a formação de uma barreira dentro do sujeito contra os recém impulsionados negacionismos sobre o “ser quilombola”, utilizando da própria comunidade para assim fazer.

Considerações finais: contribuições para pensar a extensão como instrumento de combate ao negacionismo

De certo ainda não há uma fórmula completa sobre o fazer extensionista nos cursos de graduação da educação superior brasileira. Contudo, é necessário postular que talvez a essência deste fazer esteja na percepção do que a sociedade pode contribuir para a transformação social. Nesse sentido, é relevante que as práticas de extensão possuam sempre em norte que o saber acadêmico não sobrepassa e nem anula o saber de outros espaços – muitas vezes não formais e outras vezes formais – de construção do sujeito.

Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023

Os últimos anos no Brasil demonstram que a História enquanto campo é um alvo de toda e qualquer ideologia que busca a destruição da identidade nacional, a supremacia dos autoritarismos, a negação da diversidade brasileira e das lutas de grupos considerados minoritários. As armas utilizadas para atacar este campo são diversas, mas com certeza a mais pesada é o:

recurso à mentira pura e simples sobre um evento ou fato histórico comprovado por fontes e por consenso de historiadores (independentemente das interpretações que se possa fazer sobre suas causas ou desdobramentos) conhecido pelo nome de negacionismo. (NAPOLITANO, 2021, p.86)

Ao realizar uma atividade de construção de conhecimento histórico focando no desenvolvimento de uma consciência histórica nos sujeitos, a partir de suas realidades e calcados em um trabalho onde os sujeitos “sem voz” foram os principais oradores, sem dúvidas há uma importante transformação dentro daquele que recebe esta ação. É relevante ressaltar que estes sujeitos não se veem cotidianamente nos instrumentos da educação como livros e materiais didáticos construídos por grandes editoras, e estão submetidos a uma concepção de ensino que não coloca em prática as previsões legais especiais que o espaço de inserção destes requer.

Desse modo, a atividade realizada se tornou fomentadora de um importante processo, a construção dos sujeitos capazes de se reconhecerem em suas comunidades locais e conscientes das necessidades vivenciadas naquele espaço. Essa é uma competência que fortalece os princípios do ensino de História na tarefa de contribuir para a formação da consciência histórica, sendo a História a “ciência do homem no tempo” (BLOCH, 2002, p. 55) como instrumento de defesa de sua identidade.

Assim, a atividade extensionista realizada a partir da elaboração da cartilha supramencionada, avança em uma reconstrução do próprio currículo naquele espaço escolar. Por sua vez, o currículo deve ser estruturado a partir da práxis, sendo um processo constante e construído a partir da contribuição de diversas mãos, além de ter um papel basilar na finalidade dos processos educativos enquanto expressões socializadoras e culturais (SILVA, 2006, p. 4820). Nesse sentido, aponta-se que a extensão se revelou uma estratégia para exercer novos sentidos para o currículo, no ensino de História, uma vez que ela oportunizou considerar a relevância daqueles que não faziam ou não se sentiam parte da História dita oficial, ou tradicional.

O paradigma da Escola Municipal Rosa Maria Esperidião Leite também é interessante para se perceber a relevância da formação de sujeitos capacitados para atuarem e militarem pela afirmação das conquistas históricas de seus grupos. Conforme mencionado anteriormente, trata-se de uma escola tradicional situada em um território quilombola, tendo em sua comunidade escolar um grupo social que através de lutas conquistou a previsão de uma estrutura educacional diferenciada e adaptada às necessidades deste grupo. O parecer do Conselho Nacional de Educação sobre a educação escolar quilombola previa e apresentava propostas para todas as necessidades especiais destas comunidades, porém a prática se distanciou destas. Compreendendo necessidade como bem-estar, o Estado brasileiro ignorou e ignora com o aval de todas as instâncias do poder e dimensões de governança o clamor dessas comunidades pela manutenção de suas características étnico-culturais, manutenção esta que começa na educação dos sujeitos.

Ao realizar a extensão na comunidade, observou-se que minimamente foi possível contribuir para que se cumprisse, junto ao esforço daqueles que fazem parte da realidade escolar, o que prevê a normativa no que se refere a Educação Escolar Quilombola, que diz:

a Educação Escolar Quilombola deverá ir mais além: ao dialogar e inserir os conhecimentos tradicionais em comunicação com o global, o nacional, o regional e o local, algumas dimensões deverão constar de forma nuclear nos currículos das escolas rurais e urbanas que ofertam a Educação Escolar Quilombola ao longo das suas etapas e modalidades: a cultura, as tradições, a oralidade, a memória, a ancestralidade, o mundo do trabalho, o etnodesenvolvimento, a estética, as lutas pela terra e pelo território.

Para tal, faz-se necessário abrir espaços, de fato, para maior participação da comunidade e dos movimentos sociais e construir outras formas de participação coletiva e de consulta, nas quais docentes, gestores, pedagogos e estudantes dialoguem com as lideranças quilombolas, pessoas da comunidade, anciãos e anciãs e educadores quilombolas. Um currículo flexível e aberto só poderá ser construído se a flexibilidade e a abertura forem, realmente, as formas adotadas na relação estabelecida entre a instituição escolar e a comunidade. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012, p. 42)

Compreende-se, portanto, que o combate ao negacionismo se inicia na afirmação do sujeito a partir de como ele se compreende e como sujeito quilombola. Somente assim, nos aproximamos da formação de uma consciência histórica

desenvolvida em conjunto com a percepção de uma identidade étnica pautada na relevância da ancestralidade e do pertencimento.

O que antes era apenas o lugar para, conforme relato de um dos estudantes, “dar banho no cavalo e água para égua” foi ressignificado para o espaço de início do processo de aquilombamento do quilombo Matinha dos Pretos. Essa transformação de compreensão não foi possível apenas pela atividade extensionista, mas sim pelo modo que essa foi construída e foi capaz de articular o saber cotidiano dos alunos – o que se escuta nos espaços de sociabilidade e de seus parentes – com o saber curricular. E é por esse caminho que pode trilhar o fazer extensionista.

Cabe, portanto, que pensemos além do teórico no momento de utilização da extensão em nossas práticas cotidianas no momento de formação dos professores e de sala de aula. Ela não pode se limitar ao mero instrumento de complementação de carga horária. Para que um ensino de História faça sentido, o ensinar precisa se estabelecer enquanto espaço de inserção e de contribuições de todos os setores da sociedade. Por outro lado, a extensão na universidade deve ser compreendida enquanto o momento que quebramos os muros físicos e intelectuais para a construção do saber qualificado e prático, levando em consideração que “a vida social é essencialmente prática” (MARX; ENGELS, 2019, p. 91) e que a construção do conhecimento é feita por diversos sujeitos que vivenciam esta vida social, com diversas capacidades e diversos níveis de conhecimentos formais e informais.

Por fim, espera-se a partir da explanação dessa atividade realizada na UEFS que outros estudantes mobilizem estratégias junto às comunidades, a fim de que os sujeitos nelas presentes a identifiquem como lugares da memória, envolvendo ainda o lugar da “luta”, e da “preservação”, além do “respeito” nestes espaços. A atividade foi responsável por articular e estabelecer relações entre as histórias do cotidiano diário dos educandos e o conhecimento acadêmico da história da resistência a escravidão, aproximando àquilo que parecia ser acontecimento distante, da compreensão prática destes.

Referências

BRASIL. Portaria nº N° 61, de 20 de maio de 2014. REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 16 e CERTIFICAR que, conforme a declaração de Autodefinição e o processo em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO. **Diário Oficial da União**: FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, Brasília, DF: Imprensa Nacional, n. 95, p. 13, 21 mai. 2014.

_____. **Lei nº 10.649, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 10 jan. 2003.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 11 mar. 2008.

CARMO, Yuri C. do. Resumo SEMIC:: OS LUGARES QUE CONTAM HISTÓRIAS E RESGATAM A MEMÓRIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA MATINHA DOS PRETOS. **Anais do Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana**, Feira de Santana, BA, 26 jan. 2023. *(No prelo)*

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Teses sobre Feuerbach. In: **A Ideologia Alemã**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. p. 89 - 91.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB 16/2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 20 nov. 2012.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (org.). **Novos combates pela História**: Desafios. São Paulo: Contexto, 2021. p. 85 - 114.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.** [S. l.], 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 21 nov. 2022.

SILVA, Maria Aparecida da. História do Currículo e Currículo como Construção Histórico-cultural. *In*: Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 4820-4828.

SOUZA, Railma dos Santos. “Identidade quilombola em Matinha dos pretos e Fazenda Candeal (Feira de Santana/BA)”, *In*: MIRANDA, Eduardo O. (Org.). **Educação afro-brasileira**: encruzilhadas das experiências culturais. Salvador: Kawo-Kabiyesile, 2015, pp. 65-80.

_____. **Memória e História Quilombola: Experiência Negra Em Matinha Dos Pretos E Candeal (Feira De Santana/Ba)**. Dissertação (Mestrado Profissional Em História Da África, Da Diáspora E Dos Povos Indígenas). Cachoeira: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras, 2016.

UEFS. PROEX. A Extensão na UEFS. *In*: **Site da Pró-Reitoria de Extensão da UEFS**. [S. l.], 2020. Disponível em: <http://proex.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4>. Acesso em: 22 nov. 2022.

Ser capitalista na Bahia do século XIX

Allan da Silva de Freitas¹⁴

RESUMO

O presente artigo objetiva discutir o desenvolvimento das relações capitalistas na Bahia do século XIX. Para isso, discutimos como a aparição e a usabilidade do termo “capitalista” no Brasil oitocentista pode ser uma das chaves para se compreender o amplo processo de inserção do país nas lógicas do capitalismo mundial. Para a realização deste estudo, utilizamos metodologicamente a análise da trajetória e do contexto vivido por Joaquim Pedreira de Cerqueira, residente da vila da Feira de Sant’Anna, coronel da Guarda nacional, rico negociante, proprietário de fazendas no sertão do Camisão, imóveis urbanos e rurais em Feira de Santana e hinterlândia, e dono de um engenho de açúcar em Santo Amaro, no Recôncavo baiano. A escolha do sujeito em questão perpassa o nosso acesso a um considerável número de fontes que frequentemente adjetivam o coronel Pedreira como “grande capitalista”, “rico capitalista” ou mesmo “distinto capitalista”. Assim, neste artigo produzimos um estudo de microanálise que contribui para a elucidação do processo de avanço do capitalismo no Brasil.

Palavras-chave: Capitalismo. Trajetória. Bahia. Século XIX. Riqueza.

ABSTRACT

This article aims to discuss the development of capitalist relations in Bahia in the 19th century. For this, we discuss how the appearance and usability of the term “capitalist” in nineteenth-century Brazil can be one of the keys to understanding the broad process of insertion of the country in the logic of world capitalism. To carry out this study, we methodologically used the analysis of the trajectory and context experienced by Joaquim Pedreira de Cerqueira, resident of the village of Feira de Sant’Anna, colonel of the National Guard, rich businessman, owner of farms in the hinterland of Camisão, urban real estate and rural in Feira de Santana and hinterland, and owner of a sugar mill in Santo Amaro, in the Recôncavo of Bahia. The choice of the subject in question permeates our access to a considerable number of sources that frequently call Colonel Pedreira a “great capitalist”, “rich capitalist” or even “distinguished capitalist”. Thus, in this article we produce a microanalysis study that contributes to the elucidation of the process of advance of capitalism in Brazil.

Keywords: Capitalism. Trajectory. Bahia. XIX century. Wealth.

Introdução

¹⁴ Mestre em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana e professor efetivo da rede estadual de ensino da Bahia. E-mail: allan.asf22@gmail.com. <https://orcid.org/0009-0007-1064-4263>. Este texto é produto da dissertação de mestrado que contou com o financiamento da CAPES.

Baraúnas, n.º 1, v.1, mai/dez, 2023

O presente artigo é resultado das reflexões empreendidas por mim no segundo capítulo da dissertação de mestrado chamada *Um “Mauá” entre nós?* defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UEFS. (FREITAS, 2021).

O interesse pela pesquisa sobre o que seria um capitalista na Bahia do século XIX partiu da experiência histórica de Joaquim Pedreira de Cerqueira, um rico negociante, proprietário de fazendas, imóveis urbanos e de um engenho de açúcar em Santo Amaro. Patriarca da família mais rica da Vila da Feira de Sant’Anna, o coronel Pedreira, como era conhecido, em decorrência de sua participação enquanto oficial da Guarda Nacional, foi afamado nos jornais da época como um rico, grande e ilustre capitalista¹⁵ dos sertões baianos. (SOUSA, 1861).

O coronel nasceu em 1799 em São Gonçalo dos Campos, na época freguesia pertencente à Vila de Cacheira, e faleceu em 1873 na Vila da Feira de Sant’Anna. Financeiramente, o Coronel Pedreira teve destaque no contexto imperial: ele foi um dos homens mais ricos do período, detendo uma fortuna de 1.281:287\$045 réis, celebrenemente figurando entre os duzentos maiores acionistas do Banco do Brasil, e como acionista do Banco da Bahia.¹⁶

Em 1859 ocorreu um dos célebres momentos da vida do coronel Pedreira: Recepcionou em sua casa o imperador D. Pedro II e sua esposa Teresa Cristina. Sua Majestade se mostrou impressionado com a riqueza do coronel. Diante disso, escreveu em seu diário que, curioso, perguntou ao potentado sujeito qual o seu ramo de negócios. Joaquim Pedreira então respondeu “que era agiota, porque negociava em juros.” De forma irônica, D. Pedro II relatou ainda que “parecendo-me pela cara [do coronel Pedreira], sê-lo também [agiota] na significação ordinária da palavra”. (PEDRO II, 1959, 185).

Na pesquisa realizada, constatamos uma relação direta entre a prática do empréstimo de dinheiro a juros e a utilização do termo capitalista. Não à toa, o coronel Pedreira era comumente adjetivado com esse termo. No entanto, estabelecer a relação agiota/capitalista não é suficiente para afirmarmos o que era ser um capitalista na Bahia do século XIX.

¹⁵ HEMEROTECA DIGITAL - BIBLIOTECA NACIONAL. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 00086, 28 mar. 1863.

¹⁶ Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Judiciário. Série Inventários. Autos: 1/221/401/2 – Joaquim Pedreira de Cerqueira (1873-1876); HDBN. *Correrio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal*. Rio de Janeiro, n. 00336, 05 dez. 1866.

Baraúnas, n° 1, v. I, mai/dez, 2023

Através do cruzamento de fontes como jornais e bibliografias de época, o inventário e o testamento do coronel Pedreira, discorremos neste artigo sobre algumas considerações que ajudam a elucidar quais os significados do termo capitalista em uma sociedade não capitalista, como era o caso da Bahia do período.

Para a realização deste trabalho, separamos o artigo em três tópicos. O primeiro *Considerações sobre a usabilidade oitocentista do termo “capitalista”*, versa sobre as visões oitocentistas sobre o ser capitalista e como os dicionários, compêndios que sedimentam os significados de uma dada realidade, podem nos ajudar a discutir a aparição do termo em questão.

No tópico seguinte *A tentativa de inserção do Brasil no mundo do Capital*, discutimos as reformas empreendidas pelo Estado brasileiro entre 1844 e 1850 no sentido de possibilitar o desenvolvimento capitalista interno do país e como tais ações nos auxiliaram na compreensão do termo capitalista.

Por fim, o último tópico é *O coronel Pedreira: um capitalista?* Em que trabalhamos a composição da fortuna de Joaquim Pedreira de Cerqueira, suas relações com o contexto nacional e sua adjetivação enquanto capitalista.

Considerações sobre a usabilidade oitocentista do termo “capitalista”

Kátia Mattoso (1992, p. 610), historiadora que investigou as fortunas e as elites da sociedade baiana oitocentista, apontou que, pela abrangência de negócios em que participavam e pela imprecisão do termo, o ser ‘capitalista’ se configura, assim, não como uma incógnita, mas sim um dissenso. Entendemos que esse não é um caso específico baiano, pois Maria Bárbara Levy (1994) apontou percepções parecidas para o Rio de Janeiro do século XIX.

O abastado senhor foi descrito em muitas ocasiões como capitalista em jornais do Rio de Janeiro, de Pernambuco e da Bahia. O termo é empregado para definir o coronel seja de forma específica, seja associada a outras qualificações, tais como “o mais rico proprietário e capitalista”, “abastado capitalista” e “grande capitalista”.¹⁷ Nesse sentido, devemos nos questionar: quais as condições que detinha o coronel Pedreira para a sua representação de capitalista?

¹⁷ HDBN. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 00086, 28 mar. 1863, p. 1.; HDBN. *Diário de Pernambuco*. Pernambuco, n. 00057, 09 mar. 1873, p. 2; Centro de Estudos Feirenses/Museu Casa do Sertão/UEFS. *Folha do Norte*. Feira de Santana, livro 2, p. 45.
Baraúnas, n° 1, v. I, mai/dez, 2023

Para Silvana Andrade dos Santos (2020, p. 78), o termo capitalista se referia a um grupo de sujeitos de grandes cabedais que possuíam investimentos em diferentes áreas: eram senhores de engenho, proprietários rurais, negociantes, como também industriais, como é o caso de Antonio Pedrozo de Albuquerque, um dos indivíduos estudados por Santos e que era tido pelos contemporâneos como o “primeiro capitalista do norte do Império”.

Segundo Santos, após Pedrozo de Albuquerque formar sua fortuna e se consolidar como grande negociante e prestamista na sociedade baiana, ele passou a não mais ser conhecido enquanto negociante, mas pela palavra “capitalista”. A autora, contudo, admite o dissenso quanto à definição precisa do termo capitalista, mas considerou que a palavra estava ligada a pessoas de grandes posses e “dinheiro para suas negociações e meneio”. (SANTOS, 2020, p. 41).

Para João Fragoso (2013), em seus estudos sobre os potentados do café na região de Paraíba do Sul, os capitalistas eram sujeitos que, mediante múltiplos investimentos, operavam em setores vitais da economia, investindo no tráfico de escravizados, na cafeicultura e no empréstimo de dinheiro a juros. Eram capitalistas também aqueles que, após acumularem fortuna, imobilizavam seus capitais através da compra de imóveis urbanos e apólices da dívida pública, o que nos demonstra a abrangência do termo.

Rodrigo Marins Marreto (2019), em seu estudo sobre Antônio Clemente Pinto, afirmou que o Barão de Nova Friburgo, potentado falecido em 1869 aos 74 anos e que teve uma fortuna avaliada em mais de 6.909:371\$570 réis, foi traficante de escravizados, grande cafeicultor e fazendeiro que acumulou fortuna no comércio de grosso trato, sobretudo na comercialização de cativos, e depois investiu seus capitais em propriedades. Conhecido como capitalista à sua época e por passar do negócio de grosso trato para a produção agrícola, Marreto caracterizou-o como capitalista-fazendeiro.

Segundo o autor, após a observação do caso do Barão de Nova Friburgo, percebeu-se que o termo capitalista era utilizado para designar abastados sujeitos que possuíam uma dada modernidade nos seus padrões de investimentos. Essas aplicações serviam-lhes como meio de multiplicação de suas riquezas. (MARRETO, 2019, p. 190).

No jornal *O Constitucional: Folha política, literária e comercial*,¹⁸ publicou-se, em 1854, através do conto chamado *O jogo do burro*, o caso de Lucas, um

¹⁸ HDBN. *O Constitucional: Folha política, literaria e commercial*. Bahia, n. 00049, 11 jul. 1854, p. 3. *Baraúnas, n° 1, v. I, mai/dez, 2023*

sujeito que, animado pelas possibilidades de se tornar um grande capitalista, contraiu um empréstimo no valor de 1:000\$000 de réis a prazo de 30 dias de carência, assegurando a hipoteca de uma escravizada e todos os seus demais bens como garantia aos credores. O objetivo do empréstimo era a compra de ações e o enriquecimento a partir delas, haja vista que as propagandas davam certeza de dividendos entre 18 e 24%.

No fim, Lucas perdeu todo o seu dinheiro com o investimento nas ações e, ao chegar em casa para contar a sua esposa o derradeiro fim das suas aplicações, uma de suas filhas teria exclamado: “Mamãe, minha querida mamãezinha olhe!... olhe como papai está com as orelhas tão grandes, ele não tem sapatos, os pés estão redondos e por detrás vem aparecendo uma cousa tão comprida e cabeluda”. Lucas se desconfigurou por completo e se transformou em um burro.

O relato nos indica alguns significados do que era ser capitalista. Tratava-se, então, de um sujeito de muitas posses, de indivíduos que enricavam rapidamente, como relatou certa parte do conto. O mercado de ações, por sua vez, era um reduto para poucos. Desavisados, como parece ter sido o caso de Lucas, eram presas fáceis de um jogo do qual só “burros” acreditariam poder participar, como deixou transparecer o autor do conto, pois ser um capitalista exigia muito mais capital e redes de sociabilidades que apenas uma simples inserção no mercado de ações.

O pequeno círculo em que estavam os capitalistas pode ser exemplificado em publicação mais adiante, do próprio jornal *O Constitucional: Folha política, literária e comercial*, de 1864, em que lemos: “alguns contos de réis não é nada para um capitalista, ao passo que cem mil réis já é alguma coisa para quem não tem fortuna”.¹⁹ Os vultosos tratos comerciais dos capitalistas dadas as suas cifras, bem como a importância desses indivíduos para o país foram tema de uma poesia no jornal *Correio Mercantil*, em 1844, que dizia: “[...] Capitalista que empresta duzentos contos de réis / Metade em velhos papeis / Para o tesouro salvar / Dentro em poucos dias entra a crescer e engordar.”²⁰

Em um comunicado sobre a importância do desenvolvimento de um “costume do trabalho” no povo brasileiro através da promoção da produção industrial no país, o *Correio Mercantil* fez uma publicação em 1839 sobre a importância do crédito para o jovem país em processo de desenvolvimento:

¹⁹ HDBN. *O Constitucional: Folha política, literária e comercial*. Bahia, n. 00026, 23 jul. 1864, p. 4.

²⁰ HDBN. *Correio Mercantil*. Bahia, n. 00013, 17 jan. 1844, p.3.

[...] existe porém ainda outro poder industrial, sendo este uma força inteiramente moral por sua natureza, a saber: o crédito, cujo efeito, ainda que invisível em cada um dos produtos por si, é largamente confirmado pelo acréscimo geral do bem estar social. Chamado à existência pelos primeiros progressos da indústria, o crédito produz uma reação sobre a mesma indústria, facilitando o troco, os câmbios e os meios da comunicação. Os capitalistas e as companhias de bancos **são os intermediadores da confiança pública, os agentes do crédito**; seu trabalho consiste em liquidar o mais prontamente e o mais economicamente possível as contas relativas ao trabalho feito, e em prover os materiais da produção para o trabalho que deve ser empreendido.²¹

O crédito é apresentado como um poder industrial invisível inadiável. Ele seria responsável pelo desenvolvimento da estrutura em que se ergue a indústria e crucial para o bem estar social devido ao aumento da oferta de produtos. Notamos que, para a construção e realização do crédito em uma sociedade, os capitalistas e os bancos são apresentados como os “intermediadores da confiança pública, os agentes do crédito”. O capitalista é, portanto, parte fundamental do projeto de desenvolvimento capitalista de um país por meio da prática prestamista. Contudo, cabe mencionar que o texto publicado em 1839 representa mais um vislumbre de país aos moldes de uma nação de capitalismo desenvolvido do que o reflexo de condições materiais efetivas do Brasil daquele período.

Segundo o texto, ainda seria necessária a formação de uma classe trabalhadora dada ao costume do trabalho, ao espelho de lugares como a Inglaterra, mas naquele momento a escravidão vigorava com toda sua intensidade em engenhos, fazendas e cidades brasileiras. Podemos concluir que, além de se tratar de uma afirmação em que é expressado um preconceito racial, apresenta também um projeto de país que se almejava.

Podemos expandir o vislumbre do autor ainda em relação aos capitalistas, aos bancos e aos agentes do crédito. O autor entrevia que tais agentes do crédito fossem como os promotores do desenvolvimento industrial eram na Inglaterra. Em solo brasileiro, como trataremos mais adiante, até 1850 a atividade bancária ainda dava curtas braçadas em seu processo de implantação e consolidação. Além disso, a possibilidade de acumulação de grandes capitais no interior do país foi limitada até a promulgação do Código Comercial de 1850.

²¹ HDBN. *Correio Mercantil*. Bahia, n. 00019, 23 jan. 1839, p. 1. grifo nosso. *Baraúnas, n.º 1, v. I, mai/dez, 2023*

Para as condições materiais e sociais imperantes em território nacional pretensamente pré-capitalista, parece-nos que publicações como a do jornal *A verdadeira marmota*, em 1851, podem nos reconduzir a representações mais próximas ao cotidiano: “[...] quando o rico capitalista recebe quarenta contos de réis tem tanto prazer como o mendicante quando a sorte lhe dá uns dez tostões.”²² Ou mesmo no jornal *O Argos San'amaraense*, em que o autor, em inconformidade em relação à justiça do seu tempo, relata que “[...] naquella balança [da justiça] se pesa o ouro do rico capitalista, que com as grandesas e dignidades adquiridas, ou compradas com as depredações, os roubos, os assassinatos, os monopólios, o tráfico da carne humana em fim conseguem comprar até a justiça.”²³

As publicações de época dão conta da circulação de representações acerca dos capitalistas que variam. Desse modo, é possível verificar imagens que atestaram a valorização dos capitalistas como verdadeiros agentes do progresso, mas também há aqueles que os viam como trapaceiros que, por não estarem submetidos à justiça, enriqueciam de forma ilícita, imoral e em grandes proporções. Como apontado pela bibliografia já citada, o tráfico de escravizados, bem como a riqueza advinda dos negócios de grosso trato aparecem como formas de caracterização das práticas e representações envolvidas na conformação do termo capitalista. Contudo, é preciso investigar como o termo era apresentado formalmente à época e, por isso, examinemos os manuais linguísticos de língua portuguesa.

O primeiro dicionário da língua portuguesa data de 1712, cujo título foi *Vocabulário Português e latino*. (BLUTEAU, 1712). O autor foi o padre Raphael Bluteau que publicou oito volumes e dois suplementos para a composição de sua obra dicionarista. No volume dois, direcionado às letras B e C, o termo capitalista inexistente. Porém observamos a presença da palavra capital. Para esse termo, há significados diversos: “a forma principal. O principal de uma dívida, de que se pagam os juros” dentre outras. (BLUTEAU, 1712, p.124-125).

Mais adiante, em 1789, inspirado pelos escritos de Rafael Bluteau, é lançado pelo luso-brasileiro Antônio de Moraes Silva o famoso dicionário de Moraes (1789), que será relançado em diversas edições até o século XX.

²² HDBN. *A verdadeira marmota*. Bahia, n. 00049, 21 jun. 1851, p.2.

²³ HDBN. *O Argos San'amaraense*. Santo Amaro, n. 00048, 16 ago. 1851, p. 1.
Baraúnas, n° 1, v. I, mai/dez, 2023

Na obra de Silva, em sua primeira edição, não constatamos a existência do termo capitalista, enquanto a palavra capital aparece mais uma vez. O significado desse termo foi conceituado como “a soma principal, o fundo de bens, com que se entra em algum trato, contratação, comércio, empréstimo, e opõe-se aos lucros, frutos, juros.” (SILVA, 1789, p. 230).

Vale mencionar, contudo, que, para a definição da palavra “banco”, um dos significados discorre da seguinte maneira: “associação de pessoas, que entram com certa soma de capital, para fazerem operações de comércio, e repartirem os lucros aos capitalistas”, exemplo, “o Banco de Flandres, de Inglaterra.” (SILVA, 1789, p. 162). Notamos a presença da expressão “capitalistas”, definida como algo próximo a alguém que, mediante a associação de capitais, realiza operações de comércio. A referência é dada pelo caso inglês, porém é curioso notar a inexistência do termo capitalista como algo a ser significado no dicionário. A nosso ver, trata-se, pois, de um termo possivelmente importado dos pioneiros anglo-saxões, e não usual na língua portuguesa.

Em 1832, na cidade de Ouro Preto, Luiz Maria da Silva Pinto publicou o *Dicionário da língua brasileira* (1832), o primeiro a fazer a lexicografia geral da língua falada no Brasil. (HENRIQUES, 2019, p. 19.) Nele, o termo capitalista, tal como no caso dos dicionários de Bluteau e de Moraes, inexistente, evidenciando, possivelmente, a pouca utilização do termo no país. Contudo, continua a existir o termo “Capital”, designado como: “assim se chama o principal, o fundo de bens, com que cada um entra em comércio, trato, empréstimo”, inspirado no dicionário de Moraes. (PINTO, 1832, p. 198).

Para o período posterior ao *Dicionário da língua brasileira*, encontramos em 1873 com a publicação do *Grande dicionário português ou, Tesouro da língua portuguesa* (1873) em Porto, Portugal, o termo capitalista aparecendo na língua portuguesa e sendo descrito como “o que possui um capital ou vive de suas rendas. O que empresta o seu capital a um empreendedor da indústria. O que possui fundos consideráveis - um rico capitalista.” (VIEIRA, 1873, p. 93). Devemos levar em consideração, no entanto, que o mercado editorial era escasso no Brasil oitocentista, então, provavelmente houve uma defasagem entre a publicação da terminologia no dicionário e o uso corrente pelas pessoas.

No hiato entre os anos de 1832 e 1873, o termo capitalista surge em um dicionário de língua portuguesa refletindo, portanto, o avanço e a consolidação do

capitalismo no ocidente. Em 1890, é lançada a edição do chamado Dicionário de Moraes no Rio de Janeiro. Nele, o termo capitalista aparece como: “Pessoa que tem grandes cabedais e dinheiros para suas negociações, e meneio, banqueiro. O que vive de seus rendimentos; o que empresta dinheiro a juros.” (SILVA, 1890, p. 405).

Elegemos primeiro um dicionário brasileiro e, após a investigação em dicionários de língua portuguesa, chegamos ao *Grande dicionário português ou, Tesouro da língua portuguesa*, de 1873. Mas, deduzimos tratar-se de uma amostra do avanço e consolidação do capitalismo no ocidente pode parecer discutir de forma genérica com as circunstâncias. Nesse sentido, cabe saber como se processaram o desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil, e o que contexto nacional pode nos apresentar como possíveis respostas para o surgimento da definição de capitalista desmembrada de Capital nos dicionários de língua portuguesa.

A tentativa de inserção do Brasil no mundo do Capital

Entre os anos de 1844 e 1850, o Brasil realizou uma série de reformas que objetivam inserir o país nas lógicas capitalistas de produção. A tentativa era, em linhas gerais, de deixar para trás o posicionamento periférico que o jovem país amargava num mundo dominado pelos ingleses, e que tinha o capitalismo e suas relações como a tônica dos países mais desenvolvidos.

Neste sentido, começamos apontando as iniciativas do Estado brasileiro, sobretudo na segunda metade do século XIX, para inverter os capitais investidos externamente no tráfico e outras atividades mercantis para o plano nacional, em vista de desenvolver o capitalismo interno.

Tendo em vista a dinamização e a adequação da economia brasileira aos moldes do capitalismo mundial, uma série de reformas foram feitas pelo Estado nacional. Tais medidas representaram o surgimento de novos marcos legais para o delineamento do capitalismo nacional e culminaram tanto no surgimento como no fortalecimento de novas indústrias. As reformas foram: a Alves Branco (1844), a adequação ao padrão ouro da economia nacional (1846), a Lei de terras (1850), a Lei Eusébio de Queiróz que instituiu o fim do tráfico transatlântico (1850) e, por fim, o Código Comercial (1850). (BAIARDI, SARAIVA, ALMICO, 2007, p. 80).

Por meio da análise das citadas reformas, poderemos investigar melhor o processo tomado pelo Estado brasileiro em redirecionar o capital mercantil, antes

Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023

investido externamente para o plano interno visando se rearranjar na composição econômica do país para promover uma nova articulação com o capitalismo inglês. As medidas evidenciam que as ações empreendidas pelo Estado Imperial não são desconexas, mas podem se configurar como um “feixe”, isto é, um conjunto indissociado de medidas em prol do desenvolvimento capitalista do Brasil. Começamos tratando sobre a Reforma Alves Branco.

Desde 1386, mediante o Tratado de Windsor acordado entre Portugal e Inglaterra, acordos de cooperação foram historicamente formados pelos dois países, dentre eles está aquele firmado em 1810 no processo de abertura dos portos da América portuguesa aos países amigos. Nesse acordo, como sinal da hegemonia inglesa no mundo e da influência que tinha sobre Portugal, a taxação dos produtos de origem inglesa foi estabelecida na ordem de 15%. As mercadorias de Portugal, dona da colônia, foram estipuladas em 16%. Tal processo de domínio anglo-saxão no território colonial ecoará no império brasileiro durante a maior parte do século XIX. (SODRÉ, 1998, p. 199).

A revisão da legislação Joanina de 1810 só ocorreu em 1828, quando D. Pedro I revogou aquele acordo e estabeleceu a igualdade de tratamento, ao menos na forma da lei, a todas as mercadorias de procedência estrangeira, estabelecendo uma taxa única de 15%. Contudo, a hegemonia internacional britânica sobre os mercados do mundo ocidental concorreu para não alterar a posição preponderante que os anglo-saxões possuíam em território brasileiro.

Segundo Wilma Peres Costa (2002, p. 148), desde o começo da constituição do Estado brasileiro, esse esteve deficitário nos dois pilares fundamentais para a sua afirmação enquanto Estado moderno: possuir um aparato militar, com a monopolização da força, e um sistema fiscal que sustentasse o Estado.

A manutenção da sociedade escravista, que assegurava aos senhores de escravizados o direito à violência, impedia o monopólio da força pelo Estado. Na máquina fiscal, a taxação dos produtos exportados, do imposto territorial dos grandes latifúndios e das fortunas particulares mostrou-se inviável devido a resistência das elites brasileiras aos impostos, os quais poderiam tirar a competitividade de seus produtos frente ao mercado internacional e que relembra os tempos coloniais. (LEVY, 1994, p. 45-46). Tais resistências não puderam ser efetivamente enfrentadas porque o Estado precisava do apoio desses sujeitos para a sua consolidação. A taxação dos produtos

importados foi a tentativa encontrada pelo Estado brasileiro de se capitalizar. (COSTA, 2002, p. 153-156).

A Tarifa Alves Branco foi a primeira reforma tarifária do Segundo império. Para o próprio autor da proposta, que se tornou lei, Manoel Alves Branco, a medida foi um ensaio da primeira investida protecionista no Brasil. A reforma era encarada por dois prismas: como já tratamos antes, o primeiro buscava aumentar as rendas do Estado que apresentava sempre um orçamento sobrecarregado e um constante *déficit* em sua balança comercial, apesar da ascensão do café brasileiro no mercado internacional; o segundo, visava o desenvolvimento industrial do país. (SODRÉ, 1998, p. 199-200).

Como dissertou Pedro Henrique Batista Barbosa, a Tarifa Alves Branco representou o avanço do grupo favorável às políticas protecionistas no Estado brasileiro. Ainda segundo o autor, como consequência da tarifa em questão, em 1846, foi editado um decreto complementar de n. 386 que concedeu muitos benefícios ao desenvolvimento industrial do país, dentre eles a isenção por dez anos do direito de importação de máquinas e peças para o maquinário destinado às fábricas de têxteis de algodão. (BARBOSA, 2014, p. 68).

A atitude protecionista entrou em choque direto com os interesses ingleses, que tinham o interesse na renovação do tratado livre-cambista assinado no momento das negociações referentes ao reconhecimento diplomático da Independência do Brasil. Diante disso, o governo inglês tratou de aumentar a taxaço do açúcar brasileiro, assim como endurecer o combate ao tráfico internacional de escravizados, conhecido como *Bill Aberdeen*.²⁴

A segunda atitude estatal foi a Reforma Monetária, que ao contrário da prevalência do interesse interno, que se configurou com a Tarifa Alves Branco em 1844, pendeu para os interesses externos, especialmente dos ingleses por causa da hegemonia anglo-saxã no mundo.

A reforma posta em vigor mediante a lei nº 401, de 11 de setembro de 1846, determinava em seu Artigo 1º que, a partir de 1º de julho de 1847, seriam recebidas as moedas de ouro de 22 quilates na razão de 4\$000 réis por oitava nas repartições públicas. Quanto às moedas de prata, ficaria na razão que o governo determinasse. No

²⁴ Ato do parlamento Britânico, datado de oito de agosto de 1845, que dava aval à marinha inglesa para a captura de navios presentes no oceano Atlântico suspeitos de participarem do tráfico de escravizados. Ver: texto do *Bill Aberdeen* (em inglês): 8º & 9º Vict. Cap. CXXII. An Act to amend an Act, intituled An Act to carry into execution a Convention between His Majesty and the Emperor of Brazil, for the Regulation and final Abolition of the African Slave Trade. [8th August 1845].

Baraúnas, n.º 1, v. I, mai/dez, 2023

artigo 2º, determinava-se que o governo estava autorizado a retirar de circulação da soma de papel-moeda necessária para elevar o valor deste papel-moeda ao valor fixado na razão de 4\$000 por oitava. (VEIGA FILHO, 1905, p. 148-149).

Em outras palavras, o antigo sistema bimetálico, legado da colonização portuguesa e reafirmado pela reforma monetária brasileira de 1833, era posto por terra. O padrão-ouro era assumido pelo Brasil, estabelecendo a paridade de 27 pence por mil réis. Essa medida, como abordou Levy, buscava “adequar o país às normas das trocas no mercado mundial, através de um consagrado mecanismo de ajuste das políticas monetárias dos diversos países sob a liderança inglesa”, estabilizando a taxa de câmbio entre o mil réis e a libra esterlina, o que facilitava a conversibilidade das moedas e, por conseguinte, permitiria uma maior mobilidade internacional do capital inglês no Brasil. (LEVY, 1994, p. 47).

Mas qual a desvantagem dessa reforma monetária, sabendo-se que mediante ela, um país poderia usufruir de um maior investimento de capital inglês em território nacional? O problema reside justamente na essência do novo padrão monetário pois a adoção do padrão-ouro sem possuir reservas metálicas de ouro suficientes para sustentar uma moeda forte e equilibrar a balança de pagamentos, mais que um passo de “modernização” e ingresso no mercado mundial capitalista, era um afastamento da realidade ordinária do país.

No ato das nações de capitalismo central de financiamento dos *déficits* dos países periféricos em relação ao capital, criaram-se elementos extraeconômicos com capacidade de definir as formas de troca dos produtos tropicais no mercado internacional, tendo como consequência o *déficit* da balança comercial. Sabendo-se da natureza agroexportadora do Brasil no século XIX, não é difícil entender as dificuldades brasileiras em resistir às variações do mercado externo sobretudo quanto à cotação dos produtos que exportava, bem como dos que importava, mesmo sabendo-se da razoável autonomia do mercado interno e de seus preços, dado o seu funcionamento em bases escravistas. (FRAGOSO, 1998, p. 15-16).

Dadas as incompatibilidades com a estrutura econômica brasileira e os prejuízos causados aos setores internos, os princípios do padrão-ouro, durante o século XIX, não foram praticados em integralidade pelo Estado imperial. Contudo, representaram o interesse das elites nacionais, não sem conflitos, em vincular o país ao sistema capitalista internacional.

A terceira reforma empreendida pelo Estado nacional foi a definição de uma legislação a cerca da terra. Aprovada em 1859, a Lei de Terras já tramitava como projeto já em 1843. O princípio da legislação era de que, sendo a terra de fácil acesso, dada à abundância e vastidão em todo o território nacional, os homens livres não estariam dispostos a trabalhar em moldes parecidos com os antigos, do tempo de escravidão, em fazendas e engenhos e, nesse sentido, estariam mais inclinados a penetrar as áreas interioranas, sem muito valor comercial, onde cultivassem em uma pequena propriedade, limitando-se a uma economia de subsistência. (LEVY, 1994, p. 49).

Privar o acesso à terra e permitir a sua transferência de posse única e exclusivamente por via da compra foi um meio de impedir a obtenção de posses fundiárias aos negros livres e libertos, pois que o fim da escravidão àquela altura era patente. Desse modo, privar o acesso a terra a tais sujeitos era uma forma de prendê-los também às fazendas e à necessidade do trabalho para a subsistência.

Para Sodré, a criação da lei de Terras em 1850 foi a primeira e uma das principais medidas de transformação da estrutura brasileira de produção, visto que essa lei afirmava ser a terra uma propriedade estritamente privada e, por isso, era englobada ao mercado. Tal medida representou o avanço das relações capitalista em território nacional que, até então, era detentor de relações de trabalho supostamente incompatíveis com o capitalismo. (SODRÉ, 1990, p. 65).

Em termos gerais, a Lei de Terras transformou a propriedade fundiária em uma mercadoria, condição primordial para a solidificação de bases para uma economia capitalista, haja visto que a terra no Brasil era o mais importante meio de produção disponível.

Também no ano de 1850, foi aprovada a Lei Eusébio de Queirós, que determinou o fim do tráfico internacional de escravizados para o Brasil. Antes dessa lei, no entanto, a chamada Lei Feijó de 1831, resultado de compromissos assinados com a Inglaterra no período de reconhecimento internacional da independência, já havia proibido a importação de mão de obra compulsória no país.

Embora tenha proibido o tráfico, a lei de 1831 não obteve uma efetividade satisfatória em seu cumprimento, ratificando mais o compromisso internacional assumido pelo Brasil que permitindo o cumprimento legal no âmbito interno. Somente em 1832, mediante um novo decreto, medidas mais pormenorizadas foram tomadas para

que a lei fosse cumprida efetivamente., entretanto, até 1850, quando o tráfico transatlântico foi realmente proibido, um aumento de importações de escravizados ocorreu. (SODRÉ, 1990).

O que nos interessa saber aqui é, sobretudo, como a Lei Eusébio de Queirós influenciou no processo de acumulação de capital do país. Quanto a isso, disse-nos o Barão de Mauá, amigo íntimo de Eusébio de Queirós, que via na nova lei uma oportunidade de:

[...] reunir os capitais, que se viam repentinamente deslocados do ilícito comércio, e fazê-los convergir a um centro donde pudessem ir alimentar as forças produtivas do país, foi o pensamento que me surgiu na mente ao ter certeza de que aquele fato [a proibição do tráfico] era irrevogável. (MAUÁ, 1942 Apud LEVY, 1994, p. 51).

Em outras palavras, as grandes somas de recursos investidos pelos cafeicultores na compra de escravizados da costa da África, ou seja, destinados ao mercado externo, agora seriam invertidos na dinâmica nacional. Não à toa, a década de 1850 será de grandes transformações “industriais”, bancárias e de infraestrutura no Brasil. Segundo Caio Prado Junior (1969), foi a primeira vez que o país conheceu um período de grandes movimentações no campo dos negócios, pois novas empresas comerciais, financeiras e industriais surgiram, bem como a circulação monetária foi alargada. (1969, p. 154).

Dentre as grandes transformações estruturais do país, está a primeira estrada de ferro, inaugurada em 1854, bem como as primeiras linhas de telégrafo em 1852 com influência direta de Mauá e do capital inglês. Junto a tais modificações da estrutura do Brasil, estavam também os serviços de ordem pública, bem como o setor de transportes, lugar em que os capitais britânicos foram empregados e, mediante contratos leoninos, “auferiam grandes lucros”. Em verdade, como asseverou Sodré: “o Brasil se modernizava e essa modernização correspondia ao avanço das relações capitalistas. Ora, tais relações exigiam a força de trabalho livre, isto é, o trabalho assalariado”, e, por isso, o fim do tráfico tanto direcionava o país para o pagamento do trabalho através da utilização do componente monetário, como permitia a acumulação de capitais. (SODRÉ, 1990, p. 66).

Na Bahia do século XIX, observamos uma evidente sintonia com o contexto nacional. Em 1852 uma proposta de construção ferroviária foi apresentada na Assembleia da Província baiana. (FERNANDES, 2006). Com a aprovação, mais

adiante, através do Decreto nº 1615, de 09 de junho de 1855, os direitos de concessão foram transferidos oficialmente para os ingleses, e o capital britânico foi investido para a feitura da ferrovia que ligou Salvador a Juazeiro.²⁵

O coronel Pedreira estava inserido nessas lógicas de represamento e investimento de capitais. Dada a quantidade de escravizados presentes em seu monte-mor datado de 1873, 126 em posse, e mais dois fugidos, o numerário de cativos do coronel, em meio a um intenso tráfico interprovincial para o Rio de Janeiro e São Paulo iniciado desde a Lei Eusébio de Queirós, supõe a relevância da escravaria que o abastado senhor deteve nos tempos áureos do tráfico no Brasil do século XIX.

Por volta da década de 1870, o contingente de negros escravizados na Bahia não se comparava aos números do período anterior a 1850. Para mencionar o referido fluxo, aponta-se que “entre 1864 e 1874, a Bahia foi desfalcada de 55,1% de sua população escrava, enquanto as Províncias do Oeste, do Sul ou do Centro-Sul do Brasil registravam crescimentos que variam entre 14,9% (Centro-Sul) e 48,2% (Oeste e Sul).” (MATTOSO, 1992, p. 90). Em outras palavras, apresentar uma soma significativa de cativos na década de 1870 na Bahia, permite-nos especular quantos mais escravizados o coronel não teria possuído nos tempos áureos do tráfico.

Parece-nos, também, que o coronel passou não mais a comprar cativos, mas a vendê-los interprovincialmente e, assim, acumulou capitais seja pela proibição da compra de cativos no mercado internacional, seja no tráfico interprovincial. Pensando nesses termos, é possível compreender as grandes somas de capitais investidos pelo coronel em ações bancárias, férreas e de apólices da dívida pública constantes em seu inventário.

Aprovado no mesmo ano que a Lei Eusébio de Queirós, 1850, o Código Comercial brasileiro, mediante lei nº 556, de 25 de junho de 1850, é a última reforma mencionada aqui, e foi a coroação do processo de inserção do Brasil nas lógicas capitalistas, ao menos de forma teórica. Antes desse código, o país apenas aprendera a se ajustar ao capitalismo internacional, mas, após o código, a maior idade comercial e o seu regime interno capitalista eram incentivados e normatizados. (LEVY, 1994, p. 52).

No amplo movimento de avanço do capitalismo no mundo, iniciado em finais do século XVIII, a definição de regulamentos acerca das atividades econômicas,

²⁵ COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. *Decreto nº 1.299, de 19 de dezembro de 1853*. 1853, Vol. 1 pt II, p. 407.
Baraúnas, nº 1, v.1, mai/dez, 2023

sobretudo em se tratando do direito comercial, lograram posição de evidência. A importância da legislação comercial está na consolidação da ordem capitalista, ao racionalizar e normalizar as atividades econômicas. (BENTIVOGLIO, 2006).

Com a grande disponibilidade de capitais que o país encontrou a partir de 1850, mediante a abolição do tráfico, lembrando-se que antes do fim do tráfico havia possibilidades de acumulação endógenas e, portanto, já existia a disponibilidade de capitais, mesmo em menor escala, era necessário cooptá-los para a criação de grandes negócios, como pretendia com o Código Comercial. Assim, surgiram autorizações para a criação de Sociedades Anônimas. Essas, a partir da venda de ações, reuniam capitais e superavam os antigos modelos de financiamentos individuais de outrora, mas, como afirmou Caldeira, “o tráfico acabara havia pouco, entretanto o hábito de fazer de tudo uma empresa familiar e tocar os negócios em função dos conhecimentos pessoais não mudou na mesma velocidade.” (CALDEIRA, 1995, p. 227).

Tendo em vista essa situação, Irineu Evangelista de Souza, um dos responsáveis pelo Código, em assembleia realizada em 1851, com os acionistas do Banco do Comércio e da Indústria do Brasil, discursou que o “espírito” de associação era a “alma” do progresso. Em outras palavras, a acumulação de capitais era a base do desenvolvimento capitalista.

Para Mauá, era fundamental que o Brasil se projetasse no mundo capitalista e seu discurso logrou considerável êxito, posto que, após a assembleia de 1851, Irineu Evangelista de Souza levantou 10.000:000\$000 réis para fundar um novo banco. Mais ainda, como Caldeira observou, “o simples fato de Irineu ter conseguido juntar gente disposta a um investimento deste porte – o volume do capital equivalia a um terço do orçamento do Império para 1851 – indicava o tamanho da mudança acontecida no país.” (CALDEIRA, 1995, p. 226-227).

Podemos perceber como o Código Comercial e a permissão de sociedades anônimas (S.A.) impactaram os investimentos feitos pelo coronel Pedreira. Cerca de 41,8% do seu monte-mor foi aplicado em ações do Banco do Brasil, Banco da Bahia, Ações na Companhia Estrada de Ferro do Paraguaçu, apólices da dívida pública e Títulos do Governo Central, totalizando um investimento de 536:054\$780 réis. Além disso, o coronel teve ainda a quantia de 196:771\$422 réis cerca de 43,4% do dinheiro líquido presente no seu monte-mor depositado no Banco Mercantil e no Banco da Bahia.

As principais áreas de investimentos financeiros entre as S.A. foram os bancos. Dentre as instituições bancárias, a principal era o segundo Banco do Brasil. Essa sociedade anônima surgiu de um golpe dado no setor privado pelo governo brasileiro ao fundir o Banco do Brasil, de Mauá, ao Banco Comercial do Rio de Janeiro em 1853. As seguradoras em formato de Sociedades anônimas cumpriram também algum papel de captação de capitais ao redor de si a partir da garantia a grandes expedições nos mares.

Tratando brevemente das iniciativas do Estado brasileiro para a inserção do país nas lógicas do capitalismo das áreas centrais, tais como a Inglaterra, constatamos que o processamento das relações capitalistas no Brasil foi lento, gradual, mas repleta de conflitos. Entre a Independência do país e a consolidação do Segundo Império em 1850, o Brasil paulatinamente deixaria para trás o passado colonial e se direcionava a uma economia de mercado. O surgimento do termo capitalista desmembrado de capital, no período correspondente entre 1832 e 1873, é apenas um indicativo das mudanças econômico-sociais e religiosas que ocorreram.

Nesses processos de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em 1873, no *Grande dicionário português ou, Tesouro da língua portuguesa*, há uma polissemia entre ou capitalista ser aquele que empresta, vive de rendas ou simplesmente possui fundos consideráveis. A imprecisão deve-se ao período transitório que o próprio sistema político-social e econômico do período passava. O amadurecimento do conceito parece ser evidente no Dicionário de Moraes de 1890. Aqui, capitalista aparece como aquele que possui grandes cabedais e dinheiros para a realização de negócios.

Fato comum aos dois dicionários é a referência ao grande número de bens e à prática de empréstimo. Segundo Le Goff (1989), são nos prestamistas, ou usurários, que podemos encontrar o “parto do capitalismo”. Eles eram sujeitos pertinentes a sociedades pré-capitalistas: “A formidável polêmica em torno da usura constitui de certo modo “o parto do capitalismo”. (1989, p. 5).

Nesse sentido, examinar o capital a juros, a nosso ver, relaciona-se diretamente ao conceito de capitalista presente nos dicionários que citamos no começo deste capítulo, apesar de entendermos que o capital a juros isoladamente não produz o capitalismo, mas coopera para o seu surgimento.

O coronel Pedreira: um capitalista?

A agiotagem como principal negócio foi o apontado pelo coronel nos idos de 1859. Segundo o inventário desse abastado senhor, datado de 1873, as dívidas ativas somadas ao dinheiro líquido foram responsáveis por 76,8% da fortuna do coronel Joaquim Pedreira, confirmando a informação repassada por esse potentado ao Imperador brasileiro, cerca de 452:621\$315 réis dos bens corresponderam ao dinheiro líquido e 536:054\$780 réis aos bens em dívidas ativas, ou seja, de dinheiro a ser recebido.

Segundo Eurico Alves Boaventura, “mugia o boi nas malhas e, na Vila, crescia o interesse pela vida das fazendas e pelo progresso dos fazendeiros. Assim mesmo, mordida a usura a economia das casas-de-fazenda”. Continua ele: “não faltavam onzenários vivendo na Vilazinha, cobrando escorchantes juros de dois por cento ao mês, em 1867”. (BOAVENTURA, 1989, p. 386).

A referida espécie de relação financeira já pode ser vista como trato de negócios por parte do coronel Pedreira em 1834, quando em documentação encontramos: “Ana Florinda oferece, em garantia hipotecaria, a Joaquim Pedreira de Cerqueira, por 150\$000, ‘uma morada de casa térrea na Rua Nova desta Villa.’”²⁶ Nessa mesma época, o coronel não figurava, na Vila da Feira de Sant'Anna, entre os proprietários rurais que possuíam uma soma superior a 21 escravizados (FREIRE, 2012, P. 220), fato que mudaria, como poderemos ver mais adiante no inventário do coronel, quando esse já aparece como grande senhor de escravizados, somando 126 homens, mulheres e crianças que totalizaram 68\$156000 réis em seu monte-mor.

A ascensão do coronel ocorreu entre 1834 e 1873, período em que o abastado senhor acumulou uma expressiva quantidade de escravizados e de bens, o que nos permite indagar quais às razões para tais decursos. Possivelmente a grande demanda por carne verde nos mercados de Salvador e do Recôncavo baiano, o crescimento da produção açucareira no século XIX (FURTADO, 1998, p. 109-110) e a expansão do tráfico transoceânico de escravizados entre 1831 e 1850 (MARQUESE, 2013, p. 300) podem explicar. O coronel parece ter tido a astúcia que a posição de um homem de grandes negócios demandava, associada a informações privilegiadas por ser bem relacionado com a alta cúpula política do Império brasileiro, como podemos demonstrar

²⁶ CENEF. *Folha do Norte*. Feira de Santana, n. 1696, 10 jan. 1942. *Baraúnas, n° 1, v. I, mai/dez, 2023*

a partir de seus investimentos fora da Bahia, no Banco do Brasil, por exemplo, e suas relações de amizade e parentesco com sujeitos ligados à Sua Majestade.²⁷

No ano de 1846, o coronel Pedreira aparece novamente em uma prática de agiotagem, contudo, dessa vez envolvendo escravos. No mencionado ano, o coronel assegurou um empréstimo na quantia de 200\$000 com juros de 3% ao mês. Como garantia do empréstimo, teve a hipoteca de um escravizado. (BOAVENTURA, 1989, p. 396). Em 1850 o coronel recebeu o pagamento de 12:610\$000 réis provenientes de um empréstimo que havia feito a Izabel de Souza Lemos na altura da elaboração da partilha amigável do inventário *post-mortem* da mesma.²⁸

Como relatou Godofredo Filho, de forma abismada, dada as somas dos valores em hipoteca em um trato financeiro do coronel Pedreira em 1860, o Capitão João Manoel de São Boaventura fez a Luiz José Pereira Borges [uma hipoteca] de "cinquenta escravos menores de vinte cinco e maiores de dois anos, em segurança da quantia de 23:065\$354 réis que o mesmo lhe garantiu ao Cel. Joaquim Pedreira de Cerqueira". (FILHO, 1976, p. 15).

Em 1865, há pelo menos mais um relato de práticas prestamistas por parte do coronel Pedreira com um sujeito chamado José Pereira de Cerqueira, que assumindo o compromisso em cartório redigiu:

Eu abaixo assigno por este meu credito, sinal e obrigação reconheço e declaro ser devedor do Snr. Coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira a quantia de hum conto seiscentos e dois mil e trezentos reis proveniente de dinheiro por empréstimo para compra de bois para soltar e serem revendidos e cuja quantia prometo e me obrigo a pagar-lhe ou a sua ordem a seis meses precisos tempo de convenção pela qual me obrigo a fazer este pagamento em moeda corrente: e para maior garantia do mesmo credor sujeito todos os meus bens presentes e futuros, e dentre esses os melhores [...] fazendo pronto pagamento do costume no seu vencimento e na falta pagando mais o premio na razão de dois por cento ao mês até real embolso. E para certeza e segurança [...] passo o presente crédito por mim somente assignado.²⁹

O principal fato que nos salta aos olhos são as garantias ofertadas pelos mutuários ao credor, o coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira. Tanto no caso de Ana Florinda, do empréstimo de 200\$000 réis, quanto no relato de Godofredo Filho e, ainda na publicação da notícia no jornal *Folha do Norte*, percebemos a hipoteca como padrão

²⁷ Ver: PEDRO II. *Diário da Viagem ao Norte do Brasil em 1859*. Salvador: L. Progresso, 1959, p. 185.

²⁸ APEB, Seção Judiciária, Testamentos e Inventários, class. 03/1334/1803/04. Partilha amigável de Izabel de Souza Lemos (1850-1851).

²⁹ CENEF. *Jornal Folha Norte*. Feira de Santana, 29 abr. 1939.

de garantia para os empréstimos e a oficialização destes em cartório, fato que abordaremos mais adiante.

Precisamente no empréstimo feito a José Pereira de Cerqueira, de 1:602\$300 réis, observamos nas promessas de garantia do credor a sujeição de "todos os meus bens presentes e futuros, e dentre esses os melhores". E mais os direitos ao produzido nas lavouras do mutuário. O prazo de seis meses para o pagamento deveria ainda ser obedecido, caso contrário, ocorreria a incidência de juros de dois por cento ao mês sobre o valor. Percebemos que não se tratava de uma prática prestamista de poucas possibilidades, mas de um alto risco para José Pereira de Cerqueira, e de interessantes vislumbres para o coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira.

Podemos especular ainda que a compra de bois para uma revenda em um semestre, que conseguisse saldar a dívida com o coronel Pedreira e ainda avultar lucros que compensassem o esforço, poderia não ser uma tarefa das mais fáceis. Devemos inferir ainda que o referido crédito deve ter sido ofertado em gado *vacum* pelo coronel, pois ele se constituiu ao longo da vida como um grande pecuarista. Na altura do seu inventário foram registrados a quantidade de 2.466 reses.

Os avós do coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira são mencionados no *Ano Biográfico Brasileiro* (MACEDO, 1876, p. 259) como abastados fazendeiros do século XVIII em Minas de Goiás,³⁰ que, por seu turno, era um fornecedor de Gado para o abatedouro de Salvador e tinha passagem obrigatória pela Vila da Feira. De acordo com Godofredo Filho, os Pedreiras eram potentados econômicos no comércio de gado na Bahia oitocentista, bem como sócios da Companhia do Azevedo, referindo-se a José Azevedo Almeida, negociante de gado e profundo conhecedor dos caminhos, criação e abastecimento da província baiana da segunda metade do século XIX. (PERES; ROLLEMBERG, 2009, p. 131).

Em meio ao surto de *cólera morbus* e a crise de abastecimento de carne verde na Capital e no Recôncavo, que atingiu a Bahia na década de 1850, o Jornal *Correio Mercantil* publicou uma matéria que informava ter sido o coronel Pedreira um dos responsáveis por propor, juntamente a outros pecuaristas, o abastecimento regular de

³⁰ Localização referente ao hoje Estado de Goiás, que no século XIX era conhecido por suas minas de ouro e pela pecuária. Ver: VIEIRA JÚNIOR, Wilson Carlos Jardim. *Cartografia da Capitania de Goyaz no século XVIII: intenção e representação*. Brasília: Universidade de Brasília [Tese de doutorado], 2015. *Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023*

carne verde para a capital Salvador e sua hinterlândia durante o período de quatro anos.³¹

Sabendo-se da força econômica na criação e comercialização do gado que tinha o coronel Pedreira e que possivelmente foi uma das principais fontes da constituição e reprodução da sua riqueza, como podemos explicar a atribuição que o próprio abastado senhor fez a si de eleger a agiotagem como sua principal fonte de negócios? Podemos compreender a questão proposta mediante a análise da concessão de empréstimos feitos pelo coronel Pedreira.

Para além das já citadas atividades prestamistas, podemos encontrar processos civis em que o coronel acionou a justiça para garantir seus retornos financeiros na prática de concessão de empréstimos. Em 1859, uma ação de execução de bens é feita pelo coronel, em Salvador, contra Ana S. Boaventura e outros devedores.³² Em 1861, em Juazeiro, uma ação de dez dias é movida pelo coronel contra Joaquim Nogueira de Araújo, ou seja, um prazo de dez dias era dado para a apresentação da quitação de dívida com o interessado.³³ No ano 1865, em Jacobina, o Coronel entra com uma ação de cobrança a Guilermينو Soares da Rocha.³⁴ Por fim, em 1869, uma ação de execução é movida contra Isaac Sabac na Vila da Feira de Santana.³⁵

Fato a ser notado é: os tratos prestamistas feitos pelo coronel não se dissociam dos lugares envolvidos nas rotas do gado: Salvador, Juazeiro, Jacobina e Feira de Santana.

João Fragoso e Ana Rios (1995), em um estudo de caso acerca do Comendador Manuel de Aguiar Vallim, falecido em 1878, problematizaram o que eles convencionaram a chamar de fazendeiro-capitalista. Esse tipo de fazendeiro apresentava características específicas em seus investimentos. Com os lucros obtidos nas lavouras de café, os fazendeiros-capitalistas investiam o dinheiro em empréstimos a altos juros e, com o resultado desses empréstimos, adquiriam mais terras e escravizados, o que representava também o aumento da produção cafeeira. Tal era o perfil de investimentos

³¹ HDBN. *Correrio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal*. Rio de Janeiro, n.284, 17 out. 1857.

³² APEB. Seção: Judiciário. Autos: 81/2888/9/137. Execução. Interessado: Joaquim Pedreira de Cerqueira; parte: Ana S. Boaventura (e outros). (1859-1859).

³³ APEB. Seção: Judiciário. Autos: 33/1178/12/25. Ação de dez dias. Interessado: Joaquim Pedreira de Cerqueira; parte: Joaquim Nogueira de Araujo. (1861-1861).

³⁴ APEB. Seção: Judiciário. Autos: 45/1589/10/46. Cobrança. Interessado: Joaquim Pedreira de Cerqueira; parte: Guilermينو Soares da Rocha. (1865-1865).

³⁵ APEB. Seção: Judiciário. Autos: 31/1104/4/352. Execução. Interessado: Joaquim Pedreira de Cerqueira; parte: Isaac Sabac. (1869-1869).

de muitos empresários rurais contemporâneos ao Comendador Vallim, inclusive o seu sogro que, no ano de 1854, deixou 10% do seu monte-mor em dívidas ativas relacionadas a hipotecas e empréstimos a vinte e duas pessoas. (1995, p. 200).

Segundo Fragoso e Rios, era através da prática de empréstimos a juros altos e garantias hipotecárias, ou seja, mediante a falência dos mutuários, que esse tipo de fazendeiro ampliava seus bens. Após estudar as escrituras de compra e venda do município cafeeiro de Paraíba do Sul entre os anos de 1830 e 1888, os autores chegaram à conclusão de que 80% das fortunas dos pequenos fazendeiros da região eram comprometidas com dívidas. Foi por esse mecanismo de usura que era operado, sobretudo em momentos de crise que os barões do café, como foi o caso do Comendador Vallim, conseguiram multiplicar suas fortunas e adquirir terras e cativos.

Em Feira de Santana, em termos gerais, a situação assemelhava-se, posto que as grandes médias e as fortunas muito grandes possuíam grande parte dos seus investimentos em dívidas ativas respectivamente 40,6% e 41,7%. Enquanto isso, as fortunas abaixo das grandes médias e muito grandes apresentaram graus de endividamento que chegaram a atingir 18,5% dos monte-mores. (FREIRE, 2012, p. 190).

A prática do empréstimo de valores a juros como possibilidade de acumular riquezas na Bahia oitocentista pode ser sustentada em dois grandes aspectos: a necessidade de crédito e, como característica híbrida do período transitório para o capitalismo, a representação social envolta na prática prestamista. O primeiro refere-se à confirmada ausência de bancos na Bahia pré-capitalista, até pelo menos meados da década de 1840, ainda que algumas entidades religiosas como as Santas Casas de Misericórdia atuassem como entidades de crédito (SANTOS, 2015), as lacunas para a falta de concessão de empréstimos deixavam brechas para usuras particulares, sabendo-se da grande demanda por crédito na Bahia colonial e na Bahia do Século XIX, haja vista a demora e a luta pela criação de instituições bancárias. (SCHWARTZ, 1988, p. 180).

Em segundo, temos a relevância que o empréstimo poderia representar para a sociedade oitocentista baiana. Segundo Kátia Mattoso, “a capacidade de fazer empréstimos, isto é, de encontrar facilidade na praça para tal, como a capacidade de poder emprestar, isto é, de dispor da liquidez necessária, são ambos os sinais de opulência e sobretudo de prestígio”, frutos de uma sociedade que via a usura passar de

algo pecaminoso e imoral para um recurso necessário para a subsistência econômico-social. (1997, p. 166).

O historiador Augusto Fagundes (2020) discorreu acerca do círculo restrito que tinha acesso ao crédito no início do século XIX na Bahia. Em meados do século XVIII, os negociantes passaram a tomar o controle das principais instituições de crédito da Bahia, como era o caso da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Para além de buscarem o prestígio e o *status* que tais cargos lhes valeriam, tais sujeitos buscaram controlar o mercado de crédito institucional a fim de concentrar a concessão creditícia da Bahia em suas posses.

Segundo Fagundes, “estes indivíduos utilizavam o poder do cargo para sempre possuir a preferência na aquisição de empréstimos para si e para seus pares, adquirindo, portanto, crédito a juros da lei, reemprestando a juros mais altos, sem envolver seu capital na operação.” (SANTOS, 2020, p. 21). Dessa forma, os pedidos de crédito aprovados junto a instituições oficiais eram podados. Assim, percebe-se como ter dinheiro para emprestar e mesmo conseguir crédito na praça baiana no início do século XIX favorecia a reputação e a aprovação social.

Em uma sociedade supostamente carecida de crédito, prestamistas vangloriavam opulência não por serem agiotas, mas por possuírem capital suficiente para abastar as suas e as necessidades de outrem, o que era sinônimo de gozo de boa feição ao século XIX baiano. Mas também aqueles que conseguiam com certa facilidade o empréstimo na praça baiana eram também bem vistos por terem algum tipo de respaldo de confiança frente aos prestamistas.

Podendo-se considerar o coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira como um capitalista nos termos oitocentistas pela sua diversificação dos negócios, por sua prática de empréstimos a juros e, em grande medida, pela vivência por meio de rendas (uma característica pré-capitalista, pois imobiliza o capital e não o reproduz) e, por isso, não podemos pensar o seu caso como isolado.

Em Salvador, temos o maior exemplo encontrado até então para a Bahia oitocentista quanto à prática da agiotagem como área fundamental de negócios. Trata-se de Joaquim Pereira Marinho, o homem com uma das maiores riquezas inventariadas presentes no Arquivo Público do Estado da Bahia, no que se refere ao século XIX. O monte-mor desse indivíduo não teve precedentes para a Bahia do período. Segundo

Cristina Ximenes, a fortuna construída por Pereira Marinho foi consequência da sua prática prestamista. (XIMENES, 1999, p. 96).

Ainda de acordo com Ximenes, “todas as pessoas no Império, independente da sua posição social envolviam-se com os agiotas, quando necessitavam de liquidez imediata, de crédito para fugir de uma execução judicial ou para repor estoque de lojas de fazendas.” (XIMENES, 1999, p. 97).

Na cidade de Cachoeira, importante entreposto comercial da Bahia do século XIX, encontramos também o caso de João Nepomuceno Bastos, um dos raros prestamistas que atuaram naquela urbe oitocentista que, apesar de ter em seu rol de devedores mais de trezentos nomes, possuía muitos créditos concedidos que possivelmente fossem impagáveis, dadas as altas somas. Contudo, Rocha não detalhou as garantias feitas pelos mutuários a Nepomuceno Bastos, no entanto, os bens desse prestamista excederam em valores superiores a 100:000\$000 em seu inventário, demonstrativo do enriquecimento gerado por essa atividade, mesmo com as referidas perdas. (ROCHA, 2015).

Em Salvador, conhecemos também o caso de Miguel Pereira Dias dos Santos, um dos homens mais ricos da Bahia do século XIX e possuidor de uma fortuna avaliada em 716:247\$000 de réis. Segundo Mattoso, Miguel Pereira Dias dos Santos era citado nos documentos como capitalista, o que possivelmente significava que era uma forma de se nomear “ex-comerciantes que permaneciam ligados aos negócios, fosse pela participação em outras sociedades comerciais, fosse investindo seu dinheiro em empreendimentos bancários ou industriais.” (MATTOSO, 1997, p. 643). Observamos na composição do monte-mor de Miguel Pereira uma forte tendência financista, com capitais investidos em bancos, companhias comerciais, apólices do governo central, mas também consideráveis somas de dinheiro de hipotecas e guardado no banco, bem como em casa, o que pode representar algum tipo de prática prestamista particular.

Consoante Mattoso, não se deve perder de vista que a presente investigação aqui proposta está inserida em uma sociedade transitória, com muitas mudanças, mas com a presença de diversas continuidades. O fato de tal sociedade lastrear-se em bases escravistas de produção ilustra que o sujeito histórico em questão viveu em uma economia transitória. Não obstante, isso não impede a presença de atividades capitalistas cada vez mais presentes entre os sujeitos inseridos nesta sociedade. O

coronel Pedreira é um bom exemplo disso, pois era um grande credor, rentista, dono de ações e apólices.

É importante ressaltar que toda sociedade em transição é híbrida, complexa, polissêmica, apresentando a coexistência de elementos novos e antigos. Estudá-las exige considerar a complexidade dessa transição e, mais especificamente, suas características pré-capitalistas.

Desde a Idade Média o termo usura foi designado como algo relativo ao lucro retirado de transações financeiras e foi, segundo nos noticiou Le Goff, o usurário, o precursor do capitalismo, fundamental para a superação das lógicas religiosas, econômicas e feudais do medievo. Contudo, não sejamos imprudentes em atribuir o desenvolvimento do capitalismo à simples figura do usurário. Como o historiador medievalista escreveu, “uma andorinha não faz verão. Um usurário não faz o capitalismo”. (LE GOFF, 1989, p. 91). O estabelecimento de relações capitalistas em estruturas não capitalistas, contudo, foi condição fundamental para o alcance hegemônico que o modo de produção capitalista alcançou.

A referência à prática de empréstimo de dinheiro a juros, como tratamos nos exemplos do coronel Pedreira e outros sujeitos do período oitocentista, como ficou considerado nos dicionários denuncia a relevância do capital a juros para as significações e representatividades da Bahia do Século XIX.

Considerações finais

Ao longo da análise, apontamos que, com o avanço do capitalismo mundial e o desenvolvimento das relações capitalistas a nível nacional, a cada vez maior centralidade do dinheiro nos diversos tratos financeiros, bem como no custeio da vida cotidiana, fizeram com que as práticas de acumular capital, ter o suficiente para si e para emprestar a outrem, investir em ações bancárias de sociedades anônimas e em títulos da dívida pública gerassem representações novas em torno do prestamista.

Assim, parece-nos que o termo capitalista passou a ser empregado como uma forma respeitosa e notável para a prática de empréstimo a juros (antes os prestamistas eram chamados de agiotas ou usurários), com o adendo, no entanto, de observarmos no ser capitalista uma tendência à diversificação dos investimentos econômicos. Se assim não fosse, os jornais não mencionariam o coronel Pedreira descrito pelo termo capitalista e adjetivos como “abastado”, “rico”, “distinto” e “patriota”. Mas porque o

coronel Pedreira, em conversa com o Imperador, se denominou agiota? É possível que tenha sido uma forma do coronel demonstrar humildade e, desse modo, obter mercê diante do Monarca brasileiro. Contudo, percebeu-se que mesmo assim, o termo agiota não foi visto com bons olhos pelo Imperador.

Assim, o coronel Joaquim, outrora visto pejorativamente como usurário ou mesmo agiota, em meados do século XIX, passou a ser visto positivamente como sujeito dado ao progresso, chamado de capitalista, tal como os ingleses denominavam seus homens de negócios.

Fontes

Arquivo Público do Estado da Bahia

Seção Judiciário. Série Inventários. Autos: 1/221/401/2 – Joaquim Pedreira de Cerqueira (1873-1876).

Seção: Judiciário. Autos: 81/2888/9/137. Execução. Interessado: Joaquim Pedreira de Cerqueira; parte: Ana S. Boaventura (e outros). (1859-1859).

Seção: Judiciário. Autos: 33/1178/12/25. Ação de dez dias. Interessado: Joaquim Pedreira de Cerqueira; parte: Joaquim Nogueira de Araujo. (1861-1861).

Seção: Judiciário. Autos: 45/1589/10/46. Cobrança. Interessado: Joaquim Pedreira de Cerqueira; parte: Guilhermino Soares da Rocha. (1865-1865).

Seção: Judiciário. Autos: 31/1104/4/352. Execução. Interessado: Joaquim Pedreira de Cerqueira; parte: Isaac Sabac. (1869-1869).

Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional

A verdadeira marmota. Bahia, n. 00049, 21 jun. 1851.

Correio Mercantil. Bahia, n. 00013, 17 jan. 1844.

Correio Mercantil. Bahia, n. 00019, 23 jan. 1839.

Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal. Rio de Janeiro, n. 00336, 05 dez. 1866.

Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal. Rio de Janeiro, n.284, 17 out. 1857.

Diário de Pernambuco. Pernambuco, n. 00057, 09 mar. 1873.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, n. 00086, 28 mar. 1863.

O Argos San'amaraense. Santo Amaro, n. 00048, 16 ago. 1851

O Constitucional: Folha política, literaria e commercial. Bahia, n. 00049, 11 jul. 1854.

O Constitucional: Folha política, literaria e commercial. Bahia, n. 00026, 23 jul. 1864.

Centro de Estudos Feirenses / Museu Casa do Sertão / UEFS.

Folha do Norte. Feira de Santana, livro 2, p. 45.

Jornal Folha Norte. Feira de Santana, 29 abr. 1939.

Folha do Norte. Feira de Santana, n. 1696, 10 jan. 1942.

Referências

BAIARDI, Almícar. SARAIVA, Luiz Fernando. ALMICO, Rita. **Gênese e transformação das empresas regionais: o Recôncavo Baiano**. In: Revista do Centro

Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023

de Artes, Humanidades e Letras. Cachoeira: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. v. 1, n. 1, 2007, p. 80. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/reconcavos/article/download/1050/639/>.

Acesso em: 17 dez. 2020.

BARBOSA, Pedro Henrique Batista. **As Tarifas Alves Branco: entre o protecionismo e a preocupação fiscal**. Revista Em tempo de Histórias (PPGHIS/UnB), n. 24, jan-jul, Brasília, 2014.

BENTIVOGLIO, Julio. **Elaboração e aprovação do Código Comercial Brasileiro de 1850: debates parlamentares e conjuntura econômica (1840-1850)**. Revista Justiça & História - Volume 5, n. 10, p. 1-23, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/6MfpsF>>. Acesso em: 08 abr. 2020.

BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e vaqueiros**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

COSTA, Wilma Peres. **A Economia Mercantil Escravista Nacional e o Processo de construção do Estado no Brasil (1808-1850)**. In: Szmrecsányi, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (orgs). História Econômica da Independência e do Império. São Paulo: Hucitec, 2002. SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

FERNANDES, Etelvina Rebouças. **Dois Ferrovias para ligar o mar da Bahia ao rio do sertão: Bahia and San Francisco Railway e a Estrada de Ferro São Francisco**. *Cadernos PPG-AU/UFBA*, v. 5, n. 1, 2006.

FILHO, Godofredo. **Dimensão histórica da visita do Imperador à Feira de Santana**. Salvador: Centro de Estudos Baianos, n. 74, UFBA, 1976.

FRAGOSO, J. L. R.; RIOS, A. M. L. **Comendador Aguiar Vallim: Um empresário brasileiro do oitocentos**. In: CASTRO, H. M. M. D.; SCNOOR, E. (Orgs.) *Resgate: uma janela para o oitocentos*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

_____. **Barões do Café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

_____. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998.

FREIRE, Luiz Cleber Moraes. **Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: Agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

FREITAS, Allan da Silva de. **Um “Mauá” entre nós? Capitalismo, riqueza e poder na trajetória do Coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira (1850-1873)**. Dissertação (Mestrado em História). Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2021.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 2 ed. São Paulo Companhia Editora Nacional, 1998.

HENRIQUES, Claudio Cezar. **Léxico e Semântica**. In: COLEÇÃO. Português na Prática. Estudos produtivos sobre palavra e significação. Rio de Janeiro, 2018.

HORA, Ana Paula Cruz da. **Negócios entre senhores: o comércio de escravos em Feira de Sant'anna (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História). Santo Antônio de Jesus: Universidade Estadual da Bahia, 2014.

LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida: a usura na idade média**. 4º ed., São Paulo: Editora brasiliense, 1989.

- LEVY, Maria Bárbara. **A Indústria brasileira através das suas sociedades anônimas.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura, 1994.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. **Capitalismo, Escravidão e a Economia Cafeeira do Brasil no longo Século XIX.** In: *SÆculum - Revista de História*, João Pessoa, jul./dez. 2013.
- MARRETO, Rodrigo Marins. **O opulento capitalista: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo. (c.1829-c.1873).** Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2019.
- MATTOSO, Kátia. **A opulência na Província da Bahia.** In: NOVAIS, Fernando A.; ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Orgs.). **História da vida privada no Brasil: Império.** São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- PEDRO II. **Diário da Viagem ao Norte do Brasil em 1859.** Salvador: L. Progresso, 1959.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da lingua brasileira.** Ouro Preto: Typographia Silva, 1832.
- ROCHA, Uelton Freitas. **“Recôncavas” Fortunas: A dinâmica da riqueza no Recôncavo da Bahia. (Cachoeira, 1834-1889).** Dissertação (Mestrado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015.
- SANTOS, Augusto Fagundes da Silva dos. **É fiado ou em dinheiro de contado? Crédito na Bahia colonial, (1777-1808).** Tese (Doutorado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2020.
- _____. **História Financeira da Santa Casa de Misericórdia no Século XVIII.** Salvador: Ed Quarteto, 2015.
- SANTOS, Silvana Andrade dos. **Escravidão, Tráfico e Indústria na Bahia Oitocentista: A sociedade Lacerda e cia e a fábrica têxtil todos os santos (c.1844-c.1878).** Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2020.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial.** São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza.** Rio de Janeiro: Lisboa: Empr. Litteraria Fluminense; Adolpho Modesto, 1890. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242523>. Acesso em 20 jul. 2020.
- SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio. Efeitos da lei de 1850.** São Paulo: Unicamp, 1996.
- SODRÉ, Néelson Werneck. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil.** Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.
- _____. **Panorama do Segundo Império.** 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.
- VEIGA FILHO, João Pedro da. **Reformas e Projectos Monetários no Brazil** In: Manual da Sciencia das Finanças. São Paulo: 1905.
- VIEIRA JÚNIOR, Wilson Carlos Jardim. **Cartografia da Capitania de Goyaz no século XVIII: intenção e representação.** Brasília: Universidade de Brasília [Tese de doutorado], 2015.
- VIEIRA, Dr. Frei Domingos. **Grande diccionario portuguez ou, Thesouro da lingua portugueza.** Porto: Em casa dos Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1873, Vol.II.
- XIMENES, Cristiana Ferreira Lyrio. **Joaquim Pereira Marinho: perfil de um contrabandista de escravos, 1828-1887.** Dissertação (Mestrado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1999.

CORONELISMO NO CONTEXTO POLÍTICO DO MUNICÍPIO DE BARRAS-PIAUI (1955-1980)

Francielcio Silva da Costa³⁶
Francisca Ravenna da Silva Santos³⁷

RESUMO

O presente artigo intitula-se Coronelismo no contexto político do município de Barras - PI (1955 a 1980), logo este trabalho acadêmico abordou questões complexas ligadas à política, ao coronelismo e a história local da cidade de Barras, Piauí. Além disso, esse estudo se desenvolveu principalmente para compreender como o sistema político coronelista, influenciou na política barrensense entre os anos de 1955 a 1980. Posto isso, os objetivos desta pesquisa são: analisar qual a interferência que os coronéis exerciam sobre os seus eleitores em Barras-PI, investigar quais as atitudes adotadas pelos eleitores diante do controle exercido pelos coronéis, bem como verificar os comportamentos dos políticos barrensenses diante do favoritismo e, por fim, refletir acerca das consequências do coronelismo no município de Barras - PI. Metodologicamente, este artigo foi construído mediante um levantamento bibliográfico e, como instrumental de pesquisa, foi utilizado o questionário com perguntas abertas aplicadas respectivamente ao vereador da Câmara Municipal de Barras, a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barras e alguns moradores barrensenses que vivenciaram o coronelismo no município. Nesta perspectiva, ressalta-se que os referenciais teóricos desta pesquisa, foram baseados em autores, como Leal (1975), Hobbes (1979) e Faoro (1997). Por fim, conclui-se que o coronelismo é um tema complexo, importante e atual do ponto de vista historiográfico.

Palavras-Chave: Coronelismo. Política. Oligarquias. Barras-PI.

ABSTRACT

This article is entitled Coronelismo in the political context of the municipality of Barras - PI (1955 to 1980), so this academic work addressed complex issues related to politics, coronelismo and the local history of the city of Barras Piauí. In addition, this study was mainly developed to understand how the coronelista political system influenced the politics of Barrensense between the years 1955 to 1980. That said, the objectives of this research are: to analyze what interference the coroneis exercised on their voters in Barras PI, to investigate what attitudes were adopted by voters in the face of the control exercised by the colonels, as well as to verify the behavior of politicians from Barras in the face of favoritism and, finally, to reflect on the consequences of coronelismo in the municipality of Barras - PI. Methodologically speaking, this article was built through a bibliographical survey, and as a research instrument a questionnaire with open questions was applied respectively to the councilor of the Municipality of Barras, the President of the Union of Rural Workers of Barras and some residents of Barras who experienced the

³⁶ Graduado em História pela UESPI, Pós-graduado em História e cultura afro brasileira pela FAVENI e e-mail: fransilva9610@gmail.com e ORCID ID 0000-0002-9891-1309.

³⁷ Graduada em História pela UESPI, Pós-graduada em História e cultura afro brasileira pela FAVENI e e-mail: franciscaravenna@gmail.com e ORCID ID 0000-0003-0221-5243.

colonelism in the Municipality. In this perspective, it is emphasized that the theoretical references of this research were based on authors such as Leal (1975), Hobbes (1979) and Faoro (1997). Finally, it is concluded that coronelismo is a complex, important and current theme from a historiographical point of view.

Keywords: Coronelismo. Policy. Oligarchies. Barras PI.

Introdução

De acordo com Leal (1975) é importante compreendermos os conceitos de coronelismo e as práticas políticas do Brasil rural. Sabe-se que o coronelismo é caracterizado por uma pessoa que é denominada de coronel, o mesmo possuía grande poder político e econômico e estava ligado à posse de terras. Além disso, o coronel era visto como um soberano local e os pequenos comerciantes, trabalhadores das fazendas, moradores das propriedades que estavam no seu domínio eram uma espécie de súditos (subordinados).

Com isso, o tema desta pesquisa intitulado o coronelismo no contexto político do município de Barras - PI³⁸ (1955 a 1980) é uma temática complexa, importante e atual do ponto de vista historiográfico. Além disso, este assunto lida com conceitos centrais, tais como: política, coronelismo e história e com uma conjuntura histórica, uma realidade social e política, vários eventos e fatos históricos relevantes.

Sobre os objetivos que nortearam este estudo, menciona-se: analisar qual a interferência que os coronéis exerciam sobre os seus eleitores em Barras-PI, investigar quais as atitudes adotadas pelos eleitores diante do controle exercido pelos coronéis, bem como verificar os comportamentos dos políticos barrenses diante do favoritismo e, por fim, refletir acerca das consequências do coronelismo no município de Barras-PI.

A respeito da situação problema deste artigo, cita-se como a prática do coronelismo influenciou na política de Barras-Piauí entre os anos de 1955 a 1980. Pois, durante este contexto histórico o coronelismo esteve bastante presente nas relações políticas e sociais do município e, por isso, buscar compreender essa realidade e como tais relações se configurava, é fundamental para os campos de pesquisa das ciências humanas, em geral.

³⁸ É um município brasileiro do interior do estado do Piauí, região Nordeste do país. Situa-se na Microrregião do Baixo Parnaíba piauiense e na Mesorregião do Norte piauiense, distante 120 km a norte de Teresina capital estadual.

Os grandes fazendeiros detinham uma grande quantidade de votos de cabresto, pois o coronelismo teve seu apogeu na República velha, nesse período a quantidade de pessoas que podiam votar era muito pequena, dessa forma, a população que dependia das grandes fazendas eram facilmente manobrada pelos coronéis, pois os eleitores trocavam seu voto por um favor, que poderia ser algum tipo de serviço ou bem material. Além do mais, caso o eleitor não votasse no candidato indicado pelos coronéis, poderia ser punido de forma física ou psicológica.

A abordagem metodológica utilizada neste trabalho foi realizada com as seguintes etapas: levantamento bibliográfico, e como instrumental de pesquisa foi utilizado o questionário com perguntas abertas aplicadas ao vereador da câmara municipal de Barras, a presidente do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barras e alguns moradores barrenses que vivenciaram o coronelismo no município e fotografias. Como base teórica, utilizamos autores como Leal (1975), Faoro (1997), Lins (1964) e Lima (1978), dentre outros teóricos citados.

Logo, a presente pesquisa se justifica em virtude de que no município de Barras-Piauí na contemporaneidade ainda existe uma espécie de favoritismo entre os eleitores e políticos barrenses, ou seja, a maioria do eleitorado barrense procura os candidatos para praticar alguma troca de favores entre os mesmos, não votando nos políticos por causa de suas propostas e, sim, pensando em seu próprio benefício.

Esse trabalho está dividido em introdução, onde apresentamos o nosso objeto de estudo e seu contexto, os objetivos gerais e específicos, a exposição da metodologia, do espaço da pesquisa, dos sujeitos e a justificativa da pesquisa. Em seguida, abordamos o poder dos coronéis, respaldados em Leal, Faoro e Lima, que descrevem sobre a influência que os coronéis exerciam sobre os moradores de suas terras, sendo assim, esses autores irão relatar que os coronéis eram vistos como senhores que possuíam muitas terras, que tinham bastante poder político, econômico e social e dependiam bastante do seu título de coronel para influenciar os habitantes de seus latifúndios.

Abordando o poder dos coronéis da época pontua-se que eles eram considerados por muitos como sendo soberanos e os moradores de suas terras como sendo seus súditos, sendo assim, eles tinham total autonomia para solicitar favores aos seus moradores, pois o coronelismo era mais presente nas zonas rurais agrárias afastadas dos centros urbanos e os coronéis mandavam nestes locais.

Por fim, discutimos no que se refere à prática coronelista em Barras-Piauí, onde o coronel barrense exercia a função de grande fazendeiro e que tinha muitas propriedades e era comerciante. Dessa forma, demonstrava grande influência política em seus moradores, pois essas pessoas viviam de favores em suas terras e achavam que deviam obediência ao coronel, pois eram subordinados ao mesmo e sendo assim, era comum a troca de favores. Além disso, fizemos um levantamento sobre os principais coronéis de Barras e quais foram os mais ativos na política barrense.

O poder dos coronéis

O que foi chamado por Leal (1975), de coronelismo, compreende um período da formação política e social brasileira que perturbou a participação democrática da população a partir da figura do Coronel. A expressão, coronelismo, vem da patente de coronel. Neste sentido, em 1831 foi criada a guarda nacional³⁹, para substituir as milícias e ordenanças do período colonial. Ela estabeleceu uma hierarquia, em que a patente de coronel correspondia a um comando municipal ou regional.

Sendo assim, a função de coronel dependia, de acordo com Sobrinho (1978), do prestígio econômico e social de seu titular, que geralmente era proprietário de terras. Primeiro, a patente era reconhecida pela regência, na defesa das instituições. Num segundo momento, elas eram concedidas a quem se dispusesse a pagar por elas. Em outras palavras, continuava a representar um poder econômico. Os coronéis foram figuras que comandaram um grande número de votos de cabresto – por coerção – em decorrência da representatividade que possuíam como chefes políticos locais.

De um modo geral, define-se o coronel como um indivíduo de prestígio político e, geralmente ligado à posse de terra, mas não necessariamente um homem rico. Sua figura representava a não presença efetiva do Estado brasileiro em seu território, principalmente em regiões menores e distantes dos grandes centros. Sustentava-se tanto pela via política, quanto pelo comércio e meios de produção e, também, por uma dominação carismática frente aos cidadãos. Era reconhecido, não apenas pela força política, mas também por traços de lealdade. Nesta perspectiva, Faoro complementa essa descrição:

³⁹ Foi uma força militar organizada no Brasil em agosto de 1831, durante o período regencial, e desmobilizada em setembro de 1922.

Baraúnas, n.º 1, v.1, mai/dez, 2023

No campo, no distrito, no município, o chefe político, o Coronel tardo e solene, realista e autoritário, amortece, na linguagem corrente, o francês mal traduzido e o inglês indigerido. Ele municipaliza a expressão erudita, comunicando-lhe, de seu lado, sentido e conteúdo, converte o freio jurídico do governo no buçal do caboclo. (FAORO, 1997, p.697).

Analisando a citação supramencionada compreende-se a influência que os coronéis exerciam na época, na sociedade, no campo das leis, fazendo com que a legislação viesse a favorecer esses chefes políticos. E também, os coronéis eram autoritários e prestigiados segundo o autor citado que deixa isso, evidente.

Segundo Raymundo Faoro, coronelismo é caracterizado por uma pessoa que é o coronel. Sendo assim, é definido como um indivíduo que detinha grande prestígio político e econômico. Dessa maneira, o coronel não ficou conhecido somente pelo seu autoritarismo político, mas também por ser uma pessoa leal e carismática.

A ascendência do coronel perante os caboclos do interior do Brasil era resultante da sua condição de proprietário de terras, mesmo que ele possuísse fortuna. Ocorria que, diante do “estado de pobreza, ignorância e abandono, em que os empregados se encontravam, o coronel era rico” (LEAL, 1978, p.25). Portanto, o coronelismo nunca foi um sistema pacífico, pois o tipo de dominação exercido implicava a adoção de métodos coercitivos e ameaçadores. O coronel era conhecido como senhor da região, inclusive das pessoas que trabalhavam para ele.

Dessa maneira, para além dos requisitos econômicos, outra característica presente nos coronéis que se tornou algo cultural no coronelismo era a postura que incumbiam a si mesmo como dominadores estabelecadores de ordens. Em outras palavras, eram verdadeiros monarcas, pois dominavam determinadas regiões, nas quais estabeleciam suas próprias regras e ditavam as leis. A justiça da região era exercida segundo o que o coronel considerava justo, ou seja, se algo escapasse aos seus olhos ou se algo ocorresse diferente daquilo que planejava, a correção vinha por meio de suas próprias mãos, ou das mãos dos capangas a seu serviço.

Com isso, o sistema coronelista era caracterizado pelo enorme poder concentrado em mãos de um poderoso chefe local, geralmente um grande proprietário, um dono de latifúndio, um fazendeiro ou um senhor de engenho. O poder dos coronéis consistia em controlar os seus eleitores, todos eles tinham o seu “curral” eleitoral, ou seja, os eleitores eram obrigados a votar sempre nos candidatos impostos pelos coronéis, tal voto era conhecido como voto de cabresto.

Coronelismo: visto como um sistema absolutista no Brasil

Na prática do sistema coronelista brasileiro, temos o coronel como soberano e os trabalhadores da fazenda, os comerciantes e os moradores das localidades que estão sob o raio de poder do coronel como súditos. Assim, a conquista do poder se deu justamente pela riqueza, reputação e liberdade, acrescidas de certa influência política. Portanto, o título de coronel (patente militar) prevaleceu como designação dos oligarcas que exerciam o poder político local, especialmente no Nordeste do Brasil.

Dessa forma, o tradicional coronelismo de enxada foi um sistema que teve suas bases em pequenas oligarquias latifundiárias brasileiras, analogamente, o coronel se assemelha a um senhor feudal e suas fazendas, aos feudos, o mesmo se beneficiava do seu poder sobre as classes mais baixas para negociar votos com grupos políticos, logo, entende-se que a indistinção entre o público e privado falseava o modelo republicano e prejudicava a boa organização administrativa municipal que vigorava.

Logo, o coronelismo teve seu apogeu na época da república velha e compreende o intervalo entre a proclamação da república, em 1889 até a revolução de 1930. De acordo com Faoro (1997), o fenômeno coronelista surgiu com a formação da Guarda Nacional, criada em 1831. A grande propriedade se tornou uma realidade agroeconômica permanente, já que uma reforma agrária efetiva jamais foi realizada no Brasil. Assim, o poder dos latifundiários quase se tornou um poder de direito. O chefe do regimento municipal nomeava uma pessoa socialmente qualificada, geralmente rica.

O coronelismo teve um marco importante na vida política e eleitoral do Brasil durante a república velha, pois a quantidade de pessoas que podiam votar era muito pequena, mas essa população era facilmente “manobrada” pelos coronéis. Sendo assim, o voto de cabresto prevalecia em decorrência disso, pois os eleitores trocavam seu voto por um favor, que poderia ser algum tipo de serviço ou bem material. Dessa maneira, a população era incapaz de reagir ao despotismo do coronel. Para os historiadores Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo, a inexistência de qualquer serviço público à disposição dessa população, composta, em sua maioria, por analfabetos, e a própria impossibilidade (ou desinteresse) do estado em protegê-la abriam caminho para o exercício do poder dos coronéis.

De acordo com Dorigo e Vicentino (2001, p. 305) “o voto fraudado pelos

coronéis saía dos municípios, elegia governadores de um grupo oligárquico estadual e chegava até a presidência da república, sendo canalizado para o candidato paulista ou mineiro”. Desse modo, os coronéis podiam fraudar as eleições por meio da intimidação dos eleitores, do roubo de urnas, da falsificação de títulos de eleitor e outros artificios. Os jagunços eram responsáveis pelo controle dos votos e, caso os eleitores fossem contrários às ordens dos coronéis, eram punidos. De posse de um grande número de votos, o coronel os negociava com o governador de seu estado, isto é, oferecia os votos em troca de algum benefício.

Além disso, podemos citar como uma das principais características do coronelismo, o clientelismo, ou seja, a troca de favores. Na obra “Coronel, Coronéis” de Marcos Vinícios Vilaça e Roberto Cavalcanti de Albuquerque, afirmam que essa era uma maneira dos coronéis se manterem no poder:

O coronel vê-se levado a promovê-las [a troca de favores] como que para não perder a iniciativa social, para assegurar seu cetro paternalista de doador de coisas, de patrocinador de causas. Para manter o prestígio junto às cidades que domina, promove urbanização em detrimento de suas bases rurais; ou patrocina a abertura de estradas para as capitais, facilitando a penetração do elemento moderno perturbador de sua política (ALBUQUERQUE, VILAÇA, 1965, p.19).

O sistema coronelista brasileiro funcionou pelo modelo da troca de favores entre os coronéis e seus subordinados, onde os mesmos utilizavam de sua autoridade para conseguirem votos. Esse modelo político era de suma importância para os fazendeiros, pois através do mandonismo eles se mantinham no controle da recém-criada República do Brasil.

Na obra “Coronelismo, Enxada e Voto”, Victor Nunes Leal (1975), o autor afirma que o coronelismo não pode ser caracterizado como um fenômeno simples, pois envolve um complexo de características da política municipal. Para ele, o sistema coronelista é o resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Ou seja, o coronelismo (poder privado) é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos com o poder público, progressivamente fortalecido, e representa a decadente influência social dos chefes locais, notadamente, dos senhores de terras.

O coronelismo estava enraizado no interior do país, mais precisamente na zona rural, essas regiões afastadas das grandes cidades, num Brasil latifundiário e escravista.

Nesse período, as distâncias eram muito grandes devido aos meios de comunicação e locomoção serem escassos. Dessa maneira, o coronel era uma personificação do poder privado. Ele tinha poder sobre os “súditos”, a lei e até a religião. “Não é possível compreender o fenômeno sem se referir à estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações do poder privado, ainda tão visíveis no interior do país” (LEAL, 1975, p.40). A estrutura política que existia no Brasil era velha e arcaica, possibilitando a emergência do coronelismo, que consistia, entre outros, na troca de favores entre um poder público progressivamente fortalecido e chefes locais, em sua maioria proprietários de terra em decadência.

Com base em uma relação de comprometimento entre o poder público e o privado, sendo que um estava cada vez mais se fortalecendo e o outro decadente, respectivamente, Leal (1978) interpreta o coronelismo como um sistema de poder que tem como base a estrutura agrária. E é isso que justifica o coronel ser o centro desse fenômeno. Neste aspecto, menciona-se que

A essência, portanto, do compromisso Coronelista, salvo situações especiais que não constituem regra – consiste no seguinte: da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, cartabranca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar. (LEAL, 1978, p.50).

Dessa forma, a dependência do coronel por parte da população era fortalecida de tal forma que ficava por conta do chefe político local todas as despesas eleitorais. A população rural que predominava sobre a urbana era muito pobre. Logo, eram os coronéis que custeavam desde as despesas de alistamento com o eleitor e a própria eleição.

Sendo assim, o caboclo que não possuía dinheiro, muito menos interesse em eleger governantes, era levado a votar no candidato do coronel, que bancava financeiramente tudo o que fosse necessário: documentação, transporte, alojamento, refeições e até roupas e calçados. “É, portanto, perfeitamente compreensível que o eleitor da roça obedeça à orientação de quem tudo lhe paga, e com insistência, para praticar um ato que lhe é completamente indiferente” (LEAL, 1978, p.36).

A submissão do caboclo perante o Coronel, antes mesmo de ser questionada, já é explicada por Victor Nunes Leal (1978), pois, a condição na qual esses indivíduos viviam, engloba analfabetismo e falta de assistência médica. Não havia contato com *Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023*

jornais ou revistas e, quando ocorria, era apenas para ver as imagens. Dessa forma, sem acesso à informação, tão importante à conscientização cívica, os trabalhadores tinham no coronel a imagem de um benfeitor.

Conforme Leal (1978) é desse padrão de quem eles recebem os favores os quais era possível acessar, como comprar fiado na venda para pagar com a produção agrícola. Não havia, assim, a consciência de que era possível lutar por uma vida diferente daquela. Dessa forma, na política, o caboclo lutava com e pelo coronel.

Durante o período de vigência do coronelismo na república velha, o Estado era omissivo. Por isso, os coronéis, em seus pequenos “feudos”, eram, praticamente, a única referência de poder, segurança e assistência da população. Ou seja, embora muitas vezes não fosse um governo legítimo, exerciam esse papel, pois eram os únicos que podiam atender aos anseios e necessidades da população da região. Dessa forma, os interesses privados acabam confundindo-se com os públicos.

Hannah Arendt, na obra “Origens do Totalitarismo”, também aborda essa questão no que tange à teoria hobbesiana. De acordo com a filósofa alemã, o Leviatã expõe a única teoria política segundo a qual o Estado não se baseia em nenhum tipo de lei construtiva que determine o que é certo ou errado no interesse individual com relação às coisas públicas, mas nos próprios interesses individuais, de modo que o interesse privado e o interesse público são a mesma coisa. Logo, Arendt (2004, p. 169) destaca que:

O poder, segundo Hobbes, é o controle que permite estabelecer os preços e regular a oferta e a procura de modo que sejam vantajosas a quem detém esse poder. O indivíduo, de início isolado, do ponto de vista da minoria absoluta, compreende que só pode atingir e realizar seus alvos e interesses com a ajuda de certa espécie de maioria. Portanto, se o homem não é realmente motivado por nada além de seus interesses individuais, o desejo do poder deve ser a sua paixão fundamental. É esse desejo e poder que regula as relações entre o indivíduo e a sociedade e todas as outras ambições, porquanto a riqueza, o conhecimento e a fama são as suas conseqüências.

Vale ressaltar que as principais depravações existentes no período coronelista são: o voto de cabresto, o curral eleitoral e as fraudes eleitorais. Por sua vez, o voto de cabresto representava uma forma eleitoral imposta pelos coronéis durante a república velha e seu principal objetivo era controlar o poder para o favorecimento pessoal ou de simpatizantes políticos.

Para isso, Farias (1999, p. 72) afirma que “o voto de cabresto tinha, sobretudo *Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023*

o significado de uma obrigação moral, um elemento de lealdade ao patrão que sedia o uso da terra ao morador”. Com isso, podemos considerar que o voto de cabresto era uma prática bastante recorrente em alguns lugares do país. No período de maior amplitude do coronelismo, no início do século XX, o eleitor só precisava levar um pedaço de papel com o nome de seu candidato e depositar na urna, pois se tratava de um papel qualquer, que o eleitor trazia de casa. Para os coronéis, bastava entregar a cada um de seus empregados o papel já preenchido e, como a grande maioria desses eleitores era analfabeta, apenas escreviam os seus nomes. Vale lembrar que os analfabetos não podiam votar, mas isso não era empecilho de maneira alguma para o coronel, já que eram eles mesmo que escreviam no papel o que bem desejasse.

Já sobre a decadência do coronelismo como fenômeno político, ainda que exclusivamente nesse modelo de um país rural, pode começar a ser observada no final da década de 1940. Até porque, nessa época, as cidades do interior começavam a introduzir paulatinamente aparelhos receptores de ondas radiofônicas que, nas fazendas, era utilizado com baterias, minimizando o problema da falta de abastecimento de energia elétrica.

O autoritarismo do coronelismo através dos meios de comunicação

Conforme Fortunato (2000) o voto secreto, instituído no governo provisório de Vargas, não acabou com o sistema político citado anteriormente, pelo contrário, os coronéis conseguiram se adaptar a esse novo formato mesmo que em outras figuras políticas, continuaram aliados à corrupção estatal. Diferente do coronelismo já apresentado, o coronelismo eletrônico se constitui no Brasil urbano na segunda metade do século XX, sendo assim, o coronelismo eletrônico é resultante da concessão de outorga, pelo Estado, que autoriza empresas privadas a explorarem os serviços de emissoras de rádio e televisão. Outro fator decisivo foi à crescente centralidade da mídia na política brasileira dando origem a uma releitura do sistema político praticado pelos coronéis na primeira república.

O novo sistema coronelista surgiu a partir do regime militar. Enquanto os antigos mandatários locais eram atores políticos de um Brasil predominantemente rural, os novos donos do poder passaram a ser a expressão de um país com forte urbanização. Porém, o coronel atual ainda mantém as práticas típicas do antigo coronelismo, como o

uso de influência junto ao governo para empregar os apadrinhados ou levar obras e melhoramentos para suas bases eleitorais. No entanto, se, anteriormente, os métodos de arrecadação de votos se resumiam às instruções dadas aos cabos eleitorais e aos comícios, hoje os meios de comunicação de massa, em especial a televisão, são a grande forma de manipular o eleitorado.

Dessa forma, ao controlar as concessões, o novo “coronel” promove a si mesmo e aos seus aliados, hostiliza e cerceia a expressão dos adversários políticos e é fator importante na construção da opinião pública, cujo apoio é disputado tanto no plano estadual como no federal. Logo, Lima (2007, p. 3) salienta que:

A moeda de troca continua sendo o voto, como no velho coronelismo. Só que não mais com base na posse da terra, mas no controle da informação – vale dizer, na capacidade de influir na formação da opinião pública. A recompensa da União aos coronéis eletrônicos é de certa forma antecipada pela outorga e, depois, pela renovação das concessões do serviço de radiodifusão que confere a eles poder na barganha dos recursos para os serviços públicos municipais, estaduais e federais.

Por consequência, de acordo com Lima, a moeda de troca continua sendo a mesma, o que vai diferir o novo sistema coronelista em relação ao velho é a opressão dos eleitores por parte dos meios de comunicação, preferencialmente o rádio e a televisão que tinham o objetivo de controlar a decisão de voto da população.

Enfim, os aspectos traçados pelo “coronelismo” mostraram-se na contemporaneidade entre os anos de 1980 a 2000, com a capacidade de redefinição de conceitos ao passar dos anos, preservando no contexto atual vigente a ingerência de um número de pessoas e grupos nos meios de radiodifusão. Por isso, a utilização dos mecanismos de rádio e TV servem enquanto meios de influência e intervenção no processo político.

A prática do coronelismo na cidade de Barras-Piauí

A ignorância obriga os homens a confiar na opinião e na autoridade alheia. Nesta ótica, Farias (1999). Concordamos com o autor para o caso de Barras-Piauí, pois sendo formada pela maioria do eleitorado analfabeta, acreditavam que os coronéis, por serem pessoas letradas, poderiam exercer de alguma forma controle sobre eles e acreditavam fielmente em suas palavras. Dessa forma, a política barrense delimitava-se

Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023

a base da política ruralizada e local. O coronel barrense exercia a figura do grande fazendeiro que tinha muitas propriedades rurais, possuía grandes latifúndios e era comerciante.

Com isso, Leal (1978) explica que esse fenômeno se desenvolve em lugares propícios para seu apogeu, pois o coronelismo atua no reduzido cenário do governo local. Seu *locus* por excelência são os municípios do interior, sua vitalidade era inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, seja o comércio e a indústria. Consequentemente, o isolamento é fator importante na formação e manutenção do fenômeno.

De fato, a economia de uma região ou de uma localidade considera precária e o afastamento dos polos desenvolvidos socialmente, culturalmente e economicamente é propício para a persistência da prática coronelista. Segundo Cichocki (2012, p.10) “o coronelismo marcou a nossa história pela implantação do seu projeto político-econômico, encontrado no poder de mando local, um elemento fundamental para a centralização e domínio político”.

Entretanto, para Fortunato (2000) destaca-se que o coronelismo em Barras no Piauí foi uma prática bastante presente na região, persistindo suas influências por muito tempo, até que seus principais líderes e praticantes vieram a cair pela velhice, ou pela própria quebra do sistema oligárquico nos meados dos anos 1980, como também pelas novas figuras políticas deste município.

Além do mais, para Leal (1975) verifica-se que significando o isolamento, ausência ou rarefação do poder público, apresenta-se o coronelismo, desde logo, como certa forma de incursão do poder privado no domínio político. Daí que muitos autores consideram como legado do período colonial, quando eram frequentes as manifestações de hipertrofia do poder privado a disputar atribuições próprias do poder instituído vigente.

Todavia, o coronel aqui referenciado não é precisamente aquele que tinha uma patente militar, mas sim, o que possuía grandes propriedades agrárias, e sendo assim, exercia grande influência política nos moradores, pois essas pessoas viviam de favores em suas terras e achavam que deviam obediência ao coronel, pois eram subordinados ao mesmo e, por isso, era comum a troca de favores. Logo, por um aspecto sociocultural, acostumou-se a denominar essas pessoas de coronel. Além disso, salienta-se que os mesmos chegavam a comprar esse título para que pudessem usar como um símbolo

peçoal. Já sobre o aspecto da origem do termo coronelismo e sua fundamentação política, Cichocki (2012, p. 10) descreve que:

O termo coronelismo tem sua origem no século passado, quando os grandes proprietários recebiam esse título da guarda nacional, que foi criada em 18 de agosto de 1831. Com o passar do tempo, essa denominação passou a designar aqueles com poder político em suas regiões. Os coronéis detinham em suas mãos o poder de controlar a vida de todas as pessoas que viviam em seus respectivos municípios. Eles tinham um poder de mando muito grande e representavam a liderança primária em um município, qualquer que fosse o chefe municipal.

Através da citação de Cichocki pontua-se que o coronelismo foi prática comum no Brasil durante a República Velha e permitiu o fortalecimento das oligarquias e também a opressão da população através da força dos coronéis. Logo, o coronelismo foi se desenvolvendo ao longo do século XIX, existente tanto nos meios rurais como nas cidades, sendo resultado das desigualdades e precariedades existentes na sociedade imperial e encontrou no período da república velha as condições necessárias para prosperar.

Desse modo, o fenômeno conhecido como coronelismo é uma característica bastante peculiar do Brasil, pois o uso e o conceito desse termo complexo remetem ao pensamento de definição política aliada ao setor oligárquico, que predomina nas regiões de menor expansão econômica e social. A respeito do uso do conceito coronelismo, Maria Lucinete Fortunato destaca em sua tese de doutorado que:

O uso do conceito de coronelismo para caracterizar o poder local nas relações de poder que se exercitam no Brasil, [...] se baseia na construção de uma identidade, ou de uma imagem para o coronel, e as relações entre este e o Estado. Assim, a imagem do coronel tem sido considerada como um elemento significativo na trama das relações sociais e de dominação que caracterizam e legitimam o conceito do coronelismo. (FORTUNATO, 2000, P. 149).

Com isso, aponta-se que a instituição da imagem do coronel está relacionada ao estereótipo ou identidade que foi construída para relacioná-lo a um poder privado ou de um interesse pessoal em relação ou oposição a um poder público. Logo, com o advento da república, patentes de coronéis foram vendidas ou concedidas em profusão, segundo critérios e interesses políticos.

Principais coronéis barreenses

É importante destacar aqui as figuras dos coronéis mais influentes do *Baraúnas*, n° 1, v.1, mai/dez, 2023

município barrense, sendo um dos mais ativos na política de Barras e importante na região, o coronel Alcides do Rêgo Lages que residiu na região do Barreiro, no município de Barras. Esta localidade é conhecida popularmente como “Barreiro do Alcides” pela grande capacidade que o então coronel tinha para liderar os moradores daquela localidade. Essa região era sua propriedade, transformando sua pessoa em um dos maiores donos de terras do município de Barras-Piauí.

Corroborando Andrade (2008), que salienta a importância do registro fotográfico na pesquisa qualitativa, foram feitas algumas fotografias a fim de enriquecer esse trabalho, pois oficialmente registrada como uma invenção de Daguerre, em 1839, a fotografia representa o advento do primeiro meio de produção automática da imagem, que assume gradativamente o papel de instrumento de mediação, registro e arquivamento.

Do ponto de vista conceitual a fotografia é uma ferramenta essencial para as pesquisas da área de História, pois ela revela aspectos fundamentais dos tempos históricos estudados. Diante disso, Monteiro (2006, p. 12) explica que:

A fotografia é um recorte do real. Primeiramente, um corte no fluxo do tempo real, o congelamento de um instante separado da sucessão dos acontecimentos. Em segundo lugar, ela é um fragmento escolhido pelo fotógrafo pela seleção do tema, dos sujeitos, do entorno, do enquadramento, do sentido, da luminosidade, da forma etc. Em terceiro lugar, transforma o tridimensional em bidimensional, reduz a gama das cores e simula a profundidade do campo de visão.

Dessa forma, atendo-se à ligação das imagens com a pesquisa e com as incursões científicas, infere-se que ora a fotografia se apresenta como fonte de dados em si mesma, ora como objeto de pesquisa, mas que também pode ser instrumento e resultado de estudos acadêmicos. Sendo assim, as fotografias têm alta qualidade icônica, o que pode auxiliar a ativar lembranças das pessoas ou estimulá-las a elaborarem enunciados sobre situações e processos complexos.

Além disso, devemos considerar o valor epistêmico da fotografia enquanto imagem, ou seja, as informações que a foto traz sobre o mundo. Até porque as fotografias são gravações detalhadas de fatos, além de que proporcionam uma apresentação mais abrangente e holística de estilos e condições de vida da sociedade. Logo, as fotografias, em geral, sobrevivem após o desaparecimento físico do referente que as originou e com isso, são elos documentais e afetivos que perpetuam a memória. Relacionado a isso, o registro fotográfico produz dados que ampliam a nossa

Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023

compreensão sobre processos sociológicos, uma vez que gravam detalhes que instigam os expectadores a refletirem sobre realidades culturais distintas entre si.

Sendo assim, podemos verificar que as fotografias são de suma importância e têm grande relevância em uma pesquisa bibliográfica, pois pode aguçar as lembranças dos expectadores e essas recordações são interpretadas e refletidas de diversas maneiras, dentro de um trabalho acadêmico. Nessa perspectiva, segue alguns registros fotográficos feitos no decorrer da pesquisa, referentes à casa grande do Senhor Alcides do Rego Lages, localizado na região do Barreiro do Alcides município de Barras-Piauí:

Imagem 1
Casa grande do coronel Alcides na localidade Barreiros



Fonte: SANTOS, 2019.

Com isso, mediante a primeira imagem se percebe que a casa grande do coronel Alcides da localidade de Barreiros, zona rural da cidade de Barras-PI é um edifício histórico que demonstra detalhes relevantes desse contexto histórico e político analisado e que nos revela assim, características do cotidiano social e cultural que a população barrense vivenciava. Neste sentido, analisando a foto podemos perceber aspectos e características como o tipo de arquitetura da casa, a forma das paredes, das telhas, das janelas e da porta deste monumento. E ainda, acerca das características que a foto nos demonstra aponta-se o caráter do coronelismo vigente na época, o aspecto religioso católico que fazia parte da sociedade barrense deste período e a mentalidade conservadora que a população barrense possuía em termos sociais e culturais no modo de se vestir, se comportar e pensar a sua realidade.

Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023

Imagem 2
Fotografia interna da casa grande do coronel
(sala de visita)



Fonte: SANTOS, 2019.

Na segunda fotografia, evidencia-se a representação interna da casa grande do coronel Alcides do Rego Lages, onde é mostrado a arquitetura, a forma e os traços das cadeiras, da mesa, das janelas, do piso, das paredes e do telhado deste monumento histórico e, também, político do município de Barras-Piauí. Ou seja, esta casa pertenceu ao coronel Alcides do Rego Lages, um indivíduo bastante poderoso, rico, influente e conhecido no meio político não apenas do território de Barras-PI, mas até mesmo no Estado do Piauí.

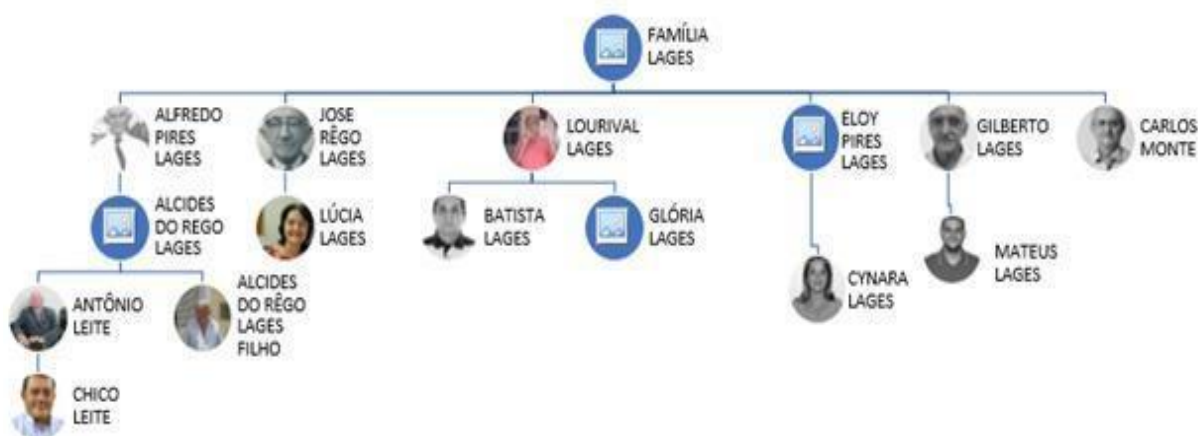
Conforme observarmos, as imagens acima se referem à casa grande, como era e ainda é chamada por todos da localidade Barreiros. A mesma se encontra atualmente em bom estado de preservação, só a fachada que está necessitando de uma reforma por conta do tempo. A casa é preservada por seus netos, seus filhos e pelos próprios moradores da região. Percebe-se nas fotos que foram demonstradas a casa do senhor fazendeiro coronel Alcides do Rêgo Lages, que residiu na localidade Barreiros. Logo, a mesma se encontra ainda bastante preservada e essa preservação se dá pela necessidade da conservação histórica, pois ela foi de grande importância para a prática da política oligárquica no município de Barras.

De acordo com Andrade (2008) a casa grande foi muito importante para a *Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023*

prática de reuniões políticas, organizadas pelo referido coronel e que a maioria dessas reuniões, era organizada no período das campanhas eleitorais, pois o coronel conseguia atrair grande parte do eleitorado para sua casa no período das eleições para lhes apresentar propostas e solicitar votos.

Ainda sobre o coronel, iremos expor a estrutura genealógica de sua família, para que se possa chegar aos principais nomes da política barrense no período em que este trabalho se dedica a estudar. Essa estrutura será mostrada por meio de um organograma que apresentará com mais precisão as raízes oligárquicas, que se acredita serem as principais do município, e terá como umas das principais finalidades demonstrar os nomes políticos que fizeram história em Barras-PI, no que se refere ao tema discutido.

Árvore genealógica política da família Lages



Fonte: Pesquisa de Campo

O coronel Alcides, citado anteriormente, foi o político mais ativo na vida pública da cidade de Barras-PI, pois sempre participou dos pleitos eleitorais de sua época. Portanto, a família Lages se perpetuou na história política barrense, desde o início da segunda metade do século XX e, dessa maneira, esta família continua em exercício na prática política da cidade até os dias atuais. Sendo assim, foi, indubitavelmente, uma das famílias mais importantes e tradicionais da história política de Barras, pois tinha como chefe maior dessa estrutura, entre os anos 1950 e 1980, o poderoso coronel Alcides do Rego Lages que foi um dos herdeiros do então proprietário *Baraúnas*, nº 1, v.1, mai/dez, 2023

de terras Alfredo Pires Lages.⁴⁰

No que tange as entrevistas realizadas para este artigo, aborda-se que elas envolveram o vereador da Câmara municipal de Barras, a presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Barras e alguns moradores barrenses que vivenciaram o coronelismo nesta urbe. Logo, referindo-se a ética na pesquisa científica, Portelli sugere que:

[...] O compromisso com a honestidade significa, para mim, respeito pessoal por aqueles com quem trabalhamos, bem como respeito intelectual pelo material que conseguimos, compromisso com a verdade, uma busca utópica e a vontade de saber como as coisas realmente são, equilibradas por uma atitude aberta às muitas variáveis de como as coisas podem ser (PORTELLI, 1997, p.15).

Dessa forma, para preservar a identidade dos entrevistados que se propuseram a participar deste trabalho acadêmico foi utilizado codinomes alfanuméricos. Como assim, se subscreve: LB, DC, MS, CS, RR, MD, ER, JP, LG.

O voto de cabresto citado em outras partes deste artigo significava uma obrigação moral e ao mesmo tempo, elemento de fidelidade ao patrão, que cedia aos seus moradores o uso da terra. Contudo, no depoimento abaixo, iremos verificar que o comprometimento que o morador tinha com o coronel não era apenas uma questão de fidelidade, mas de obrigação.

O coronel recolhia o título de eleitor de cada morador, o qual era feito com idades alteradas para atender os interesses do patrão, e na véspera das eleições os levava para sua residência na cidade onde o eleitor ficava numa espécie de confinamento. Lá era servido comida a noite toda e depois era direcionado para o local da votação. Nós éramos, obrigados a votar nos candidatos dele, ele escolhia os candidatos para eu votar. Se eu não votasse, era expulso de suas terras. (RR, BARRAS, 2019).

Com isso, podemos observar que os moradores tinham o dever de votar no coronel ou no candidato dele, pois não tinham autoridade própria para decidir em quem votar, era, com certeza, encabrestados pelo sistema oligárquico e coronelista da época, pois os mesmos deviam obediência aos coronéis e estavam presos aos donos das terras vigentes no município de Barras-Piauí neste contexto histórico. Outro relato de mais um entrevistado, aponta o seguinte:

⁴⁰ Foi um fazendeiro barreense que viveu entre os séculos XIX e XX.
Baraúnas, n° 1, v. I, mai/dez, 2023

Os coronéis se aproveitavam de suas extensões de terras para exigir trabalho escravo dos moradores. Naquele tempo existia o monopólio da terra, os grandes patrões queriam controlar os pequenos lavradores para explorar sua força de trabalho e também explorá-los politicamente. (MD, BARRAS, 2019).

De um modo geral, havia uma realidade social em Barras-PI, na qual os coronéis exploravam os seus moradores humildes, tanto do ponto de vista do trabalho realizado por eles em suas terras e, também, principalmente na política através do sistema de compra de votos e do voto de cabresto, que existia nitidamente neste período analisado. Diante disso, um dos entrevistados salienta que:

Sempre existia a troca de favores. Eram os seguintes favores: uma moradia, um pedaço de chão para fazer roça, um corte de pano para fazer uma roupa, a emissão de uma certidão de nascimento, e do próprio título eleitoral, uma consulta médica, um remédio, coisas insignificantes que já são direitos de qualquer cidadão e cidadã. (LG, BARRAS, 2019).

A partir do relato, destaca-se que dentro do coronelismo, na cidade de Barras-Piauí a questão da troca de favores era um hábito rotineiro, que ocorria com bastante frequência e força. Portanto, a troca de favores fez parte do sistema político coronelista que existiu nesse município e além do mais, contribuiu para que o coronelismo se perpetuasse ao longo do tempo. Entretanto, para um dos entrevistados verifica-se o seguinte ponto de vista:

Os coronéis faziam muito pelos moradores, tipo: tiravam pessoas da prisão, marcavam exames e consultas para as mulheres grávidas que precisavam ir às pressas para Teresina e mandavam levar em seus carros e em troca seus moradores faziam serviços diversos. (DC, BARRAS, 2019).

Sendo assim, é notório que essa prática coronelista era evidente e bastante comum, entre os anos de 1955 a 1980, pois os coronéis se beneficiavam desse ato de favorecimento pessoal e sua afirmação regional estava no controle dos votos. Esse sistema eleitoral tinha maior predominância nas regiões mais pobres do país, visto que essas localidades eram bastante atrasadas economicamente e o único meio de sobrevivência das pessoas estava atrelado às fazendas desses referidos coronéis, os mesmos ficavam presos aos patrões, devido à força de trabalho que tinham nessas terras e, por isso, os grandes latifundiários exerciam liderança nessas regiões. Neste sentido, o entrevistado menciona que:

Os moradores e seus empregados que dependiam dos coronéis eram obrigados a votarem nos candidatos que os mesmos indicavam para votar, quando chegavam às eleições, o coronel ia pegar os moradores e levava para suas casas na cidade, lá eles serviam comida e cachaça para os moradores e eles eram bem tratados nesse período. (JP, BARRAS, 2019).

Neste aspecto, como podemos verificar nos depoimentos expostos acima, o eleitor daquele período, era alienado⁴¹, uma vez que nenhuma forma de oposição a esse sistema existia que fosse capaz de reverter esta situação vigente. Pois, o trabalhador rural barrense tinha seu trabalho todo empenhado na fazenda dos coronéis, visto que não havia outro lugar para os trabalhadores ganharem algum valor, se não fossem trabalhar nas fazendas desses coronéis.

Em síntese, o sistema coronelista que vigorou no município de Barras-Piauí entre os anos de 1955 e 1980 exerceu influência direta em campos da política, da saúde e da educação. E nos dias atuais ficaram alguns resquícios desse coronelismo em Barras, tanto que algumas famílias tradicionais da política barrense dominam ainda as eleições municipais, como as famílias Lages, Carvalho e Rêgo que são grandes proprietárias de terras e representam as elites barrenses. Assim sendo, podemos afirmar que as formas mais peculiares do fazer político dessa época, se davam justamente de tais práticas coronelistas aqui debatidas, nos quais se menciona o voto de cabresto, o mandonismo, a presença das oligarquias na política, o patrimonialismo e o clientelismo.

Considerações finais

Em virtude do que foi mencionado podemos concluir que o coronelismo, teve seu apogeu durante o contexto histórico da república velha e que se deu por meio de um fenômeno social, onde o coronel era caracterizado por ser uma pessoa que tinha grande prestígio econômico e político, ligado à posse de terras, e por conta disso, tinha o poder de manipular o voto da população.

Deste modo, no decorrer da pesquisa, buscou-se apresentar as principais características do sistema coronelista em Barras-Piauí e também, a influência que os coronéis exerceram sobre seus eleitores. Foi, sem dúvida, um trabalho delicado, uma vez que se tratou de famílias e pessoas que ainda ocupam posições de poder e prestígio social na sociedade local. A despeito disso, procurou-se levar ao leitor o máximo de

⁴¹ É um conceito que designa indivíduos que estão alheios a si próprios ou a outrem se tornando escravos de atividades ou instituições humanas, devido a questões econômicas, sociais ou ideológicas.
Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023

informações possíveis acerca da política local barrense e as práticas coronelistas ocorridas no período entre 1955 e 1980.

Além disso, foi possível constatar que o cenário político barrense no período estudado tinha características comuns e peculiares em relação às outras regiões do Brasil, sendo que o sistema do coronelismo praticado em Barras-PI não se diferenciava em grande proporção de outras regiões, como foi possível verificar nas inúmeras bibliografias utilizadas. Foi possível detectar, com base nos depoimentos dos moradores entrevistados, que em Barras- PI existia a prática da política do coronelismo e que este fenômeno característico de algumas regiões do país, estava em pleno exercício na política local, e que tais práticas ainda predominavam de tal maneira que caracterizava a política do coronelismo no município, do modo mais tradicional possível, de modo bem similar a algumas situações praticadas nas práticas políticas no período da república velha no Brasil.

Tomando como base os relatos dos moradores que vivenciaram essa época, foi possível perceber o princípio da sustentação e do fundamentalismo da política coronelista nesse período, tendo em vista que os coronéis possuíam a terra e o trabalhador rural não possuía e que o mesmo dependia essencialmente do coronel para sobreviver, contribuindo para que fosse propícia a obtenção de votos dessa classe por parte dos coronéis que eram os chefes políticos dominantes.

Por fim, tendo em vista os elementos analisados, são notórias as consequências do coronelismo para o país, principalmente no que concerne a vida política, pois sua estrutura como apontado por Leal é dominada por uma relação de compromisso entre poder privado decadente e o poder público fortalecido. Esse fortalecimento de poder público imbuído ao poder aquisitivo dos coronéis auxiliados com a extensão do direito ao voto contribuiu para o domínio, crescimento e poderio dos líderes regionais. A figura do coronel ficou bem delineada que penetrou nas veias da sociedade brasileira, fazendo com que circulasse a cultura coronelística ao longo da história e, hoje, ela pulsa no seio de nossa sociedade, mas sob novas formas de manifestação.

Sobre as motivações para a escolha desse período de 1955 a 1980 para este artigo, aborda-se que isso se deu, pois, este contexto estudado nos revela o momento de ápice da política coronelista no município de Barras-PI e também, de fato existiu uma política coronelista na cidade em virtude de ter havido a figura do coronel, que detinha o poder econômico e exercia o poder local por meio da violência e trocas de favores

dentro deste município entre os anos de 1955 e 1980.

Referências

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de; VILAÇA, Marcos Vinícios. **Coronel, Coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no nordeste**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

ANDRADE, Mario Celso Ramiro de. **O gabinê fluidificado e a fotografia dos espíritos no Brasil: a representação do invisível no território da arte em diálogo com a figuração de fantasmas, aparições luminosas e fenômenos paranormais**. 2008. 162 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2008.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CICHOCKI, Irene de Freitas. **Coronelismo midiático**. Monografia (Graduação em Direito) Universidade Regional do noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Santa Rosa, 2012.

DC, **Entrevista concedida a Francisca Ravenna**. Barras, dez. 2019.

DORIGO, Gianpaolo; VICENTINO, Cláudio. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2001.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Ed. Globo, SP, 1997.

FARIAS, Francisco Pereira de. **Do coronelismo ao clientelismo: A Transição política capitalista no Noroeste do Piauí (1982-1996)**. Dissertação (Mestrado em Ciência política) Departamento de Ciência política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **O coronelismo e a imagem do Coronel: De símbolo a imagem do poder local**. Tese (Doutorado em História social) Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

JP, **Entrevista concedida a Francisca Ravenna**. Barras, nov. 2019.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 4º. ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 1º. ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975.

LG, **Entrevista concedida a Francisca Ravenna**. Barras, nov. 2019.

LIMA, Vinícius de. **Coronelismo eletrônico de novo tipo:** as autorizações de emissoras como moeda de barganha política. São Paulo: Observatório da Imprensa, 2007. Disponível em: http://observatoriodaimpresa.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf. Acesso em: 5 jan. 2007.

MD, **Entrevista concedida a Francisca Ravenna.** Barras, nov. 2019.

MONTEIRO, Charles. **História, fotografia e cidade:** reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa. MÉTIS: história e cultura, v. 5, n. 9, p. 11-23, jan./jun. 2006.

PORTELLI, Alessandro. **Forma e significação na História oral:** A pesquisa como um experimento de igualdade. Projeto História, São Paulo, n. 14, p. 7-24, fev. 1997.

RR, **Entrevista concedida a Francisca Ravenna.** Barras, nov. 2019.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Prefácio. In: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. 4ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978.

NOTAS PRELIMINARES SOBRE O ENALTECIMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO BAIANO POR INTELLECTUAIS VINCULADOS AO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA (1910-1940)

Sura Souza Carmo⁴²

Filipe Arnaldo Cezarinho⁴³

RESUMO

O artigo tem por objetivo apresentar um estudo preliminar da proeminência dos intelectuais vinculados ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia na promoção e preservação do patrimônio histórico baiano. Por meio de publicações saudosistas e de enaltecimento do antigo poder político econômico baiano é possível vislumbrar como o patrimônio foi utilizado para fortalecer um discurso que buscava inserir novamente a Bahia no cenário político nacional em um período de estagnação econômica e desprestígio no meio político. É possível caracterizar os intelectuais que valorizaram o patrimônio baiano como vinculados a elite agrária, ocupantes de cargos públicos no governo do estado ou na igreja, ou seja, membros de uma elite econômica, política e religiosa em decadência nas primeiras décadas da república. A metodologia utilizada foi a análise qualitativa de publicações de intelectuais baianos vinculados a agremiação no período analisado. Dessa forma, a valorização do patrimônio pelos intelectuais do IGHB, mais do que uma preocupação com os vestígios materiais do passado, foi uma forma de manter em destaque uma opulência senhorial do período colonial que estava se tronando apenas uma memória entre a elite local.

Palavras-chave: Patrimônio. Representação. Bahia. Intelectuais.

ABSTRACT

The article aims to present a preliminary study of the prominence of the intellectuals linked to the Geographical and Historical Institute of Bahia (IHGB) in the promotion and preservation of the historical heritage of Bahia. Through nostalgic publications and extolling Bahia's former economic political power, it is possible to glimpse how heritage was used to strengthen a discourse that sought to reinstate Bahia in the national political scenario in a period of economic stagnation and discredit in the political environment. It is possible to characterize the intellectuals who valued Bahian heritage as linked to the agrarian elite, holders of public office in the state government or in the church, that is, members of an economic, political and religious elite in decline in the first decades of the republic. The methodology used was the qualitative analysis of publications by Bahian intellectuals linked to the association in the analyzed period. In this way, the appreciation of heritage by IGHB intellectuals, more than a concern with the material remains of the past, was a way of keeping in the spotlight a manorial

⁴² Docente do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Sergipe. Graduada em Museologia (UFRB), mestra em História (UFS) e Doutora em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST). E-mail: suracarmo@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3426-7593>

⁴³ Graduado (UFRB), mestre (UNICENTRO) e doutorando (UFRRJ) em História. E-mail: cezarinhohistoria@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1593-268X>

Baraúnas, n.º 1, v. I, mai/dez, 2023

opulence from the colonial period that was becoming just a memory among the local elite.

Keywords: Patrimony. Representation. Bahia. Intellectuals.

Introdução

A Bahia, durante três séculos, foi o centro administrativo, econômico e religioso do império português na América. A mudança da capital para o Rio de Janeiro e a instalação da família real⁴⁴ em terras fluminenses, talvez não tenha sido o golpe mais duro recebido pela antiga província, mas as sucessivas crises econômicas e o fim do Império – regime político no qual a Bahia participava ativamente com políticos e intelectuais oriundos da elite agrária – também foram impactantes. Possivelmente a diminuição do poder econômico e político fez ressurgir, em 1894, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), uma “casa de memória” dedicada a promoção da história da Bahia por meio de discursos nostálgicos com temas que envolviam batalhas históricas, “homens de letras”, fecundidade do solo e a valorização das edificações históricas quando, segundo Mattoso (2004), a Bahia oscilou entre crises econômicas e períodos de recuperação que envolviam queda na comercialização do açúcar, fim da escravidão, restrições de crédito, dentre outros fatores. Este estudo tem por objetivo tratar, de forma sucinta, como os intelectuais do IGHB utilizaram o patrimônio histórico como legitimador de um discurso sobre a proeminência da Bahia na formação da nação brasileira, ou seja, observa-se como o patrimônio foi utilizado em uma tentativa de restabelecimento do poder político e econômico do estado.

Para compreender o significado de algumas publicações realizadas na revista do IGHB é preciso compreender que a revelia das oscilações econômicas, o apogeu político da Bahia ocorreu durante o Segundo Reinado, quando personalidades da elite

⁴⁴ Se, até aqui, o território era visto como colônia de Portugal, a chegada da Família Real, obrigada a tomar partido na guerra entre Inglaterra e França, causou profundos deslocamentos no que agora passaria a ser a sede da realeza portuguesa. Além do deslocamento da nobreza para o Rio de Janeiro, o aparelho administrativo também fora transportado para a nova capital imperial. Como bem apontou Miriam Dolnikoff (2021, p. 14), “a sede do império português, a partir de 1808, era uma pequena cidade colonial, resultando em transformações profundas na América portuguesa e na sua relação com o império lusitano”. O Rio de Janeiro beneficiou-se com a criação de diversas instituições culturais e monetárias que possibilitaram o desenvolvimento da cidade.

Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023

agrária baiana ocuparam cargos de destaque na gestão do Império⁴⁵ (CARVALHO, 2010). Segundo dados de Kátia Mattoso (1992, p.288), a Bahia possuía “entre 1840 e 1889, exatamente 1/4 dos 228 ministros de Estado[...] que só não esteve representada em cinco gabinetes”. Consuelo Novais Sampaio (1977, p.13) advertiu que “apesar de tais evidências estatísticas, e a despeito do substancial poder exercido pelos baianos nos últimos e mais importantes Gabinetes da Monarquia, o prestígio político da Bahia era pouco mais que uma projeção residual de sua antiga riqueza e poder”, ou seja, face ao declínio econômico das exportações de açúcar a elite baiana amparava-se no prestígio junto ao poder imperial. O declínio, ocorreu com o advento da república e queda da monarquia, pois a Bahia por possuir um quadro republicano incipiente, ser fiel a figura do imperador e aderir a causa republicana tardiamente sofreu os efeitos colaterais de sua posição.

De acordo com Consuelo Sampaio (1978), que investigou os partidos políticos da Bahia na Primeira República, o estado perdeu seu prestígio político no período em comparação ao gozado no Segundo Reinado. Apesar de Cláudia Viscardi (2011, p.97) apontar que “a Bahia teve ativa participação nos primeiros anos do regime republicano” aspirando “aumentar este poder”, é possível afirmar que a Bahia nunca alcançou o prestígio político do Império, tendo gozado de certo prestígio no início da república, principalmente pela figura de Rui Barbosa, mas, perdendo espaço para os políticos do Rio Grande do Sul – entre os anos de 1912 e 1922 Sampaio (1978) afirmou que houve um sumiço da Bahia das pastas ministeriais retornando apenas com Miguel Calmon no Ministro da Agricultura.

No âmbito econômico, a Bahia, até a década de 1940, vivenciou um período de estagnação caracterizada por alguns estudiosos como o “enigma baiano” (AGUIAR, 1958; MARIANI, 1977; FRITSCH, 1990), devido à ausência de um fator preponderante que explicasse o baixíssimo crescimento econômico/industrialização – fato modificado apenas com a descoberta de petróleo no estado. Nancy Assis (1996) discorreu que a elite soteropolitana não era industrial, pois estava vinculada à terra e ao comércio agroexportador principalmente de cacau e açúcar, se caracterizando como uma burguesia de negócios que não conseguiu se adaptar ao modo de produção capitalista,

⁴⁵ José Murilo de Carvalho, ao analisar a elite política imperial observou a origem dos políticos que possuíam cargo no Império e a formação dos mesmos. A Bahia ficou caracterizada como a província com maior representação, que ocupava as pastas mais importantes e pela formação jurídica em Coimbra.

não superando o modo de produção escravista-mercantil (GORENDER, 2011). De acordo com Rinaldo Leite (2012), a elite comportava-se como uma “rainha destronada” com a intelectualidade local esforçando-se para manter-se no poder através de um discurso nostálgico na Primeira República⁴⁶.

O esvaziamento do centro pelas elites, que migraram para bairros mais afastados, e as crises financeiras que assolaram Salvador, acarretaram a deterioração do patrimônio histórico. O traçado colonial da antiga capital somado à pouca infraestrutura para o trato do esgotamento sanitário e o crescimento de moradias do tipo cortiço ameaçavam os vestígios de uma opulência senhorial. Outras regiões do estado enfrentavam o mesmo problema com a conservação do patrimônio histórico devido a decadência econômica. A partir de tal quadro, e da influência de um modelo francês de proteção do patrimônio e de exaltação da nação, os intelectuais do IGHB vislumbraram a possibilidade de manter acesa na memória dos soteropolitanos, principalmente da elite política, por meio de uma produção prático/discursiva, o papel da Bahia no cenário nacional.

Possivelmente a diminuição do poder econômico e político fez ressurgir, em 1894, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), principal espaço dedicado a promoção da história da Bahia por meio de discursos nostálgicos que envolvia o enaltecimento dos “homens de letras”, das batalhas históricas, da fecundidade do solo, dos recursos minerais, das edificações históricas, dentre outras questões. Para Paulo Silva (2000) outros espaços como a “Academia de Letras da Bahia (ALB), os efêmeros agrupamentos literários e as escolas de ensino secundário, notadamente a faculdade Livre de Direito da Bahia” também eram locais onde os intelectuais baianos poderiam expor suas posições na época (SILVA, 2000, p. 17). Acrescentamos ainda o Arquivo Público do Estado da Bahia, que no início do século XX possuía uma revista e um museu.

⁴⁶ No que se refere à nova historiografia sobre a Primeira República, hoje tem se revelado certas críticas às interpretações tradicionais do período, aquelas que enfatizavam o poderio das oligarquias paulista e mineira. Em suma, historiadores e historiadoras, como no caso de Marcos Napolitano (2021, p. 31), têm se dedicado a demonstrar que as forças ali envolvidas estavam em constante fricção com a “política do café com leite”, protagonizada por São Paulo e Minas. Essas forças vinham de lugares como Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco, por exemplo. “Portanto, podemos dizer que a política da Primeira República não se resume à suposta aliança São Paulo-Minas Gerais; é possível mesmo questionar se havia interesses comuns estratégicos entre os dois maiores estados da Federação”.

Antes de qualquer coisa, a partir da criação do IGHB na Bahia, ocorre, efetivamente, um processo de invenção de uma tradição baiana que a realocasse em um cenário político-econômico de legitimidade. Se suas estruturas haviam sido abaladas com as constantes crises internas, eram mais que necessárias novas elaborações discursiva e simbólica para isso. Nesse sentido, conforme pontuou Eric Hobsbawm (1984, p. 12), essa nova tradição inventada tem a sua datação no tempo, ou seja, é possível caracterizá-la historicamente. Em síntese, “consideramos que a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição”.

É importante ressaltar que o pensamento dos intelectuais vinculados ao IGHB era consubstanciado por práticas e estratégias de poder de uma elite que não aceitava ficar no ostracismo da nova configuração política nacional. Ou seja, o discurso saudosista era uma ferramenta de reivindicação de maior destaque à Bahia na conjuntura política do período a partir de usos do passado como legitimador de um lugar de direito.

Utilizou-se como fonte histórica para a produção deste artigo alguns discursos proferidos na agremiação por sócios que foram publicados na Revista do IGHB, obras historiográficas e guias de turismo – denominados de guias da baianidade – em que expressam uma noção de Bahia que pretendiam legitimar por meio do patrimônio histórico. O recorte temporal abarca as décadas de 1910 a 1940.

O patrimônio como representação

A relação entre intelectuais e a promoção do patrimônio na Bahia entre as décadas de 1910 e 1940 é compreendida neste estudo pelas lentes da História Cultural que tem como proposta “decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo” (PESAVENTO, 2005, p. 42). Ora, é imprescindível notar que são as representações de uma elite (ou várias elites) que deram a tônica ao contexto histórico investigado.

Outro historiador que forneceu prodigiosas contribuições para pensar o conceito de representação foi Roger Chartier (1990, p. 16). Em suas palavras, a História Cultural tem por objeto “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos

uma realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Assim, a História Cultural estabeleceu novos objetos de pesquisa e estudos interdisciplinares principalmente entre a História, a Literatura, Arte e Arquitetura, por exemplo.

Dentro desta perspectiva, os conceitos de representação e imaginário são fundamentais para caracterizar a escolha do patrimônio histórico como uma das válvulas propulsoras da Bahia no cenário político e cultural do Brasil. O conceito de representação proposto por Chartier (1990, p. 17) teve papel preponderante neste estudo investigativo. O conceito de representação pode ser percebido como variável de acordo com as disposições dos grupos ou classes sociais, isto é, apesar de aspirar a universalidade, as representações são determinadas pelos grupos que as forjam – sendo impostas “a outro grupo ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social” (CHARTIER, 1990, p. 17). Já o conceito de imaginário, alinhado ao conceito de representação, abrange “um sistema de ideias e imagens de representações coletivas que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo” (PESAVENTO, 2005, p. 43). O estudo, com base nos conceitos, busca evidenciar os conflitos de classificações ou de delimitações da escolha de uma determinada tipologia de patrimônio como representativa da Bahia por um grupo social.

O estudo das representações do patrimônio baiano pelos intelectuais vinculados ao IGHB entre as décadas de 1910 e 1940 demonstra que “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1990, p. 17)”. No pensamento de Antonio Gramsci (2004, p. 96), os intelectuais possuem papel preponderante na vida social, sendo compreendidos como “todo o estrato social que exerce funções organizativas no campo da produção, no da cultura e no político-administrativo”. Concernente ao contexto baiano no início da República, não existia uma classe independente de intelectuais, pois “todo grupo social tem uma própria camada de intelectuais ou tende a formar uma para si” (GRAMSCI, 2004, p. 64). Na Bahia, até a década de 1940, de acordo com Paulo Silva (2000, p. 16), os intelectuais “ocupavam posições chaves no aparelho do Estado” gozando “de posição econômica privilegiada”, ou seja, era vinculada aos dirigentes locais e representavam uma parcela muito ínfima da população devido aos grandes índices de analfabetismo e pobreza dos soteropolitanos.

Jean- Pierre Sirinelli e Jean-Francois Rioux (1998, p. 261) afirmam que o intelectual pode ser analisado como um homem do seu meio, que influencia e é influenciado pelo seu círculo social, pensado como homem de cultura, visto que nesta classificação se inserem “tanto os criadores como os mediadores culturais”, sendo os primeiros os que “participam na criação artística e literária ou no progresso do saber” e os demais aqueles “que contribuem para difundir e vulgarizar os conhecimentos dessa criação e desse saber”. Desse modo, para os intelectuais baianos oriundos de uma elite agrária em declínio seria natural advogar a respeito da valorização de elementos que lembrassem o papel de seus antepassados na história local e nacional. Sirinelli e Rioux ainda salientaram que faz parte do cotidiano dos intelectuais se envolverem “na defesa de grandes causas” (1998, p.263), como a realizada pelo IGHB, por exemplo, com a preservação do patrimônio histórico no enaltecimento a Conjuração Baiana ou ao 02 de Julho e à imigração europeia para o estado. Contudo, as causas defendidas eram, na maioria das vezes, vinculadas às elites, estando as reivindicações do povo rechaçadas com estímulos proibitivos do governo local.

A promoção do patrimônio baiano pelos intelectuais do IGHB

A análise dos discursos da intelectualidade vinculada ao IGHB foi amplamente discutida nas teses de Rinaldo Leite (2005) e Aldo Silva (2006). Outros estudos, voltados para questões específicas, como 2 de julho, questões raciais e patrimônio/museologia, também abordaram discursos de intelectuais vinculados ao IGHB (SILVA, 2000; ARAÚJO, 2006; LEITE, 2007; NUNES, 2009; SOUSA, 2010; CERÁVOLO, 2016; SANTANA, 2017). Outros autores, entretanto, tem apontado a defesa do patrimônio baiano por intelectuais *outsiders* na Primeira República (SOARES, 2005; CARLIXTO, 2011; SANTANA, 2017) Em menor escala e de forma preliminar, alguns estudos por nós desenvolvidos tem pensado os discursos dos intelectuais do IGHB e não relacionados à entidade em defesa do patrimônio baiano.

Mas o que caracteriza os intelectuais baianos vinculados ao IGHB? A maioria eram homens vinculados à elite agroexportadora, empregados em cargos públicos diversos. Alguns menos abastados, vinculados à classe média ou não, eram professores. Renata Cabral (2019, p. 15) escreveu que “o IGHB privilegiou, na constituição de seu corpo, um perfil de intelectual, ou, ao menos, de homem letrado”. Personalidades como Francisco Marques de Góes Calmon, Pedro Calmon, Jorge Calmon, José Wanderley de *Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023*

Araújo Pinho, Hermes Lima, Bernardino de Souza, Frei Pedro Thomaz Margallo, Teodoro Sampaio, Xavier Marques, Silva Campos, Pirajá da Silva, Francisco Borges de Barros, Antônio José do Prado Valladares entre outros, fizeram pronunciamentos veementes a favor da proteção das antiguidades baianas (DÓCIO, 2014; MATTOS, 2014), discursos que representavam a valorização da própria história familiar na maioria dos casos. Sobre tais intelectuais é possível afirmar, segundo Aldo Joé Moraes Silva, que:

Tinham seus campos de interesse e de atuação diretamente relacionados ao Instituto e com ele se identificavam (e foram identificados) inquestionavelmente, participando sempre das instâncias de organização e gestão do Instituto. Foram eles nomes de grande notoriedade nos meios acadêmicos da época (alguns ainda na atualidade), destacando-se quer no Instituto, quer na vida pública por sua atuação profissional ou pela qualidade de seu trabalho intelectual (SILVA, 2006, p.15)

Apesar de alguns intelectuais ligados em associações acreditarem ser “independentes” ou “autônomos” do “grupo social dominante”, de acordo com o pensamento de Gramsci (1985, p. 6), a grande maioria dos intelectuais baianos repercutiam os imaginários e os desejos da elite local. Sobre o caráter dominante de determinados grupos sociais, a partir do pensamento gramsciano, é possível salientar que “[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’ que visa submeter e ‘dirige grupos afins e aliados’ devendo ser não apenas ‘dominante’ mas também ‘dirigente’” (GRAMSCI, 2004, p. 63). Esse papel dirigente efetivou-se através da valorização do patrimônio edificado, pela criação de instituições museais, pela publicação de textos a respeito da história da Bahia e pela elaboração de um órgão estadual de preservação do patrimônio na Bahia, assim, invocando a ideia de serem consideradas como “reliquias históricas” que deveriam ser apreciadas por todos os brasileiros.

Alguns membros do IGHB dedicaram vários discursos a promoção da preservação do patrimônio histórico da Bahia em que foram eleitos apenas edificações históricas do período colonial, objetos de famílias ilustres e documentos históricos como representativos da história local. Wanderlei Pinho⁴⁷, por exemplo, um dos

⁴⁷ José Wanderley de Araújo Pinho foi um político baiano influente, nascido da elite decadente do açúcar. Filho de João Ferreira de Araújo Pinho, que foi presidente da província de Sergipe em 1876 e governador da Bahia no início do século XX, e de Dona Luísa Wanderley de Araújo Pinho, filha de João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe. Destacou-se pelas ações em *Baraúnas, n.º 1, v.1, mai/dez, 2023*

intelectuais mais engajados na defesa do patrimônio histórico da Bahia, proferiu inúmeros discursos nas décadas de 1910 e 1920, publicados nos *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia* e na *Revista do IGHB*, defendendo o passado colonial de Salvador contra os anseios demolidores da Modernidade. Segundo Paulo Silva (2000, p. 152), “a concepção histórica de Wanderlei Pinho trazia subjacente conceitos bem definidos: construir uma memória fundamental para se definir como grupo social, como nação e até mesmo como civilização”. Seus discursos propalaram um imaginário de Salvador vinculado a riquezas coloniais – arquitetura, bens móveis integrados e bens móveis. Um dos primeiros discursos de Pinho salientava a necessidade de se conservar os “vestígios que nos restam da grande vida já vivida” através da conservação de “monumentos, templos, casas antigas, velhas tradições, nos objetos e coisas da arte de outrora” (1918, p. 192). Seu discurso em prol do patrimônio baiano caracterizou-se pela valorização “das cousas antigas” que a Bahia teria o dom de transmitir:

A Bahia é, e há de ser, felizmente por muito tempo, a região tradicional brasileira: onde as lendas e costumes de antanho conservam a sua poesia melancólica no contraste de um progresso que penetra lentamente; onde como a atmosfera que se respira é um ar do passado cheirando à santidade ingênua de épocas findas; onde o próprio aspecto das cousas e o regimem dos homens são como um viver dos séculos atrás arremedando hábitos novos (PINHO, 1918, p. 192).

Portanto, a visão de patrimônio de Wanderlei Pinho (1918, p. 192-196) contemplava “monumentos e edifícios públicos; templos e edifícios religiosos; alfaias, retábulos, entalhaduras, esculturas religiosas ou profanas; joias, faianças, porcelanas, baixelas, mobiliário de todos os estylos”, ou seja, “coleções particulares de tudo o que tiver algum mérito artístico ou algum valor histórico”. O intelectual possuía uma visão abrangente sobre os bens que poderiam representar a história local que mesclava uma ânsia por preservar os antigos tesouros de uma elite decadente e um silenciamento a respeito de patrimônios relacionados a cultura afro-brasileira e popular.

A defesa do passado colonial da Bahia, por Pinho (1918), tornou-se incisiva na década de 1930, principalmente quando o seu sogro e sócio do IGHB, Francisco

defesa do patrimônio baiano e pela publicação de livros e textos sobre os tempos áureos da Bahia, atitudes em consonância com o pensamento do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, ao qual foi vice-presidente. Exerceu diversos cargos públicos como deputado federal, promotor e prefeito da cidade de Salvador. Sua relação pessoal com o patrimônio baiano e suas posições políticas em defesa dos mesmos são uma rica fonte de estudos para a compreensão dos discursos preservacionistas na Bahia no início do século XX. Ver: CERÁVOLO, 2012.

Baraúnas, n° 1, v. I, mai/dez, 2023

Marques de Góis Calmon, foi governador do estado entre os anos de 1924-1928. Em 1925, Pinho (1925) proferiu outro discurso inserindo a questão econômica em sua defesa do patrimônio ao salientar o patrimônio baiano, além de representar um passado de fausto também era “um museu de antiguidade” em que turistas poderiam apreciar em Salvador – algo necessário para frear a ânsia demolidora de alguns confrades:

[...] A nossa cidade tem como um valor grande esse cunho seu característico, que são os aspectos coloniais de algumas de suas ruas e construções. Toda a orientação de reforma, pois, deveria tomar como diretriz a conservação e resguardo dessas ruas estreitas, tortuosas, inclinadas, mas cheias de casas e palácios de antanho, repletos de arte velha e de tradições antigas. O bairro da Sé, nesse particular, desde a rua da Assembléia à Baixa dos Sapateiros é valiosíssimo, ao turista, inteligente e a quem não banalisou ainda o espírito nas impressões da mesmice do modernismo. Respeitemos pois essa velharia que não poderíamos remodelar sem feiura e que só poderemos embelezar destruindo, para levantar sobre as ruínas coisa totalmente nova. Repartamos a cidade velha *urbs* intangível e a cidade mais nova, sujeita às transformações constantes, estendendo a cidade por toda essa área entre a Barra e Itapagipe, até Amaralina e pelos aterros do cais do Porto. Ofereçamos assim ao visitante e às gerações por vir um museu de antiguidade como um orgulhoso pergaminho de nossa prosápia, no bairro da Sé, e, como um atestado de nossa cultura contemporânea, a nova cidade. Elevemo-nos com esse estalão de alto valor moral [...] no respeito à arte e às lembranças do passado (PINHO, 1925, p.82-83).

Para Sueli Cerávolo (2012, p. 7), Wanderley Pinho, como influente político e membro do IGHB, tinha em seu discurso a “intenção em insuflar a percepção do valor do patrimônio histórico e artístico” usando a persuasão para protegê-lo. Outro texto emblemático para compreender a visão de patrimônio dos intelectuais do IGHB foi a conferência do Frei Pedro Thomaz Margallo (1927) realizada em defesa da preservação dos bens históricos, em que cobrava medidas do poder público contra o abandono de edifícios e roubo de artes sacras tanto na capital quanto no Recôncavo – demonstrando que a seleção de bens não se restringia a capital e que era guiada pela história de poder econômico que determinadas regiões possuíam. Para o Frei Margallo (1927, p. 515), “a Bahia pode gloriar-se de possuir verdadeiras joias de arte” e ainda pode confessar “sem exageração alguma que os seus templos guardam obras de talha tão primorosas e raras que constituem um verdadeiro thesouro artistico para o Estado e ainda para a Nação, pois difficilmente se encontram fora de aqui” salientando ainda que “poucas nações conservam tanta riqueza em talha, como a que aqui profusamente admiramos com verdadeiro assombro”. A conferência do Frei Margallo que cobrava alguma ação do

estado contra a saída de bens do estado foi também um grito ufanista de um grupo que não queria perder os bens que rememoravam seu passado opulento.

Tal engajamento dos intelectuais do IGHB, especialmente de Wanderlei Pinho, rendeu a criação da Inspetoria Estadual dos Monumentos Históricos da Bahia, por meio da Lei nº 2.032, de 08 de agosto de 1927, sendo regulamentada, posteriormente, com o Decreto nº 339, de 06 de dezembro de 1927, órgão que buscou preservar os monumentos nacionais do estado da Bahia através de legislação própria, vindo a ser Francisco Borges de Barros, diretor do Arquivo Público, o primeiro diretor da inspetoria (DÓCIO, 2014). Salienta-se que a inspetoria baiana antecedeu a proposta de lei apresentada por Wanderley Pinho ao parlamento brasileiro em 1930 e a criação de uma lei federal de proteção do patrimônio.

A inspetoria baiana, em 1928, iniciou o inventário de bens em Salvador e no interior do estado com publicações da lista de bens nos Anais do Arquivo Público do Estado ainda nos anos de 1930 e 1938. As publicações são uma fonte elucidativa do imaginário dos intelectuais vinculados ao IGHB sobre o patrimônio baiano, pois através da presença e ausência de determinados bens é possível caracterizar sua concepção de patrimônio baiano. De acordo com os *Annaes do Arquivo Público do Estado da Bahia*, que divulgava as ações da Inspetoria baiana, em 1928, foram inventariados pela inspetoria 61 edifícios religiosos, 41 edifícios civis, 17 monumentos (estátuas e fontes), 3 subterrâneos, 11 fortalezas, 15 praças ou largos, 34 lugares e campos históricos e 13 estradas coloniais (ANNAES DO ARQUIVO PÚBLICO, 1928, p. 32-38). Observa-se o destaque dos templos religiosos e civis do período colonial por representarem a riqueza da Bahia/Salvador nos tempos áureos do período colonial. Os locais de origem foram diversificados, pois, além da capital, houve bens arrolados em outras regiões do estado, deixando evidente que os bens catalogados se relacionavam a ciclos econômicos marcantes, a saber: da cana-de-açúcar, no Recôncavo; dos diamantes, na Chapada Diamantina; e do cacau, no Baixo Sul. Chamou também atenção o inventário de campos históricos e estradas coloniais que exerciam o papel de legitimar a proeminência da Bahia nos principais circuitos econômicos do período colonial, ressaltando a bravura de sua gente no desbravamento do interior e em guerras pela independência. A escolha foi por um patrimônio monumental, que pudesse revelar a riqueza da “terra-mãe do Brasil” (LEITE, 2012).

Posteriormente, em 1930, foram arrolados mais alguns bens que não entraram no inventário de 1928, com destaque para a listagem de vilas, distritos ou “aroados” que contabilizaram 19 lugares (ANNAES DO ARCHIVO PÚBLICO E INSPECTORIA DE MONUMENTOS, 1931, p. 558-561). No último inventário realizado antes da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), foi possível observar além do grande quantitativo de edifícios religiosos, civis e militares, o arrolamento de aquedutos subterrâneos, fontes públicas, chafarizes e um grande quantitativo de bustos (ANNAES DO ARCHIVO PÚBLICO DA BAHIA, 1938, p. 481-491). O inventário de monumentos e bustos foi algo que não se perpetuou no SPHAN e que caracteriza o ato de enaltecer personalidades baianas do período colonial e imperial, sobretudo políticos e grandes proprietários de terra.

É necessário registrar as ausências na promoção do patrimônio baiano pelos intelectuais vinculados ao IGHB por meio da inspetoria estadual. Entre os bens arrolados não houve menção a patrimônio relacionado ao povo indígena ou afro-brasileiro. Tal ocorrência, mais uma vez, ressalta o alinhamento das ações da inspetoria estadual com a mentalidade dos intelectuais do IGHB que discutiam veementemente a necessidade de mais imigrantes europeus para a Bahia e o problema da mestiçagem (SILVA, 2006). As questões políticas, econômicas e culturais discutidas do IGHB interferiam na tipologia de bens que seriam representativos do povo baiano, pois o inventário deveria refletir os anseios de uma classe que necessitava lembrar ao Brasil que “a Bahia ainda é Bahia”⁴⁸. Neste sentido, o enaltecimento de aspectos históricos da Bahia pelos intelectuais do IGHB relaciona-se ao pensamento de Sirinelli e Rioux (1998, p. 261) de que “as elites da mediação cultural poderiam ser, com efeito, entendidas como dotadas de certa capacidade de ressonância e de amplificação, noutros termos, de um poder de influência”. A proteção do patrimônio baiano ao mesmo tempo em que tinha um cunho ufanista e propagandístico, lembrava às demais elites nacionais o espaço destinado à Bahia na história da nação por meio da monumentalidade do patrimônio selecionado como símbolo local/nacional.

⁴⁸ Segundo Paulo Silva (2000, 15) “A Bahia ainda é Bahia” foi “o nome da chapa que reuniu o nome dos candidatos federais, em oposição ao interventor Juracy Magalhães, nas eleições de 1933”. Por se posicionarem contra a Revolução de 1930, os baianos perderam cargos políticos e o governo do estado. Para Silva, os autonomistas, dentre entre intelectuais vinculados ao IGHB, buscaram com a denominação “designar uma composição de forças políticas, articuladas no processo de reconstituição do país, a sentença traduziu o sentimento que envolvia os grupos baianos afastados do poder em 1930”.

Os discursos eloquentes sobre o patrimônio baiano estenderam-se após a criação da Inspetoria Estadual do Monumentos Históricos da Bahia, como no relatório do Subinspetor de Monumentos Históricos, Padre Manoel A. Barbosa, enviado ao governador do Estado da Bahia em 1936. Barbosa (1972) enfatizou o caráter lusitano como único atrativo de Salvador para a visita turística, demonstrando que para o grupo ao qual pertencia a arquitetura luso-brasileira colonial era a única que possuía o poder de representar a Bahia:

A nossa Capital, será, num futuro bem próximo, o maior centro de turismo sulamericano tão simples pelo que possui do passado. As igrejas, os edifícios, as velhas e tortuosas ruas, os aspectos regionais, os costumes, as tradições, a história, enfim todo esse legado que nos foi transmitido, serão os grandes e únicos atractivos para o visitante curioso e para o turista historiador ou artista (BARBOSA, 1972, p. 463-464).

Neste artigo não se tem a pretensão de apresentar todos os artigos relacionados ao patrimônio publicados na Revista do IGHB. Aldo Silva (2006) apresentou um levantamento da quantidade de artigos relacionados a arquitetura, arte e monumentos históricos sendo, dezesseis artigos relacionados à arquitetura e nove que tinham como tema arte e monumentos. Tal levantamento sinaliza a utilização do patrimônio para legitimação da identidade local e enaltecimento de aspectos históricos e econômicos da Bahia antes da promulgação de uma lei federal de defesa do patrimônio.

Outra forma de representar o poder da Bahia no período foi divulgar a história local e patrimônio por meio da publicação de livros de história. Paulo Silva (2000) se debruçou na produção historiográfica da Bahia, entre 1930 e 1946, e percebeu a atuação de intelectuais do IGHB para promover o passado e assim justificar suas reivindicações de poder. Conforme o autor, “a reconstituição do passado vinha reforçar o tecido social das elites locais e dar apoio ao projeto político contrário ao nacionalismo centralizador do governo Vargas”. Ao descortinar os caminhos trilhados pelos intelectuais baianos dedicados ao campo da História, Silva observou como foi construída uma imagem de passado para legitimar as ações políticas dos “autonomistas” que buscavam “recolocar a Bahia” em destaque no cenário político. Os principais expoentes de uma historiografia nacional cujo enquadramento era a Bahia são: o político Wanderlei Pinho com suas obras – *Política e políticos no Império: contribuições documentais* (1930), *Cotegipe e seu tempo* (1937), *Salões e Damas do Segundo Reinado* (1942), *História de um Engenho do Recôncavo* (1946) – que

Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023

exaltavam o poder senhorial tanto na esfera local quanto nacional, observando políticos, damas e a sucessão na administração de um engenho, por exemplo; Luis Viana Filho – *A sabinada: a república baiana de 1837* (1938), *A vida de Rui Barbosa* (1941) – onde vivifica a histórica local e um “homem de letras”; o jurista Nestor Duarte com *A ordem privada e a organização política nacional* (1939); Afonso Rui em *A primeira revolução social brasileira: 1798* (1942), enaltecendo o pioneirismo da Bahia e da participação popular para lutar pela liberdade; e Pedro Calmon – *O Marquês de Abrantes* (1933), *A vida de Castro Alves* (1947), *História da literatura baiana* (1949) – que também seria mais um a engrandecer as personalidades da *intelligentsia* baiana.

O patrimônio histórico era uma preocupação dos historiadores, principalmente de Wanderlei Pinho, significando um documento histórico que possuía a particularidade de ser visualizado constantemente pelo povo, deixando palpável as histórias do apogeu colonial. Para Silva:

Os casarões do pelourinho, as edificações da igreja Católica e os solares outrora habitados por senhores de engenho e grandes comerciantes eram os objetos privilegiados destas preocupações. Preservar este patrimônio arquitetônico significava também investir na construção de um banco de dados acessível a todos todo o tempo. A documentação histórica não estaria assim circunscrita aos arquivos públicos e privados e nem com o acesso obstruído pela burocracia, nem dificultada pela perícia exigida para se extrair as informações desejadas. Com a preservação do patrimônio histórico, a história estaria posta para todos, numa espécie de representação pública permanente do passado (2000, p. 149).

Por último, a partir do final da década de 1940, registra-se o papel de destaque que livros voltados para turistas, os denominados guias da baianidade”, alguns desenvolvidos por intelectuais vinculados ao IGHB, tiveram como divulgadores do patrimônio histórico como representativo da Bahia. A história do incentivo ao turismo na Bahia vincula-se a propagação por intelectuais, através de diversos livros, dos bens culturais e do povo baiano (KELSCH, 2018). Os guias da baianidade, de cunho altamente propagandístico, apresentavam os encantos da Bahia aos seus leitores, como a arquitetura colonial portuguesa, festas populares, culinária, belezas naturais e outros. As obras *Procissões tradicionais da Bahia*, de João da Silva Campos (1941); *Breviário da Bahia*, de Afrânio Peixoto (1945); *Bahia de Todos os Santos*, de Jorge Amado (1945); *Alma e corpo da Bahia*, de Eduardo Tourinho (1950); *Beabá da Bahia*, de José Valladares (1951); *Bahia: imagens da terra e do povo*, de Odorico Tavares (1951); *Roteiro da Bahia*, de Hermam Lima (1953); *Bahia cidade feitiço*, de Carlos Torres

Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023

(1957), para referenciar as primeiras publicações, trazem como característica um momento de ruptura tanto entre intelectuais não vinculados ao IGHB quanto aqueles que pertenciam a agremiação de um discurso hegemônico sobre o patrimônio histórico luso-brasileiro ser o único capaz de representar a história e cultura baiana.

Todos os livros têm em comum a apresentação do patrimônio e da cultura popular, o incentivo ao turismo e a grande aceitação do público – sendo todos reeditados. O médico Afrânio Peixoto, sócio do IGHB, foi um intelectual que buscou promover a passado opulento da Bahia ao denominá-la como a “filha mais velha”, portanto, “mais tempo educada” em uma alusão ao poder legitimador da tradição:

A Bahia tem graça: é sua natureza. Teve educação; foi a filha mais velha, mais tempo educada: daí sua dignidade. Daí diante dos irmãos e irmãs, irrequietos e presumidos, um discreto silêncio, menos que de desdém, de dignidade. Só os estrangeiros têm olhos novos, para ver, saber ver (PEIXOTO, 1945, p. 352).

O papel preponderante do patrimônio histórico pode ser observado no texto de Peixoto, mas também no guia da baianidade *Beabá da Bahia* produzido por José Valladares (1951). No trecho denominado *Um pouco de História* Valladares descreve a história da fundação da cidade e no subitem *Roteiro para um visitante apressado* é dedicado várias páginas para a descrição de igrejas, palácios, solares, pintura, escultura, ourivesaria e artes menores que podem ser encontradas no Pelourinho e em instituições museológicas de Salvador. Carlos Torres, em seu livro *Cidade Feitiço*, publicado em 1957, apresentou os principais atrativos de Salvador aos turistas, mesclando o patrimônio histórico a elementos da cultura popular:

O turista, de modo geral, viaja pelo desejo de encontrar, além do progresso material das grandes metrópoles, novidades, emoções diferentes e a Bahia preenche esses requisitos com vantagem. A riqueza dos seus templos e de suas alfaias, o encanto das suas paisagens, o romantismo dos seus solares, o pitoresco de suas fortalezas, a graça dos seus ascensores, os mistérios dos seus subterrâneos, o feiticismo de suas fontes, a poesia de suas lendas, o caráter folclórico de suas festas, o apetitoso de suas comidas e o saboroso de suas frutas, a evocação de suas músicas e a proclamação da beleza de suas mulheres, tudo isto prende e enleva os que a visitam (TORRES, 1973, p. 3).

Os intelectuais vinculados ao IHGB ou não que produziram os guias da baianidade marcam uma ruptura, a partir da década de 1940, do discurso hegemônico do patrimônio histórico arquitetônico luso-brasileiro como o único digno de representar a Bahia, sendo inserido nas publicações manifestações populares relacionadas

principalmente a herança africana. Deste modo, os discursos e obras referenciadas demonstram como na primeira metade do século XX um grupo de intelectuais buscaram reposicionar a Bahia no cenário nacional, em termos político, econômico e cultural, utilizando como uma das ferramentas a legitimação por meio do patrimônio histórico vinculado a herança portuguesa e senhorial.

Considerações finais

As iniciativas de proteção do patrimônio baiano no início do século XX foram frutos de uma elite preocupada com a queda de prestígio político que ocorria desde o fim da monarquia. Por meio de laços de amizade e parentesco foi reaberto, no período republicano, O IHGB como um espaço onde os anseios de uma elite poderiam ser debatidos e formulados sugestões aos governantes. O IGHB tornou-se o guardião da memória baiana, em que intelectuais que possuíam estreitos laços de amizade e parentesco selecionaram as tipologias de bens que representariam a Bahia enquanto berço da civilização brasileira.

Os intelectuais do IGHB foram os detentores do discurso hegemônico na primeira metade do século XX. Já na segunda metade do século XX, um grande quantitativo de intelectuais buscavam uma identidade local mais próxima do cotidiano da cidade, passando a promover o patrimônio afro-brasileiro por meio da descrição de festas populares, candomblés, feiras e comidas típicas, esse deslocamento passa a ser explícito. Homens como Manuel Querino, Jorge Amado e Edison Carneiro eram intelectuais *outsiders*, que defendiam uma representação da Bahia distante da desejada pelos grupos dominantes até então vigentes.

Por ser este um estudo preliminar, há de se notar lacunas que devem ser preenchidas por novas investigações. A primeira delas revela a própria solidez com a qual intelectuais buscavam representar a si mesmos. A abordagem aqui proposta não tinha como objetivo avançar em tais aspectos. Todavia, o estudo aprofundado dessas interações pode trazer à tona tanto conflitos internos, entre a própria elite baiana, caso vista enquanto heterogênea, quanto externos, isto é, nas disputas de representações com outras elites dos demais estados.

A segunda, por fim, está ligada à dificuldade de detectar a recepção das ideias dos intelectuais por parte das bases populares. Nesse caso, novas tipologias de fonte

podem contribuir nesse empreendimento caro não somente à História Cultural, como também para uma proposta significativa de uma história sociocultural.

Referências

- AGUIAR, Manoel Pinto de. **Notas sobre o enigma baiano**. Progresso: Salvador, 1958.
- AMADO, Jorge. **Bahia de todos os santos: guia das ruas e dos mistérios da cidade do Salvador**. São Paulo: Martins, 1945.
- ANNAES DO ARCHIVO PÚBLICO E MUSEUS DO ESTADO DA BAHIA**. Vol.XV. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1928.
- ANNAES DO ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA**. Vol. XXVI. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1938.
- ANNAES DO ARCHIVO PUBLICO E INSPECTORIA DOS MONUMENTOS**. Vol. XVIII. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1931.
- ARAÚJO, Mariele Souza de. **A medida das raças na mistura imperfeita: discursos racialistas em Pedro Calmon, (1922 - 1933)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- ASSIS, Nancy Rita Sento Sé de. **Questões de vida e morte na Bahia republicana: valores e comportamentos sociais das camadas subalternas soteropolitanas (1890-1930)**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.
- BARBOSA, Manoel de Aquino. **Retalhos de um arquivo**. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 1972.
- CABRAL, Renata Campello. **A gênese da proteção legal para além do monumento no Brasil: o projeto de José Wanderley de Araújo Pinho e seus diálogos com a legislação estrangeira**. Anais do Museu Paulista, São Paulo, Nova Série, vol. 27, p.1-41, 2019.
- CALMON, Pedro. **O Marquês de Abrantes**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1933.
- _____. **A vida de Castro Alves**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1947.
- _____. **História da Literatura Bahiana**. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1949.
- CAMPOS, João da Silva. **Procissões tradicionais da Bahia**. 2ª Ed. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, 2001.

CARLIXTO, Carolina Fernandes. **Jorge Amado e a identidade nacional: diálogos político-culturais**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política. Teatro das Sombras: a política imperial**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CHARTIER, Roger. **Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais**. In: A História Cultural entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28.

CERAVOLO, Suely Moraes. **Brazilian Ark: The Museum of the Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894–1927)**. Museum History Journal, v. 9; n. 1, p. 45-59, 2016.

CERAVOLO, Suely Moraes. **A Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais do Estado da Bahia: do discurso à ação (1927-1938)**. Seminário Internacional 90 Anos do Museu Histórico Nacional em Debate (1922-2012), Rio de Janeiro, 2012.

DÓCIO, Vanessa de Almeida. **Sob o signo da pedra e cal: trajetória da política de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico no estado da Bahia (1927 – 1967)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil Império**. São Paulo: Contexto, 2021.

DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização política nacional: contribuição à sociologia política brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966 [1939].

FRITSCH, Winston. **Apogeu e crise na primeira República: 1900-1930**. In: ABREU, Marcelo de Paiva. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 31-72.

GALLO, Nelson. **Bahia de todas as doçuras**. Livraria Progresso, 1985.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização 188 ARTIGO Brasileira, 2004.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos**, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

HOBBSBAWM, Eric. **Introdução: a invenção das tradições**. In: HOBBSBAWM, Eric; RANGER, TERENCE. A invenção das tradições. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 9-24.

KELSCH, Leonardo Teixeira. **Turismo em Salvador na Era Vargas: a trajetória das políticas de inserção e promoção da atividade na cidade da Bahia entre os anos 1930 e 1945**. 305 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023

LEITE, Rinaldo César Nascimento. **A rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **Memória e identidade no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (1894-1923): origens da casa da Bahia e celebração do 2 de Julho**. Memória e Patrimônio, UNESP, vol. 7, n. 1, p.54-77, jun, 2007.

_____. **A Rainha Destronada: Discursos das Elites sobre as Grandezas e os Infortúnios da Bahia nas Primeiras Décadas Republicanas**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

LIMA, Herman. **Roteiro da Bahia**. 2ª Ed. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, [1953] 1969.

MARGALLO, Pedro Thomaz. **Protecção do Estado às Obras de Arte e Monumentos Históricos (Cachoeira, 10 de julho de 1927)**. Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia, Salvador, nº 53, p. 513-518, jan/jun, 1927.

MARIANI, Clemente. **Análise do problema econômico baiano**. Planejamento. Fundação de Pesquisas – CPE, Salvador, v.5, n. 4, p. 55-121, out/dez, 1977.

MATTOS, Ana Teresa Góis Soares de. **Nem português, nem mineiro... baiano e nacional, com todo respeito: a atuação da Bahia no campo do patrimônio brasileiro**. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2014.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma pesquisadora**. Salvador: Corrupio, 2004.

_____. **Bahia, século XIX: uma província do Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil república: da queda da Monarquia ao fim do Estado novo**. 1. Ed.; 5. Reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2021.

NUNES, Antonietta d’Aguiar. **Manuel R. Querino: seus artigos na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Revista Entreideias: Educação, Cultura E Sociedade, Salvador, vol. 13, n. 14, 2009.

PEIXOTO, Afrânio. **Breviário da Bahia**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, [1945] 1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PINHO, José Wanderley de Araújo. **Proteção dos monumentos públicos e objectos históricos**. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, n. 43. Salvador: IGHB, 1917, p. 191-198.

_____. **A Igreja da Sé - em torno de sua demolição. Proposta do Dr. José Wanderley de Araújo Pinho em sessão de 22 de março de 1925 e parecer da comissão**. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Salvador, n. 51, p. 81-91, 1925.

_____. **Salões e damas no Segundo Reinado**. São Paulo: Martins, 1959.

_____. **Política e políticos no Império: contribuições documentais**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

_____. **Cotegipe e seu tempo; primeira fase, 1815-1867**. São Paulo: Nacional, 1937.

_____. **História de um engenho do Recôncavo: Matoim, Novo Caboto, Freguesia: 1552-1944**. Rio de Janeiro: Z. Valverde, 1946.

RUI, Afonso. **A primeira revolução social brasileira: 1978**. Companhia Editora Nacional: Rio de Janeiro, 1942.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República**. Salvador, Núcleo de Publicação do Centro Editorial e Didático da UFBA, 1978.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Formação do regionalismo no Brasil: Bahia e São Paulo no século XIX**. Salvador: Centro de Estudos Baianos / UFBA, 1977.

SANTANA, Rogério Barreto. **O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e os debates sobre a nação e a raça no Brasil**. Revista Discente de História, Cachoeira, v. 4, n. 8, p.108-117, 2017.

SILVA, Aldo José Morais. **Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Origem e estratégias de consolidação institucional, 1894-1930**. 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2006.

SILVA, Paulo Santos. **Ancoras da tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico da Bahia (1930-1949)**. Salvador: Edufba, 2000.

SIRINELLI, Jean-Pierre; RIOUX, Jean-François. **Para uma história cultural**. Editora Estampa: Rio de Janeiro, 1998.

SOARES, Angelo Barroso Costa. **Academia dos Rebeldes: modernismo à moda baiana**. Dissertação (Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural) – Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2005.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. **História, Memória e Historiografia: Abordagens sobre a Independência na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894-1923)**. Politeia - História e Sociedade, vol. 5, n. 1, p. 177-195, 2010.

Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023

TAVARES, Odorico. **Bahia: imagens da terra e do povo**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, [1951] 1961.

TORRES, Carlos. **Bahia cidade feitiço**. Salvador: Editora Mensageiro da Fé, [1957] 1973.

TOURINHO, Eduardo. **Alma e corpo da Bahia**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Pongetti, [1950] 1953.

VALLADARES, José. **Bêabá da Bahia: guia turístico**. Salvador: Progresso, 1951.

VIANA FILHO, Luís. **A Sabinada: A República Baiana de 1837**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1938.

_____. **A Vida de Rui Barbosa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

VISCARDI, C. **O teatro das oligarquias. uma revisão da política do café com leite**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

PERSPECTIVAS SOBRE COOPERAÇÃO E ESPERANÇA NO ROMANCE *WELCOME TO LAGOS*, DE CHIBUNDU ONUZO

Rafael Barbosa de Jesus Santana⁴⁹

RESUMO

A presente resenha apresenta criticamente ao público lusófono o segundo romance da escritora nigeriana Chibundu Onuzo, *Welcome to Lagos* (2018), Bem-vindo a Lagos, em tradução livre. A fim de enriquecer a análise literária, foram escolhidas duas categorias que perpassam a escrita de Onuzo: cooperação e esperança. A utilização dos conceitos foram consubstanciados a partir das contribuições de Amorim et al. (2014) sobre o conceito de esperança, os quais se baseiam em Paulo Freire, assim como nas proposições de Palmieri & Branco (2004) sobre cooperação. Conclui-se que a sede nigeriana por um futuro melhor e autônomo promoveu a elaboração de escritas literárias que incentivam a concretização de ideais sobre uma comunidade cooperativa e esperançosa que constrói seu próprio caminho.

Palavras-chave: Literatura Africana. Nigéria. Chibundu Onuzo. Esperança. Cooperação.

ABSTRACT

This review critically presents the second novel by Nigerian writer Chibundu Onuzo, *Welcome to Lagos* (2018), Bem-vindo a Lagos, in free translation, to the Portuguese-speaking public. In order to enrich the literary analysis, two categories that permeate Onuzo's writing were chosen: cooperation and hope. The use of the concepts was based on the contributions of Amorim et al. (2014) on the concept of hope, which are based on Paulo Freire, as well as on the propositions of Palmieri & Branco (2004) on cooperation. It is concluded that the Nigerian thirst for a better and autonomous future has promoted the elaboration of novels that encourage the realization of ideals about a cooperative and hopeful community that builds its own path.

Keywords: African Literature. Nigeria. Chibundu Onuzo. Hope. Cooperation.

Chibundu Onuzo nasceu em Lagos em 1991, contudo, pertence à etnia igbo, não iorubá como a maioria da população nascida na região sudoeste da Nigéria, que inclui a populosa cidade de Lagos. Filha de médicos, se mudou para a Inglaterra aos 14 anos, tornando-se mais tarde uma escritora da diáspora africana. Onuzo é graduada em História, mestra em Políticas Públicas e doutora em História pela *King's College*

⁴⁹ Graduado em História pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira pela Faculdade de Educação São Luís (FESL); Especialista em Relações Internacionais (UNIPAMPA); Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorando em História pela mesma universidade. E-mail: rafael.santana.001@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5563-3081>.

Baraúnas, n.º 1, v.1, mai/dez, 2023

London, formação que, indubitavelmente, influenciou e tem influenciado as produções literárias da autora. Aos vinte e um (21) anos de idade publicou seu primeiro romance, *The Spider King's Daughter* (2012), A Filha do Rei Aranha, em tradução livre. Conforme Salgueiro (2017), a vida de Onuzo foi transformada pela literatura, assim como essa foi alterada com a escrita da nigeriana. Sua escrita de estreia foi aclamada por jornais e revistas, como *The Times*, *The Observer* e *Financial Times*, sendo indicada a vários prêmios, como *The Desmond Elliott Prize*, o principal prêmio literário do Reino Unido.

Como mencionei em outra oportunidade, vemos na Nigéria atual a atuação da quarta geração de escritores(as) literários(as), os(as) quais impulsionaram o “aumento significativo no número de romances de autores nigerianos sendo publicados” (EMBLETON, 2017, p. 25), principalmente a partir de 2007, uma tendência que foi reforçada em 2015 com a criação da editora nigeriana *Cassava Republic Press*. Se referindo ao primeiro romance de Onuzo, lançado na mencionada conjuntura, Embleton (2017) assinala que a narrativa da supracitada autora “parece sugerir que a empatia será uma ferramenta importante no processo geral de desenvolvimento do Estado nigeriano” (EMBLETON, 2017, p. 196). Guardemos essa informação.

O terceiro romance lançado por Onuzo foi o *Sankofa* (2021) e entre 2012 e 2021, publicou nos Estados Unidos *Welcome to Lagos* (2018), seu segundo romance. Apesar de ser considerado por parte da crítica literária como exageradamente otimista, a partir do jornal *The Guardian*, Helon Habila (2017) ressaltou que essa característica de *Welcome to Lagos* não exclui a habilidade de Onuzo de dar vida com bastante verossimilhança à personagens e à própria cidade de Lagos nos seus sessenta e nove (69) capítulos. Como Onuzo pontuou já na dedicatória do seu segundo romance, Lagos é um espaço de sonhos, frustrações e imaginação na vida de muitas pessoas, incluindo na dela. A partir das próprias concepções da autora sobre a sua cidade natal que foi percebido que o conceito de esperança poderia cruzar o romance de início a fim, afinal, quem sonha tem esperança. Já a categoria cooperação se fez presente nas condutas adotadas pelos personagens rumo ao sonho, à esperança de um mundo (diga-se, mundo nigeriano) melhor.

A obra tem cinco atores principais: Chike Ameobi, ex-comandante do exército nigeriano; Yemi, subalterno de Chike no exército; Fineboy, militante da região do Delta do Niger; Isoken, uma jovem que se perdeu dos pais; e Oma, uma mulher violentada

Baraúnas, n° 1, v. I, mai/dez, 2023

pelo marido. O contexto representado no romance não é muito explícito, mas sabe-se que é pós-regimes militares que assolaram a Nigéria entre 1966 e 1998, se passando no início do século XXI. No romance, o plano de fundo que orienta o desenrolar inicial da narrativa é a situação da população do Delta do Rio Niger que não usufruem das riquezas geradas pela exploração de petróleo na região e ainda sofrem as consequências de tal ato.

Antes de prosseguir com a explanação sobre a narrativa em si, é crucial conceituar o que entendo como esperança e cooperação. Conforme Fanon (1968), o

colonizado que escreve para seu povo deve, quando utiliza o passado, fazê-lo com o propósito de abrir o futuro, convidar à ação, fundar a esperança. Mas para garantir a esperança, para lhe dar densidade, é preciso participar da ação, engajar-se de corpo e alma (FANON, 1968, p. 193).

Na concepção do autor, a esperança é propulsora da fala (FANON, 1968, p. 229). Por outro prisma, baseado na teleologia, epistemologia e axiologia de Paulo Freire, Amorim et al. (2014) propõem que na base do conceito de esperança está a reflexão de que, “a partir do presente, e reconhecendo que existe um passado construído socialmente pelos seres humanos inseridos no mundo, é real a possibilidade da mudança, da transformação do eu, do outro e do mundo” (AMORIM et al., 2014, p. 67). Trata-se de entender “que a realidade que está posta pode ser outra” (*Ibidem*), a partir de práticas orientadoras. Nessa costura de formas de ver o mundo, tendo Freire como influência, os autores postulam que “Os seres humanos são, por natureza, seres da Esperança, a desesperança é que não é *natural*” (AMORIM et al., 2014, p. 68).

Nessa perspectiva, só há mudança quando se sonha, e esse ato só é possível com a esperança. Destarte, conforme os autores,

Na concepção freireana, tanto a Esperança quanto o Sonho são atos políticos de caráter histórico e social [...] O impossível hoje não significa o eterno impossível; por isso, a Esperança deve ser entendida a partir da realidade objetiva dos seres humanos que emergem do mundo [...] O conceito de Esperança concita ao movimento (AMORIM et al., 2014, p. 71).

Esperança, nessa linha de raciocínio, não está relacionada à espera, mas à ação. Enquanto para Fanon a esperança é propulsora da fala, para Freire, segundo Amorim et

al., “é propulsora da luta e da resistência ao fatalismo neoliberal” (AMORIM et al., 2014, p. 71), o que, de certa forma, também está implícita nas reflexões de Fanon. Em suma, a esperança requer busca permanente, criticidade, sensibilidade ética e “dá legitimidade à raiva sentida pela negação do amanhã, do sonho que é impossibilitado pela ganância da exploração, do autoritarismo” (AMORIM et al., 2014, p. 72).

No entanto, numa cosmologia tradicional africana, a esperança está concatenada ao coletivo, à comunidade e requer ações pró-sociais, ou seja, “atividades consideradas como socialmente positivas, visando atender às necessidades e ao bem-estar de outras pessoas, como, por exemplo, [...] a cooperação” (PALMIERI & BRANCO, 2004, p. 190). Destarte, a cooperação é definida pelo “contexto interativo em que as ações de um participante favorecem o alcance do objetivo de” vários atores sociais (PALMIERI & BRANCO, 2004, p. 190). Em outros termos, trata-se de um padrão de interação social específico de convergência de ideais, interesses, lutas e utopias em prol de uma Comunidade-de-Vida-Plena (MALOMALO, 2021), na qual homens e mulheres se complementam na manutenção da harmonia.

Em *Welcome to Lagos*, esperança e cooperação aparecem de várias formas. A primeira seção da obra (entre os capítulos um e quatorze) é dedicada ao processo de encontro dos cinco personagens que saem do interior da Nigéria, por variados motivos, para buscar uma nova vida em Lagos. Chike Ameobi e Yemi viram desertores por: (i) não apoiarem a exploração de petróleo por empresas estrangeiras que retiram as riquezas locais e poluem o meio ambiente, enquanto os nativos viviam com falta de alimentos pesqueiros; e (ii) por não conseguirem estar numa missão militar de combate aos nativos que lutavam por direitos básicos. Eles saem da base militar de Bayelsa, no sul da Nigéria, onde o batalhão lutava contra os militantes do Delta do Níger que exigiam retribuições pela terra e água afetadas pelas escavações das companhias petrolíferas. Esse abandono já demonstra a tentativa dos personagens de criarem laços cooperativos não para a morte, mas para a vida; e a capital do país seria a fonte de esperança para Chike e Yemi.

No caminho encontram mais três personagens, com sonhos semelhantes, dispostas a cooperarem em busca de um futuro melhor, como a passagem expõe: nesse processo rumo a Lagos, “Chike deu a mão a Isoken e a ajudou a se levantar” (ONUZO, 2018, p. 26), não só em termos literais. Mais tarde, Isoken vai chamar Chike de irmão, um laço filial simbólico depois da cooperação. O mesmo acontece com Fineboy e Oma,

essa última que foge para Lagos depois de anos sendo agredida pelo marido. Como é expressado pela voz narradora, após ataques militares às aldeias, a cooperação estava em ação entre mulheres e crianças que se juntaram para amenizar a destruição material comunitária, mesmo num contexto em que “as mães esqueceram os filhos, os maridos deixaram as esposas, os velhos foram derrubados e pisoteados” (ONUZO, 2018, p. 17). Enquanto isso, para outros personagens secundários na narrativa, como Ahmed, jornalista iorubá, a cooperação para e com a comunidade era “ser um espinho” para o governo nigeriano que fechava os olhos para as mazelas de sua população, à falta de direitos humanos.⁵⁰

Nesse jogo dialético entre esperança e cooperação, a esperança é desenhada pelo narrador onisciente, por exemplo, quando é constatado que Chike, rumo à capital, teria “uma nova vida esperando por ele em Lagos. Ele faria o seu caminho” (ONUZO, 2018, p. 59), mesmo após a vivência de situações que o fazia ter “sonhos violentos, de mãos agarrando-o por trás, de ser enterrado sob uma parede de água, com os olhos fixos em um céu que queimava” (ONUZO, 2018, p. 61).

Já em Lagos, na segunda seção, entre os capítulos 15 e 38, percebe-se ao folhear das páginas a transformação de Chike, um ex-comandante militar, em líder que servia de referência para os outros personagens cooperativos na jornada para a sobrevivência. Chike constata que “não sabia como havia trocado o comando de um pelotão por outro” (ONUZO, 2018, p. 66). Essa reflexão é importante, pois deixa explícita a mudança de rumo de um personagem que, voluntária ou involuntariamente, troca o papel de liderança para a promoção da morte para o papel de liderança para a vida.

Essa vida, de qualquer modo, é repleta de dificuldades. Todos os cinco personagens viram moradores de rua. Mesmo assim, Isoken, por exemplo, tinha o sonho de voltar à escola para poder cursar no futuro o curso de farmácia, assim como almejava viver numa sociedade menos machista, que não achasse “que uma mulher não deveria usar roupas de homem” (ONUZO, 2018, p. 65), diga-se, roupa jeans; ou mesmo viver num mundo em que a violência sexual não fosse perpetrada contra as mulheres, como ocorrera com ela. Há uma luta contínua das personagens por dias nos quais elas mesmas possam decidir seu futuro. Olhar para frente é uma questão também que o espaço impõe às personagens. Como é constatado, “Lagos te mataria se você perdesse tempo com o passado” (ONUZO, 2018, p. 73), principalmente se se considera que “Lagos era uma

⁵⁰ Termo utilizado no próprio romance e com sentidos semelhantes ao termo “ocidental”.
Baraúnas, n.º 1, v.1, mai/dez, 2023

selva, um ecossistema ordenado com uma cadeia alimentar classificada, vencedores e perdedores decididos antes de nascerem” (ONUZO, 2018, p. 82).

Ao decorrer da seção dois, vários elementos vão aparecendo no romance sinalizando os empecilhos que o microcosmo da Nigéria, Lagos e sua população deveriam enfrentar para olhar para frente, como a falta de solidariedade feminina, as desigualdades sociais, a xenofobia, a naturalização das diversas formas de violência e a corrupção fragmentada e espalhada nas mais diversas classes da sociedade, temática que é central na escrita de Onuzo.

Em busca de seus sonhos e desejos a partir da cooperação,⁵¹ os personagens invadem um apartamento abandonado, o qual é de posse de um ministro da educação corrupto. Ao desenrolar da narrativa, depois de roubar dez milhões de dólares, o ministro decide voltar ao apartamento para se esconder. Encontrando Chike, Yemi, Oma, Fineboy e Isoken em seu rico apartamento, o ministro é preso pelo grupo. Numa Nigéria na qual o dinheiro lhe faz “uma pessoa de substância e dignidade, alguém digno de respeito” (ONUZO, 2018, p. 121), o grupo decide, democraticamente, usar o dinheiro para reformar escolas. O desejo de transformar a educação com o dinheiro roubado levará à evolução de Isoken enquanto personagem, podendo ser afirmado que a mesma também foi transformada pela educação: “de pupa adormecida a essa criatura alerta e ágil” (ONUZO, 2018, p. 132).

O próprio narrador onisciente ressalta que os personagens tinham uma horizontalidade de pensamentos, de objetivos, de ações, aspectos característicos dos espaços de cooperação: “tinha uma espécie de família” (ONUZO, 2018, p. 162). Sobre o espaço de cooperação do grupo, o narrador onisciente também constata que até o ministro da educação, que tinha roubado dinheiro do seu setor, não podia “ficar indiferente a esse trabalho” de ajuda mútua (ONUZO, 2018, p. 172). Ao mesmo tempo, Ahmed, que encontrou solidariedade em sua terra natal após denunciar o caso do ex-ministro Sandayo, quando entra em exílio na Inglaterra não consegue criar relações

⁵¹ Um dos sonhos de Yemi, por exemplo, era viver numa Nigéria que não obrigasse o uso do inglês em detrimento das línguas locais, como aconteceu com ele enquanto servia ao exército; o sonho de Fineboy era ser radialista na sua “Fineboy Communications: entretenimento do povo, pelo povo, para o povo” (ONUZO, 2018, p. 134). Como o personagem expressa mais à frente no romance, mesmo com as adversidades, estaria “mantendo o sonho vivo. Eu sei que um dia eu vou entrar em uma cabine de rádio e impressioná-los” (ONUZO, 2018, p. 156); para Oma, um dos seus maiores desejos era que as alunas da universidade que ela frequentava não fossem obrigadas a dormirem com os professores para obterem aprovação nas disciplinas.

semelhantes. As relações nessa Inglaterra estariam fadadas ao individualismo e por interesses europeus numa história única sobre a África no geral e sobre a Nigéria em específico: “Escândalo, assassinato, intriga. Política africana por excelência” (ONUZO, 2018, p. 200). É questionado no romance se esses estereótipos são “uma confecção de mentiras ou a verdade?” (ONUZO, 2018, p. 201). Até pode ser verdade, mas não se trata apenas desta,⁵² sendo a esperança e a cooperação também uma realidade no continente africano.

Com o desenrolar da trama, na última seção do livro, o ex-ministro da educação é procurado por uma mídia estrangeira, no caso a BBC, para a realização de uma entrevista sobre o caso de corrupção em seu mandato. Sandayo concede a entrevista, mas inventa uma história sobre o sumiço dos dez milhões de dólares da pasta da educação. Nessa versão, o ex-ministro teria desviado a verba para que ela não fosse roubada por pessoas de outros setores, como ocorria amiúde na Nigéria, e fosse efetivamente investida em escolas, ainda que de modo informal. Vendo essa história, um dos funcionários da BBC explana: “As pessoas ficarão entediadas com um político africano honesto” (ONUZO, 2018, p. 227), sendo este um motivo para a não publicação da entrevista.

Na terceira seção do romance a narrativa se afasta dos cinco personagens principais. Percebe-se a subversão da visão estereotipada do africano corrupto para o mundo europeu, também corrupto, mas de pouco conhecimento da população mundial, a qual vincula à Europa, por diversos meios como a mídia, a ideia de desenvolvimento livre de corrupção.

Conforme Eskicioglu (2022), analisar *Welcome to Lagos* requer identificar na obra o “conhecimento sobre o papel que cada cidadão desempenha no bem-estar de toda comunidade” (ESKICIOGLU, 2022, p. 83). Em outras palavras, é preciso considerar o elemento da cooperação, o qual só é possível com o envolvimento empático da população, assim como postulou Embleton (2017). Essa realidade imediata tratada no romance explicita a importância da responsabilidade pessoal e como a falta deste atributo repercute em várias pessoas e, muitas vezes, numa comunidade inteira.

Se a escrita literária das populações subalternas deve abrir caminhos para o futuro, com engajamentos baseados na esperança como postula Fanon (1968), Chibundu

⁵² Aqui faço alusão ao já clássico livro de Chimamanda Ngozi Adichie, “O perigo da história única”, publicado em 2019 pela Companhia das Letras.
Baráúnas, n.º 1, v.1, mai/dez, 2023

Onuzo explicita representativamente que a possibilidade de transformação do presente é real, como argumentam Amorim et al. (2014). Essa transformação está na conduta dos personagens centrais de *Welcome to Lagos*, os quais agem na convergência de ideais e lutas para a construção coletiva e comunitária desse porvir.

Obra da resenha

ONUZO, Chibundu. **Welcome to Lagos**. New York: Catapult Press, 2018.

Referências

AMORIM, Filipi Vieira *et al.* Reflexões sobre o conceito ontológico de esperança em Paulo Freire no horizonte de uma ética para a educabilidade ambiental. In: **Revista Comunicação e Educação Ambiental**, v. 4, n. 2, 2014, p. 63-78.

EMBLETON, Nadia. **Reimagining Nigerian Unity: Identity, Ethno-Nationalism and the Depiction of the Nation in Nigerian Novels by Female Authors**. 268f. Tese de Doutorado: University of London, 2017.

ESKICIOGLU, Lale. **Beyond Postcolonialism: Urban and Social Realist Turn in Indian and Nigerian Literatures**. 296f. Tese de Doutorado: Carleton University, 2022.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

HABILA, Helon. Welcome to Lagos by Chibundu Onuzo review – high hopes, big city. In: **The Guardian** (2017). Disponível em: <
<https://www.theguardian.com/books/2017/jan/18/welcome-to-lagos-by-chibundu-onuzo-review>>. Acesso em: 16 de agosto de 2022.

MALOMALO, Bas'Ilele. O significado da Comunidade-Orum-Aiyé ou Comunidade-Universo-Natureza na filosofia africana do Ntu-Axé. In: **Revista Communitas**, v. 5, n. 10, 2021, p. 182-200.

PALMIERI, Marilícia Witzler Antunes; BRANCO, Angela Uchoa. Cooperação, competição e individualismo em uma perspectiva sócio-cultural construtivista. In: **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 17, n. 2, 2004, p. 189-198.

SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. Vozes negras femininas na literatura de resistência contemporânea. In: **Anais do XV Congresso Internacional da ABRALIC**, s/v., s/n., 2017, p. 5038-5047. Disponível em: <

https://abralic.org.br/anais/arquivos/2017_1522244948.pdf>. Acesso em: 31 de julho de 2022.